



FAESB Faculdade de Educação Social da Bahia

PDI

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DA BAHIA

(FAESB)



ATUALIZAÇÃO DO PDI – 2026

FAESB

Faculdade de Educação Social da Bahia

VALENÇA-BA

2026



Faculdade de Educação Social da Bahia

MANTENEDORA

ARQUE CONSULTORIA EDUCACIONAL LTDA - ME

CNPJ: 08.688.000/0001-38

Situada à Rua Novo Horizonte, nº SN, Novo Horizonte, VALENÇA - BA, CEP 454000-00.

Responsável Legal: Rosa Maria Fonseca Santos

MANTIDA:

FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DA BAHIA

Diretoria Geral: Francisco Carlos De Aguiar Neto

ENDEREÇO E DADOS DA MANTIDA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DA BAHIA - FAESB

Situada à Rua José Ricardo Queiroz Alves, nº SN, Novo Horizonte, VALENÇA - BA, CEP 454000-00.

Faculdade de Educação Social da Bahia

Sumário

1.PERFIL	INSTITUCIONAL
8	
1.1. Histórico institucional	8
1.1.2. Missão Institucional.....	10
1.1.3. Visão 2031.....	10
1.1.4. Valores Institucionais.....	10
1.1.5. Objetivos Institucionais.....	11
1.1.6. Inserção Regional	14
ANÁLISE DA DINÂMICA AMBIENTAL.....	18
1.1.7. Relação entre as Demandas Regionais e a Implantação da FAESB	20
1.4. estrutura organizacional	28
1.4.1. Órgãos Deliberativos e Normativos.....	28
1.4.2. Órgãos Executivos	28
1.4.3. Órgãos Suplementares.....	28
1.5. ÁREAS DE ATUAÇÃO	29
2.PROJETO	PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL
30	
2.1. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA FAESB.....	30
2.2. CONCEPÇÃO E PERFIL DA FAESB	32
2.3. PLANEJAMENTO DIDÁTICO INSTITUCIONAL DA FAESB	33
2.4. planejamento didático-pedagógico	34
2.4.1. Parâmetros para Seleção de Conteúdos e Elaboração de Currículos	37
2.5. Políticas e Ações Acadêmico-Administrativas voltadas ao Ensino de Graduação e de Pós-Graduação, Políticas de Pesquisa (Iniciação Científica), Extensão e Gestão	39

2.5.1. Planejamento Didático-Instrucional e Políticas de Ensino de Graduação

39

2.5.1.1. Metodologias e Práticas Inovadoras 40

2.5.1.2. FLIPPED CLASSROOM – As Aulas Invertidas 43

2.5.2. Flexibilidade dos Componentes Curriculares 46

2.5.2.1. Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular..... 48

2.5.3 Perfil do Egresso 49

2.5.4. Atividades Práticas de Estágio..... 50

2.5.4.1. Relação Teoria e Prática 50

2.5.6. Políticas de Pós-Graduação..... 64

2.5.7. Políticas de Pesquisa (Iniciação Científica) 65

2.5.8. Política de Extensão 66

2.6. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA 70

2.7. Políticas de Responsabilidade Social e Desenvolvimento Socioeconômico 71

2.8. Políticas Institucionais de Educação Ambiental e Sustentabilidade 75

2.9. Políticas Institucionais de Valorização da Diversidade 77

2.10. Políticas Institucionais de Promoção dos Direitos Humanos, Inclusão Social e Igualdade Étnico - Racial 79

2.11 Políticas Institucionais de valorização do Patrimônio Cultural, da Produção Artística e da Memória Cultural..... 80

2.12. Políticas de Empreendedorismo 83

2.13. Políticas de Inovação..... 84

2.14. Políticas de Comunicação Interna e Externa..... 86

3. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS 87

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO 87

3.2. Cursos em funcionamento na ies..... 87

3.3. Cursos em processo de autorização na ies	87
3.4. CURSOS A SEREM IMPLANTADOS NA VIGÊNCIA DO PDI	88
3.5. CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO A SEREM IMPLANTADOS NA VIGÊNCIA DO PDI	89
4. CORPO DISCENTE	91
4.1. Formas de acesso, Matrícula e Transferência.....	92
4.2. Políticas de Apoio aos Discentes.....	94
4.2.1. Centro de Apoio ao Estudante – CAE	95
4.2.2. Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Ouvidoria	96
4.2.3. Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento	100
4.2.4. Programa de Nivelamento	102
4.2.5. Núcleo de Estágio e Carreira	105
4.2.6. Núcleo de Retenção	105
4.2.7. Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria.....	106
4.2.8. Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos ...	111
4.2.9. Políticas de Acompanhamento de Egressos	112
5. CORPO DOCENTE	115
5.1. Composição do Corpo Docente	115
5.2. Critérios de Seleção e Contratação do Corpo Docente	115
5.3. Requisitos de Titulação e Experiência Profissional	116
5.4. Política de Qualificação do Corpo Docente.....	117
5.5. Plano de Carreira Docente.....	118
5.6. Critérios de Seleção e Contratação.....	119
5.7. Procedimentos para Substituição dos Professores.....	120
5.8. Formas de Acompanhamento e Avaliação do Planejamento e Execução do Trabalho Docente.....	121
5.9. Plano de Expansão do Corpo Docente.....	122

5.9.1. Cronograma de Expansão do Corpo Docente.....	122
6. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	123
6.1. Corpo Técnico-Administrativo.....	123
6.2. Critérios de Seleção e Contratação.....	124
6.3. Políticas de Qualificação	125
6.4. Plano de Cargos e Salários do Corpo Técnico-Administrativo	127
6.5. Cronograma De Expansão Do Corpo Técnico-Administrativo	132
6.6. organograma da ies	134
7. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	135
7.1. DESCRIÇÃO DAS INSTALAÇÕES (para os 5 anos de vigência deste pdi) ...	135
7.2. BIBLIOTECA	137
7.2.1. Do Funcionamento.....	137
7.2.2. Acervo	137
7.2.2.1. Acervo Digital.....	137
7.2.3. Política de Aquisição da IES	138
7.2.4. Consulta.....	139
7.2.5. Empréstimo	139
7.2.6. Apoio à Elaboração de Trabalhos Acadêmicos	139
7.3. Laboratórios.....	140
7.3.1. Laboratório de Informática	140
7.4. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.....	140
8. PLANO DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO – METAS	146
8.1. Metas a serem alcançadas	147
8.1.1. Dimensão 1 - A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)..	147
8.1.2. Dimensão 2 - Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão	148
8.1.3. Dimensão 3 – Responsabilidade social da instituição	154

8.1.4. Dimensão 4 - Comunicação com a sociedade	156
8.1.5. Dimensão 5 – Políticas de pessoal	158
8.1.6. Dimensão 6 – Organização e gestão da organização	161
8.1.7. Dimensão 7 - Infraestrutura física.....	163
8.1.8. Dimensão 8 – Planejamento e avaliação	165
8.1.9. Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos estudantes	167
8.1.10 Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira	169
9. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	171
9.1. Auto avaliação institucional: participação da comunidade acadêmica	172
9.2. Instrumentos utilizados na Autoavaliação institucional	173
9.3. Análise e Divulgação dos resultados.....	174
10. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS.....	176
11.1. Sustentabilidade Financeira: Relação com o Desenvolvimento Institucional	176
10.2. Sustentabilidade Financeira: Participação da Comunidade Interna	177
10.3. Planos De Investimentos.....	178
10.4. Previsão Orçamentária.....	178

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

O projeto da FAESB objetiva promover o acesso às ferramentas de ensino e aprendizagem para uma melhor compreensão da cultura local e o debate crítico e analítico das manifestações de saberes em todos os níveis e formas.

A ARQUE foi criada em 2007, em Valença-BA, com o objetivo futuro, que agora chegou, de ofertar educação superior, graduação e pós-graduação; projetos sociais e educativos, cursos de qualificação profissional, preparação para concursos, entre outros. A ARQUE pretende atuar na Região do Baixo Sul, nas cidades de Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães.

Atualmente oferece cursos preparatórios para concursos para Agente, Escrivão e Delegados da Polícia Civil da Bahia, bem como preparatório para os concursos da Polícia Militar e Guardas Municipais e para a carreira do magistério público do estado da Bahia e dos municípios.

Além dos cursos oferecidos, a ARQUE realiza, regularmente, simpósios, encontros acadêmicos e seminários voltados à discussão de temáticas relevantes para as questões municipais, com destaque para o campo da educação e da segurança pública.

Vale destacar ainda o trabalho que vem sendo desenvolvido pela ARQUE com relação a projetos sociais, cujos impactos vem sendo destacados regionalmente.

A ARQUE desenvolve o projeto social “Respeito Acima de Tudo” que visa proporcionar a crianças, jovens e adultos a educação por meio do esporte. Por meio das aulas de Karatê os alunos estudam a filosofia oriental de *Senshim Funacoshi Jeshim* que é baseado no respeito aos mais velhos, convivência em sociedade, urbanidade e respeito ao coletivo.

Desta forma, os alunos além de praticar um esporte estudam a filosofia oriental com o escopo do desenvolvimento e formação da cidadania. Este projeto existe desde 2007 e vários alunos além da formação cidadã, também galgaram títulos importantes no estado, como o de campeão baiano, e na região como o de campeão norte e nordeste de Karatê, o que, com certeza, estimula o sentimento de equipe, a colaboração e a solidariedade.

A ARQUE desenvolve, também, o projeto “Ser Feliz” que tem como objetivo transformar bicicletas velhas que são jogadas no ferro velho, ou apreendidas nas delegacias, em cadeiras de roda para deficientes físicos, a partir do que são doadas a Instituições em parceria com a delegacia regional de Valença, com a Associação dos Policiais Cíveis da Costa do Dendê e com outras instituições voltadas para a solução de problemas sociais.

Também é desenvolvido pela ARQUE Educacional o Projeto denominado Ação Social FAESB, que consiste em oferecer aos moradores do Bairro do Novo Horizonte em que a IES está diretamente inserida atendimento gratuito Jurídico, onde os alunos do curso de Direito com orientação de docentes, de Saúde, realização de ações preventivas e de orientação em saúde e atendimento em geral, Administrativo, como orientação sobre abertura de empresas e demais nuances na Administração, Atendimento Psicológico e Psicopedagógico, cortes de cabelo gratuito dentre outras ações sociais.

Quanto a Faculdade de Educação Social da Bahia, mantida pela Arque, esta protocolou o seu processo de credenciamento no ano de 2017, junto a este processo pediu a autorização dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Administração, após passar por todos os processos regulatórios e de análise, a FAESB conquista no ano de 2019 a sua portaria de credenciamento sob o número 1.039, do dia 30 de maio de 2019, já as portarias de autorização dos cursos correspondem a 316 de 01 de julho de 2019, tendo suas ofertas iniciadas no ano de 2020.

1.1.2. Missão Institucional

Ofertar educação com qualidade, enfrentando os desafios e paradigmas contemporâneos, intervindo ativamente na melhoria da sociedade.

1.1.3. Visão 2031

Ser uma instituição de ensino superior de qualidade, promovendo ativamente melhoria da sociedade.

1.1.4. Valores Institucionais

- Aluno – Porque ele é a razão de ser da FAESB.
- Professor – Porque ele é o meio para efetivar a razão de ser da FAESB.
- Educação – Porque temos a crença de que ela é fundamental para qualquer mudança positiva do país.
- Homem – Porque ele constituído como ser social histórico é o nosso objetivo maior.

- Ética – Porque ela é a chave para a mudança das expectativas humanas e a constituição de uma sociedade realmente justa.
- Excelência – Porque ela é a nossa busca constante em tudo o que fazemos.
- Empreendedorismo – Porque é necessário empreender para se estabelecer profissionalmente
- Inovação – Porque ela é a chave para o desenvolvimento pela educação
- Sustentabilidade – Porque o desenvolvimento só é válido se for sustentável e centrado na responsabilidade social

1.1.5. Objetivos Institucionais

I. Estimular a responsabilidade socioambiental, a criação e preservação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II. Formar graduados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, no nível exigido pela região e pelo país e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, capazes de inovar e empreender nos seus respectivos setores;

III. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;

IV. Prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

V. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

VI. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VII. Promover permanentemente a inclusão social e a acessibilidade de alunos, colaboradores e comunidade;

VIII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

IX. Ampliar e diversificar as atividades de ensino na FAESB, em níveis de graduação, de pós-graduação ou de extensão;

X. Estabelecer a avaliação institucional como ferramenta de gestão contínua na FAESB;

XI. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

XII. Promover pelo ensino, pesquisa e extensão a procura do saber, nas diferentes áreas do conhecimento humano e em áreas técnico-profissionais preservação, ampliação e transmissão do saber;

XIII. Formar diplomados qualificados a nível de graduação aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;

XIV. Desenvolver metodologias diversificadas de aplicação didático-pedagógicas que sirvam ao alunado para desenvolver o espírito crítico e aumentar a criatividade;

XV. Propor reformulação curricular constante dos cursos de graduação existentes conforme exigências das Diretrizes Curriculares de cada curso;

XVI. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

XVII. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

XVIII. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

XIX. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

XX. Promover a extensão, aberta a participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

XXI. Promover e desenvolver cursos de Pós-Graduação para treinamento profissional e como instrumento de integração da FAESB com a comunidade;

1.1.6. Inserção Regional

Na Região da Costa do Dendê da Bahia e, mais especificamente da cidade de Valença, sede da faculdade o desafio é focar as ações formativas na educação superior de forma articulada ao desenvolvimento da região, estruturando cada um dos seus cursos em torno de eixos temáticos que problematizem questões sociais relevantes e gerem pro atividade para a busca de soluções para os problemas mais urgentes da cidade na perspectiva da promoção de redes institucionais para a sustentabilidade.

Município	População (Censo 2022)	Mat. Ens. Méd.	Pop. 18 a 20 % EM Comp	IDHM – Educ. (2010)	IDHM (2010)	Distância de Valença
Cairu	17.761	485	25,46	0,510	0,627	46
Camamu	30.469	1.278	12,95	0,452	0,565	55
Gandu	32.178	1.264	28,10	0,508	0,632	90
Igrapiúna	13.151	464	17,69	0,424	0,574	45
Ituberá	21.902	934	23,25	0,482	0,606	36
Nazaré	27.060	1.123	20,32	0,532	0,641	42
Nilo Peçanha	12.063	402	11,78	0,404	0,547	25
Nova Ibiá	6.501	216	-	0,419	0,570	99
Piraí do Norte	10.974	176	11,51	0,363	0,533	56
Tancredo Neves	27.734	1.008	17,98	0,424	0,559	60
Taperoá	18.044	481	15,83	0,426	0,566	18
Valença	85.655	3.586	20,61	0,502	0,623	00

Município	População (Censo 2022)	Mat. Ens. Méd.	Pop. 18 a 20 % EM Comp	IDHM – Educ. (2010)	IDHM (2010)	Distância de Valença
Wenceslau Gui- marães	24.474	451	14,79	0,383	0,544	70
Total	327.966	12.628	18,36%	-	-	-

Os dados apresentados sobre as cidades que formam a Costa do Dendê e o atendimento escolar evidenciam a relevância do projeto institucional da FAESB:

Circunvizinhança de Valença – População residente

A Faculdade está localizada em Valença, Bahia, e mantém relação direta com municípios da Costa do Dendê e de sua área de influência. A tabela apresentada reúne dados populacionais e educacionais da região. Para população, utiliza-se o Censo Demográfico 2022 do IBGE; para o IDHM e o IDHM Educação, utilizam-se os indicadores municipais do PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano, referentes a 2010, que permanecem como a série municipal oficial disponível.

Os municípios relacionados somam 327.966 habitantes no Censo Demográfico 2022, evidenciando a amplitude regional potencialmente alcançada pelas ações acadêmicas, extensionistas e de inserção social da FAESB.

Com base no PIB dos municípios brasileiros, o agregado das riquezas produzidas pelos municípios que compõem a Costa do Dendê totalizou R\$ 3,12 bilhões, representando 1,87% do PIB do Estado.

Cairu e Valença correspondem a 68,3% da riqueza produzida na Costa do Dendê, que tem na atividade turística uma das mais importantes da dinâmica econômica do setor terciário da região. Na região, este setor divide importância de produto econômico com o segundo setor, concentrado no município de Cairu, diretamente ligado à atividade de exploração de gás no campo de Manati, na Bacia de Camamu. Uma atividade pontual que tem sua contrapartida maior à região na forma de tributos, sobretudo royalties e repasses estaduais de impostos, não impactando decisivamente na geração de emprego e fomento das atividades de comércio e serviços.

Nas Atividades Características do Turismo (ACTs), a maior representatividade está concentrada nas atividades de alojamento e alimentação. Essas unidades produtivas são formadas, na sua maioria, por micro e pequenos empreendimentos.

Em Valença, esses pequenos negócios representam 6,9%, bastante significativo, levando-se em consideração que é uma localidade com maior nível de desenvolvimento econômico e conta com uma ampla diversidade de negócios estabelecidos nos mais distintos segmentos.

A Costa do Dendê apresenta diversidade territorial, econômica e demográfica, com municípios de diferentes portes e perfis socioeconômicos. A atualização dos dados populacionais pelo Censo Demográfico 2022 reforça a necessidade de que o planejamento institucional considere as características contemporâneas da região e sua dinâmica de desenvolvimento.

A dinâmica populacional dessa região apresenta três aspectos a destacar: 1. Variação populacional positiva em todos os municípios, indicando que a região tem conseguido reter sua população local; 2. Equilíbrio entre os gêneros, com discreta predominância de homens,

mas registrando taxa de crescimento mais elevada na população feminina; e 3. Equilíbrio na distribuição populacional, tanto entre os municípios, quanto entre áreas urbanas e não urbanas. Com uma taxa média regional de urbanização por volta dos 54%, apenas dois municípios, Valença, o mais populoso, e Ituberá ultrapassam esta proporção, o que denota um uso mais equilibrado do território.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), os indicadores municipais oficialmente disponíveis são os de 2010. Entre os municípios considerados, destacam-se Nazaré (0,641), Gandu (0,632), Cairu (0,627), Valença (0,623) e Ituberá (0,606). Os dados são provenientes do PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano e devem ser interpretados em conjunto com indicadores socioeconômicos mais recentes.

Os dados relativos a emprego apontam na região uma taxa considerável da informalidade do trabalho, que vai ao encontro da realidade na atividade turística. Os ocupados por conta própria acima de 18 anos são os mais representativos entre o total dos ocupados na região (40,7%). Em seguida aparecem os trabalhadores sem carteira (32,7%), e os empregos formais (23%).

Mais de 26,73% dos domicílios da região não são ocupados regularmente, mas ocupados durante o período de veraneio. No período de veraneio, a demanda com abastecimento de água, energia e coleta de lixo crescem de forma relevante, exigindo melhor gestão pública para atendimento dessa demanda.

A melhoria educacional na Costa do Dendê se constitui em importante mecanismo para contribuir com a redução da pobreza ainda existente e a desocupação elevada, bem como possibilitar melhores

rendimentos. Nos municípios da Costa do Dendê estão distribuídas 471 escolas de Ensino Médio e Fundamental (INEP).

ANÁLISE DA DINÂMICA AMBIENTAL

Localizada entre a foz do Rio Jaguaripe e a Baía de Camamu, a Costa do Dendê apresenta o clima que pode ser caracterizado como tropical sem estação seca. A média das temperaturas máximas é superior a 24° C e a média das mínimas é de 21° C. Os meses mais quentes vão de novembro a março e, os mais amenos são os de julho e agosto.

Toda a região da Costa do Dendê encontra-se inserida originalmente no bioma Mata Atlântica. Há também a presença da savana e de uma vegetação secundária em meio aos usos antrópicos encontrados naquela área.

A região conta com expressivos e importantes recursos naturais associados às bacias hidrográficas (Rio de Contas, Rio Jaguaripe, Rio Jequiriçá, Rio das Almas, cujos rios principais e seus afluentes formam cachoeiras, balneários e corredeiras, que alcançam o mar da região em belas praias e manguezais.

É importante assinalar que grande parte das atividades turísticas da Costa do Dendê são praticadas em áreas naturais e, para tanto, se faz importante a conservação e manutenção desse valioso patrimônio natural vocacionado ao turismo.

A Costa do Dendê localiza-se na porção norte do litoral sul do Estado. Seu território é formado majoritariamente por uma península e várias ilhas, onde o acesso a algumas localidades ocorre por meio de

transporte hidroviário. A BA-001 é a principal rodovia que estrutura o sistema rodoviário da região.

A Costa do Dendê conta com o aeroporto de Valença, que pode receber voos nacionais. Conta ainda com 7 pistas de pouso de menor porte, que possibilitam pousos de aviões de pequeno porte em Morro de São Paulo, Ituberá e na Península de Marau.

O sistema hidroviário tem extrema importância já que existem muitas ilhas, que além de turísticas, tem nas travessias, parte do sistema de transporte da população local. Existe uma grande quantidade de atracadouros.

Outro espaço de navegação muito importante na região é a Baía de Camamu, a terceira maior do país em volume de água e fica localizada na Costa do Dendê. Com ventos constantes e águas profundas e calmas, a baía de Camamu favorece a atracação de embarcações e os esportes náuticos. Ao redor da baía localizam-se ilhas, mangues e praias conhecidas pela beleza natural, que atraem turistas anualmente, como, por exemplo, Barra Grande (município de Maraú), o principal destino turístico da Baía de Camamu, além da Ilha da Pedra Furada, Ilha Grande, Praia de Taipus de Fora, Ilha do Goiό, entre outras.

Turismo de sol e praia é predominante na região, com destinos de destaque como Morro de São Paulo, Boipeba e Barra Grande. Conta também com Turismo Cultural, Ecoturismo, Náutico e de Aventura.

O Turismo Cultural vem ganhando espaço pelo esforço da região em resgatar e valorizar seu patrimônio material e imaterial, o que pode aumentar a competitividade da Zona Turística. Destaca-se nesse segmento a produção associada ao turismo, como os produtos da

gastronomia vinculados ao dendê e ao artesanato, além de produtos natu- rais como o cravo, o palmito e a piaçava, além das manifestações da cultura popular, como por exemplo a comunidade quilombola de Jatimane, do município de Nilo Peçanha, o distrito do Galeão do município de Cairu-BA, e a área de remanescente indígena do Guerém em Valença-BA.

Com relação ao patrimônio material, a Costa do Dendê possui um expressivo patrimônio arquitetônico, histórico, artístico e cultural, que está prioritariamente atrelado às edificações religiosas e militares, características do período colonial. São 75 bens. Camamu, Cairu, Taperoá e Valença possuem a maior quantidade de bens relacionados na Costa do Dendê.

Em relação ao seu patrimônio imaterial, consideram-se, por exemplo, os conhecimentos náuticos dos povos que navegam pelas águas que compõem o sistema hídrico da região. Na Costa do Dendê há exemplos como a “Zambiapunga”, como representante da cultura da região, especialmente em Nilo Peçanha, Valença, Taperoá e Cairu.

Existem comunidades quilombolas, destacando-se dentre elas a comunidade quilombola de Jatimane, em Nilo Peçanha, que já realiza o turismo de base comunitária e recebe turistas, conta a história local, realiza passeios em trilhas, mostra as atividades tradicionais com a pesca e o cultivo da piaçava, serve as iguarias típicas e realiza apresentações culturais.

1.1.7. Relação entre as Demandas Regionais e a Implantação da FAESB

Na configuração do seu plano de implantação, os idealizadores e envolvidos na constituição da FAESB, consideraram todos os dados e conhecimentos acerca da realidade regional e brasileira.

Nesse sentido, a IES se inseriu no Estado da Bahia sob uma perspectiva que tem como foco três conceitos básicos:

- ⇒ A FAESB como meio de capacitação técnica e treinamento de profissionais para instituições, empresas e órgãos;
- ⇒ A FAESB como patrimônio público na medida em que desempenhará funções de caráter político e ético na formação de cidadãos;
- ⇒ A FAESB como meio para o desenvolvimento econômico, cultural e socioambiental.

No que diz respeito ao primeiro conceito há que se considerar que o desenvolvimento econômico está atrelado diretamente à oferta de Educação e, em detrimento, da formação de profissionais para atuar no mercado de trabalho em diversas áreas necessárias ao desenvolvimento socioeconômico e dos serviços básicos à população: saúde, educação, justiça etc.

Os dados socioeconômicos da região de inserção da FAESB demonstram que, mesmo com o grande número de Instituições de Ensino Superior criadas na última década, o problema da qualificação para o mercado de trabalho e a regulação da justiça social persistem.

Dessa forma, a FAESB teve em sua gênese o caráter de não se constituir apenas como mais uma IES implantada no Nordeste brasileiro, mas como uma Faculdade que tem consciência plena de que seu papel como instituição de ensino superior converge para sua própria consciência de que é preciso melhorar o cenário regional em termos profissionais e sociais para que todos os setores da sociedade e da economia tenham também o desenvolvimento adequado, afinal tudo passa direta ou indiretamente pela Educação.

No que se trata dos futuros cursos planejados para a IES, de diversas áreas do conhecimento, há que sempre se formar profissionais com competências e habilidades necessárias e eficazes para o mercado de trabalho. Nesse viés, além de considerar os dados estatísticos da demanda

da região por determinados profissionais, a continuidade do trabalho de expansão da IES dar-se-á a partir da junção dos atores acadêmicos e os agentes dos órgãos, instituições e empresas, públicas e privadas, implantadas no nordeste do Brasil, numa concepção de agenda que realmente seja voltada ao atendimento das suas demandas por mão de obra qualificada e não apenas “formada”.

No que diz respeito ao segundo conceito norteador, há que se considerar que os dados sócio-estatísticos que foram apontados neste capítulo demonstram que há a necessidade de estabelecimento de novas IES com perspectivas acerca de uma formação ético-política que constitua cidadãos conscientes de seu real papel frente aos anseios sociais. Afinal, só dessa maneira, como já apontamos no capítulo anterior, será possível inserir socialmente aqueles que vivem a margem da sociedade. Ou seja, trata-se de uma singularidade da IES a expectativa de que tais problemas não pertencem e não terão solução única e exclusiva na vontade e nos anseios das instâncias públicas, mas no movimento de uma nova sociedade frente aos problemas da vida moderna que gerou uma gama de contextos de desigualdade social. Aliás, diga-se de passagem, o Estado da Bahia é um dos contextos que mais necessitam de tais perspectivas, pois é um cenário que só é passível de mudança a partir da educação. Da mesma forma, há que se convir a necessária preservação da cultura e do patrimônio ambiental, riquezas que só se preservam mediante a valorização destas em todos os níveis educacionais e a FAESB tem plena consciência de seu papel no que diz respeito a formar indivíduos capazes de intervir positivamente na preservação da sua própria cultura e patrimônio ambiental.

Nesse mesmo viés social, há que se considerar que a FAESB está sediada no Nordeste do Brasil e tem como campo prático para as ações extensionistas voltadas à preservação do patrimônio cultural e ambiental as movimentações culturais e patrimônio sócio-histórico do Estado da Bahia, bem como a expectativa de continuar o seu trabalho de maneira a regular e valorizar o meio ambiente, considerando o homem como parte dele. Afinal, a

IES está inserida em uma região de grandes riquezas naturais e tem como um de seus focos a sustentabilidade inserida em seus objetivos institucionais.

No que tange ao terceiro conceito norteador da FAESB, destaque-se que a IES tem um papel preponderante no desenvolvimento socioeconômico regional na medida em que tem conhecimento acerca da totalidade das suas demandas e necessidades da sua região de inserção. Ou seja, trata-se da relevância do conhecimento da FAESB acerca da sua própria realidade de inserção e das perspectivas socioeconômicas regionais, o que faz com que a IES tenha como norte uma formação integral do indivíduo, capacitando-o a realizar as funções determinadas ao desenvolvimento regional, sob o âmbito de formar o homem como um ser social e histórico-social; social no sentido de que o sujeito tem a consciência de sua relação com o outro e de sua responsabilidade sobre a construção da sociedade em que se insere, histórico no sentido de ser um indivíduo consciente de seu papel na transformação da sua região, da sua história e de *outrem*.

Assim, a FAESB tem plena consciência de que é necessária em sua região, haja vista ela buscar formar um sujeito cidadão no sentido estrito e auxiliar no desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental, o que requer constituir uma identidade do egresso que se estabelece a partir do percurso formativo de uma profissão/área escolhida e de uma mudança de paradigma social centrado na corresponsabilidade. Essa prática identitária, ao se estabelecer com as perspectivas da cidadania e do construto social, constitui-se também no âmbito das expectativas mercadológicas, haja vista a IES ter como norte a ideia de que a sociedade contemporânea é produzida a partir da indissociabilidade entre as suas perspectivas constituintes: economia, política, mercado de trabalho, comunicação, interação etc.

Logo, a IES, a partir do diálogo constante com o mercado de trabalho e as demandas sociais, econômicas, ambientais e culturais, procura

estabelecer práticas de ¹construção de conhecimentos centradas em formar um profissional que seja um valor para as instituições que necessitam de suas competências e habilidades, e não apenas um sujeito capaz de executar uma determinada tarefa.

Enfim, a cidade de Valença tem se estabelecido como um polo regional no Estado da Bahia, isso sendo demonstrado a partir de dados estatísticos de crescimento nas últimas décadas apontados neste documento; no entanto também a par dos seus inúmeros problemas sociais, a FAESB por sua vez, desde sua gênese se dispôs não apenas a atender as demandas da sua região de inserção, mas de ser, principalmente, partícipe de sua história e, portanto, da sua construção.

1.3.1. Metas Gerais da Instituição

Para consecução de seus objetivos, a seguir, também foram constituídas metas globais e contínuas a fim de proporcionar direcionamento aos planejamentos estratégicos da FAESB. Essas metas direcionaram um planejamento mais minucioso estabelecido em capítulo posterior deste documento:

- I - Constituir-se como instituição de excelência no ensino superior;
- II - Manter o compromisso com o ensino de qualidade, formando profissionais capazes, com formação humanística e técnica em suas respectivas áreas;
- III - Atuar no processo de desenvolvimento da comunidade para melhorar a qualidade de vida da população regional com vistas à diminuição das diferenças sociais, fortalecendo a solidariedade e o desenvolvimento socioeconômico;

¹ Falamos em “construção”, pois temos como norte a ideia de que o conhecimento não é apreendido ou aprendido, mas social e historicamente construído.

IV - Melhorar a qualificação do seu corpo docente e técnico administrativo estimulando-os na busca constante do aperfeiçoamento e atualização;

V – Adequar sistematicamente as condições de sua infraestrutura e na ampliação de seus espaços e instalações.



1.3.2 Metas Específicas da Instituição

Em consonância com a missão, com os objetivos e metas gerais estabelecidas, a FAESB estabeleceu metas específicas, que deverão ser implantadas durante a vigência deste PDI.

a) No âmbito Pedagógico

METAS	2027	2028	2029	2030	2031
Supervisionar e acompanhar de forma sistemática a implementação das metas, ações e implementações previstas neste PDI.	X	X	X	X	X
Estimular a capacitação e titulação de seus docentes e corpo técnico administrativo, inclusive ofertando pós-graduações em seus próprios espaços, seja por meios próprios ou a partir de convênios interinstitucionais	X	X	X	X	X
Constituir diversos projetos de Extensão	X	X	X	X	X
Constituir projetos de pós-graduação	X	X	X	X	X
Constituir projetos de novos cursos a serem implantados	X	X	X	X	X
Constituir perspectivas efetivas de acessibilidade atitudinal e pedagógica	X	X	X	X	X
Consolidar ações de tecnologia e inovação pedagógica	X				
Incentivar e regulamentar a iniciação científica	X				
Atualizar e acompanhar a CPA	X	X	X	X	X
Consolidar as políticas e ações institucionais de educação ambiental e direitos humanos	X				
Constituir eventos acadêmico-científicos	X	X	X	X	X

b) No âmbito da Infraestrutura

METAS	2027	2028	2029	2030	2031
Adequação da IES no que tange à segurança regulamentada pelo corpo de bombeiros	X	x	x	x	x
Adequação da IES no que tange à acessibilidade arquitetônica	X	x	x	x	x
Aquisição de livros para novos cursos a serem implantados	X	X Bibliotecadigital	x Biblioteca Digital	X Biblioteca Digital	X Biblioteca Digital
Aquisição de livros para o reconhecimento dos primeiros cursos da IES		X Biblioteca Digital	X Biblioteca Digital	X Biblioteca Digital	X Biblioteca Digital
Criação do NPJ	X			x	x
Criação da Clínica Escola de Enfermagem	X				
Criação do CAE	X	x	x	x	x
Atualização do software acadêmico Cerbrum	X	x	x	x	x
Atualização do site institucional seguindo as perspectivas do Decreto 9.235	X	x	x	x	x
Digitalização do acervo acadêmico em atendimento ao Decreto 9.235		X	x	x	x

Aquisição da biblioteca virtual		X	x	x	x
Ampliação do número de salas e novos laboratórios para outros cursos planejados no PDI	X	X	X	x	x

1.4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1.4.1. Órgãos Deliberativos e Normativos

Conselho Superior - CONSUP;

Obs.* A descrição desses órgãos está disponibilizada nos anexos deste documento, mais precisamente no Regimento Geral da IES.

1.4.2. Órgãos Executivos

- I. Diretoria Geral;
- II. Diretoria Administrativo-Financeira;
- III. Diretoria de Infraestrutura
- IV. Diretoria Acadêmica;
- V. Secretaria Docente
- VI. Coordenação de Curso;
- VII. Colegiado de Curso;
- VIII. NDE – Núcleo Docente Estruturante
- IX. Coordenações de Núcleos Acadêmicos;
- X. Secretaria Acadêmica

Obs.* A descrição desses órgãos está disponibilizada nos anexos deste documento, mais precisamente no Regimento Geral da IES.

1.4.3. Órgãos Suplementares

- I. Marketing e Comunicação;

- II. Recursos Humanos
- III. CPA - Comissão Própria de Avaliação;
- IV. TI – Tecnologia da Informação;
- V. Centro de Apoio ao Estudante - CAE
- VI. Ouvidoria;
- VII. Biblioteca;.
- VIII. Núcleo de Práticas Jurídicas

Obs.* A descrição desses órgãos está disponibilizada nos anexos deste documento, mais precisamente no Regimento Geral da IES.

1.5. ÁREAS DE ATUAÇÃO

A FAESB, por sua concepção estratégica e filosófica, entende ser de sua responsabilidade a formação dos quadros profissionais da região, tendo no ensino, na pesquisa e na extensão o compromisso com as diretrizes e preceitos da excelência educacional.

Nessa perspectiva, a abrangência educacional da IES são as seguintes áreas do Ensino Superior:

I – Graduação em níveis de Bacharelado, Licenciatura e Tecnológica, nas modalidades Presencial, abertos a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

II – Especialização em níveis de Pós-Graduação *Lato Sensu*, na modalidade Presencial, abertos a candidatos diplomados em cursos de Graduação e que atendam às exigências da Instituição e da Legislação vigente.

III - E demais cursos que estejam autorizados e amparados pelo Art 44 e incisos da Lei 9394/96

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA FAESB

O projeto institucional da FAESB busca a humanização do ser humano e da sociedade a qual pertence, visando a melhoria da qualidade de vida a partir da sua realidade regional. Em razão desta concepção e compromisso, a IES projeta suas políticas e planos de ação na direção da contextualidade, da função político-social que lhe cabe neste contexto e da contribuição que as ciências e a iniciação científica trazem às instituições, ao sistema produtivo e à própria sociedade. Tais diretrizes e políticas visam também à modernização e à emancipação sociopolítica e cultural da comunidade da região de abrangência da Faculdade, ou seja, nessa expectativa, sendo Valença um município do interior da Bahia, a interiorização como uma práxis de mudança de realidade para o Ensino Superior.

O projeto acadêmico-científico da FAESB inspirou-se na dimensão histórica e no dinamismo da sociedade que lhe dá forma e conteúdo. Nesta perspectiva, as ciências e o conhecimento desenvolvidos através do ensino, da pesquisa (iniciação científica) e da extensão cumprem a função de mediação dentro e fora da Faculdade, como meios e instrumentos críticos, dinamizadores e fortalecedores dos indivíduos, instituições e segmentos sociais.

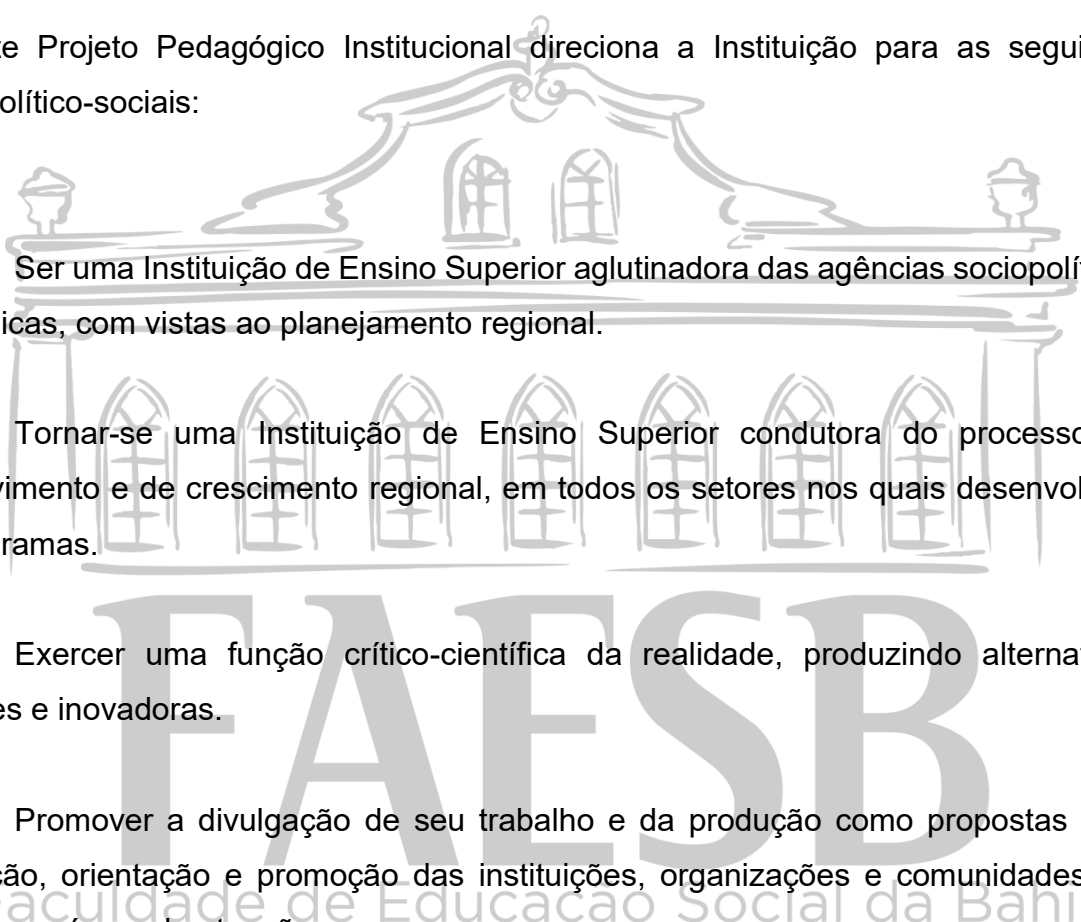
A função acadêmico-pedagógica da IES, em cumprimento às suas funções específicas e em atenção ao seu projeto institucional é, portanto, a de intervir produtivamente na sociedade, de forma a potencializar sua capacidade criativa e gerar situações de superação em relação a estágios vigentes, projetos interdisciplinares e à construção de cenários futuros necessários e desejáveis.

Assim, este Projeto tem como norte a marca da participação da comunidade acadêmica e da integração de seus componentes, ou seja, não considerando o trabalho

terminado; ao contrário, submetendo-o à avaliação permanente, sempre, com o desenvolvimento regional e global, com o aperfeiçoamento institucional, e coerente com os objetivos da IES.

O ensino, a pesquisa (iniciação científica) e a extensão são, portanto, as especificidades da Faculdade que funcionam como meio e instrumentos para cumprimento da finalidade social e pública.

Este Projeto Pedagógico Institucional direciona a Instituição para as seguintes funções político-sociais:

- 
- a) Ser uma Instituição de Ensino Superior aglutinadora das agências sociopolíticas e econômicas, com vistas ao planejamento regional.
 - b) Tornar-se uma Instituição de Ensino Superior condutora do processo de desenvolvimento e de crescimento regional, em todos os setores nos quais desenvolvem seus programas.
 - c) Exercer uma função crítico-científica da realidade, produzindo alternativas inteligentes e inovadoras.
 - d) Promover a divulgação de seu trabalho e da produção como propostas para revitalização, orientação e promoção das instituições, organizações e comunidades em suas diversas áreas de atuação.

O desenvolvimento destas funções proporcionará à FAESB a efetivação de seus fins e a garantia de que seu projeto institucional e pedagógico tenha relevância, tanto para o desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico, quanto para a promoção sociopolítica e cultural das comunidades que compõem a região de abrangência da Instituição.

2.2. CONCEPÇÃO E PERFIL DA FAESB

A FAESB, desde sua gênese, tem sua concepção baseada na realidade e nas potencialidades humana e social que a circundam. Esta concepção leva em consideração, tanto em seus fundamentos, quanto em suas propostas, a história espaço-temporal relativa à região onde a Instituição está inserida. Neste sentido, o conceito universal do Ensino Superior se reveste do constructo real e inerente à história e à cultura desta região, bem como ao futuro que lhe cabe construir.

O mundo de uma Instituição de Ensino Superior transcende suas próprias fronteiras, e seu objeto ou campo de conhecimento é ilimitado. Assim, tudo o que o ser humano e a sociedade podem oferecer e apresentar é objeto de investigação.

Desta maneira, o ensino superior é o espaço adequado para a elaboração da criticidade, reflexão epistemológica, inovação da ciência e tecnologia, socialização do saber científico e facilitador do processo de humanização.

A FAESB é oriunda de uma realidade social e, como tal, responsável pelo seu desenvolvimento. Como toda instituição, sua finalidade não se volta para interesses unilaterais de qualquer natureza. Seus fins são públicos porque sua origem é comunitária e todos os seus programas e serviços voltam-se para a coletividade. Além disto, de forma transparente mantém sua especificidade - o ensino, a pesquisa e a extensão - não como propriedades de pessoas ou organismos privados; mas sim como um bem da coletividade, portanto, públicos e de domínio das comunidades.

O perfil da IES identifica-se, em relação a sua concepção, primeiramente a partir de sua dimensão institucional, que se refere ao projeto político da Instituição. A ideia de Instituição contém em si a concepção estratégica, diretamente relacionada à contextualidade. A dimensão estratégica diz respeito ao conjunto das relações e dos processos que se estabelecem entre a Faculdade e a realidade social contextualizada.

Outra característica, na dimensão institucional é a sua vocação de caráter histórico.

A dimensão histórica inerente a uma instituição, diz respeito ao dinamismo, às interações e à dimensão prospectiva, configuradora de situações novas que a Instituição pode gerar na sociedade e que, por sua vez, esta pode gerar àquela.

Neste sentido, a FAESB foi concebida como uma instituição em processo instituinte, isto é, em constante vir-a-ser. Ela se constitui à medida que contribui para a formação da sociedade que a informa.

O segundo princípio, em relação à sua concepção, diz respeito à dimensão organizacional. Fundamentalmente, a dimensão organizacional está relacionada ao plano e às condições necessárias para sua execução. Enquadram-se neste campo toda a linha programática relacionada ao ensino, à pesquisa, à extensão, à pós-graduação, ao planejamento e à avaliação, bem como à infraestrutura e aos recursos necessários para garantir a execução dos projetos e a consecução dos fins da FAESB.

2.3. PLANEJAMENTO DIDÁTICO INSTITUCIONAL DA FAESB

A FAESB estabeleceu como plano acadêmico o conjunto das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão e a indissociabilidade entre elas.

A concepção fundamentada na missão, que foca o crescimento socioeconômico e político-cultural no âmbito de sua abrangência, remete a execução de seus programas a uma integração com os diversos lugares sociais e a uma articulação sistemática com instituições e organismos externos com quem está interagindo.

Para o cumprimento do projeto pedagógico institucional, estabeleceram-se as seguintes linhas básicas de ação:

- Desenvolver uma sistemática organizacional que harmonize o funcionamento de todos os órgãos e setores da Faculdade por meio de um mecanismo adequado de interação e comunicação interna e externa;

- Viabilizar economicamente a Instituição, sobretudo, para lhe dar efetivas condições para o ensino, a pesquisa e a pós-graduação;
- Articular a interação do ensino, pesquisa e extensão nas perspectivas dos cursos atuais e dos que venham a ser criados;
- Criar condições institucionais para garantir cursos de pós-graduação, com vistas ao aperfeiçoamento, tanto dos seus recursos humanos, como dos profissionais de sua área de abrangência;
- Fortalecer sua identidade comunitária, pela interação da Instituição com sua área de influência, principalmente nos campos da cultura, da educação, da saúde e do meio ambiente;
- Aprimorar a infraestrutura, para o melhor desenvolvimento dos projetos atuais e a implantação dos projetos previstos;
- Aperfeiçoar o espírito participativo dos membros da comunidade acadêmica; efetivar a participação dos membros da comunidade externa na solução dos problemas da FAESB e dos problemas da própria comunidade.

2.4. PLANEJAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

A FAESB desenvolve a educação superior a partir de cursos de graduação Licenciatura, Bacharelados e Tecnológicos, cursos de extensão, cursos de Pós-Graduação, todos, hodiernamente, na modalidade presencial e no decorrer deste PDI com a intenção futura de implantação também a modalidade EAD, a partir de credenciamento específico.

Na educação superior, o processo pedagógico segue as Diretrizes Curriculares Nacionais, dá ênfase às temáticas regionais, utilizando, sobretudo, métodos e técnicas que levem à participação do aluno, tais como: resolução de problemas, debates, seminários, simpósios, dinâmica de grupo e pesquisa.

Os projetos pedagógicos sintetizam a estrutura do curso na matriz curricular, onde ficam evidenciadas as disciplinas, carga horária, ementas e metodologias para o processo

de formação do aluno.

Em cada disciplina são utilizados, na medida do possível, todos os meios de ensino e estímulo à pesquisa e extensão, promovendo-se assim, na aprendizagem, a indissociável vinculação existente entre produção, disseminação e transmissão do conhecimento, tendo por meta a formação integral e a preparação do aluno para o mercado de trabalho.

Os cursos de graduação da FAESB são um conjunto de atividades acadêmico-pedagógicas sistematizadas, que visam a determinados objetivos de formação acadêmica ou profissional, estão organizados de forma a que todos os créditos possam ser normalmente obtidos, dentro de um conjunto de períodos letivos, previamente estabelecidos, de acordo com a legislação em vigor.

A FAESB estabeleceu as diretrizes que norteiam os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, entendido como um processo de revitalização dos cursos de graduação a partir de sua permanente avaliação e reconstrução coletiva.

Dessa forma, os cursos de graduação têm uma concepção filosófica, embasada e substanciada no que prevê a missão da Faculdade.

A elaboração dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação segue diretrizes estabelecidas em resoluções específicas do MEC. A estrutura dos PPCs segue os seguintes princípios:

I. A concepção filosófica norteadora do processo ensino-aprendizagem do curso, nos seus diversos níveis, apresenta uma concepção de mundo, de sociedade e de homem que se deseja para o egresso.

II. Definição do perfil profissional, estabelecendo suas habilidades e competências, bem como áreas de atuação;

III. A composição da matriz curricular deve atender aos seguintes pressupostos:

- a. Às Diretrizes Curriculares Nacionais;
- b. Níveis de flexibilização curricular de acordo com as necessidades do curso;
- c. Concepção da relação entre teoria e prática;
- d. Identificação de uma concepção pedagógica norteadora;
- e. Conceituação das formas de interação entre ensino-pesquisa-extensão;
- f. Uma concepção e uma sistemática de avaliação do processo de ensino e da aprendizagem;
- g. As perspectivas e possibilidades interdisciplinares no planejamento, na seleção e organização dos conteúdos curriculares na Educação Presencial.

As matrizes curriculares dos cursos de educação superior oferecidos abrangem uma sequência ordenada de disciplinas, cuja integralização dá direito ao correspondente diploma ou certificado.

A FAESB caracteriza “disciplina” como o conjunto de estudos e atividades de um campo definido de conhecimento, correspondente a um programa a ser desenvolvido, num período letivo, com determinado número de créditos. As disciplinas do currículo são as fixadas, atendendo às peculiaridades regionais e às necessidades de formação geral, humanística e profissional; observada a legislação vigente.

O currículo dos cursos de graduação tem organização própria, com uma grade seriada para localização do aluno acerca de sua fase no curso, ordenados em fases semestrais com pré-requisitos, quando necessários.

O programa de cada disciplina é elaborado a partir da ementa estabelecida no Projeto do Curso, sob a forma de plano de ensino pelo professor da disciplina, discutido e aprovado pelo Colegiado competente.

2.4.1. Parâmetros para Seleção de Conteúdos e Elaboração de Currículos

A seleção de conteúdo é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos e que não priorizam a criticidade.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos desenvolvidos nos diferentes cursos da FAESB leva em conta a análise da realidade, foco nos aspectos da inserção regional da Instituição e operada com referenciais específicos, tais como:

⇒ Sócio-antropológico, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo é aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, conseqüentemente, a democracia plena;

⇒ Psicológico, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;

⇒ Epistemológico, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;

⇒ Socioeconômico, que leva em consideração às necessidades regionais e o desenvolvimento inovador e sustentável necessário à sociedade em que se insere.

⇒ Assim, a seleção de conteúdos programáticos e a elaboração dos currículos dos Cursos de Graduação ocorre sob orientação e supervisão do Núcleo Docente Estruturante, que considera as eventuais modificações a serem acrescidas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos e dentre suas atribuições devem contemplar o estudo e análise aprofundada de novas formas de flexibilização dos diferentes currículos e que atenda à diversidade regional, às exigências legais, bem como, a busca de um pensamento coletivo.

Para tal, os docentes envolvidos no processo devem:

⇒ Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado no

processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática.

⇒ Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida.

⇒ Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação.

Para assegurar a qualidade do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas:

⇒ a revisão contínua dos currículos;

⇒ a atualização permanente de programas, ementas, bibliografias e planos de ensino; a dinamização das atividades práticas de formação profissional; a orientação acadêmica; a ampliação dos recursos de apoio ao ensino, o aperfeiçoamento docente; a qualificação docente; a criação de novos cursos; a elaboração e revisão dos projetos pedagógicos dos cursos e a autoavaliação constante visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

Assim, no que concerne a revisão/atualização dos conteúdos e currículos a FAESB considera o que segue:

⇒ Coerência do currículo com os objetivos do curso;

⇒ Coerência do currículo com o perfil do egresso;

⇒ Coerência do currículo face às diretrizes curriculares nacionais;

⇒ Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;

⇒ Inter-relação e integração entre as disciplinas;

⇒ Dimensionamento da carga horária das disciplinas;

⇒ Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;

⇒ Adequação, atualização e relevância da bibliografia.

2.5. Políticas e Ações Acadêmico-Administrativas voltadas ao Ensino de Graduação e de Pós-Graduação, Políticas de Pesquisa (Iniciação Científica), Extensão e Gestão

2.5.1. Planejamento Didático-Instrucional e Políticas de Ensino de Graduação

Para a FAESB, o ensino continua sendo uma ação processual, interativa e intencional sistematizada entre professores e alunos, os quais interagem através dos mais diversificados meios de comunicação disponibilizados na atualidade para a execução das práticas pedagógicas.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são categorias prementes no processo de ensino-aprendizagem para aquisição do conhecimento já produzido, indicando caminhos para produção do novo.

O envolvimento da comunidade tem como propósito identificar e atender suas demandas e necessidades com compromisso de divulgar sua produção científica, o que ocorre pela publicação em meios físicos e digitais, bem como, seminários e palestras. Como resposta ao almejado pela sociedade regional, participa efetivamente com a aplicação destes conhecimentos adquiridos e produzidos nas soluções dos problemas apresentados, bem como, com as iniciativas inovadoras, com seus projetos de ensino-aprendizagem focados no empreendedorismo, na inovação e na sustentabilidade, proporciona o cumprimento de seu efetivo compromisso institucional promovendo o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, da sociedade.

Faculdade de Educação Social da Bahia

Neste contexto, a FAESB tem como princípio pedagógico a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Ou seja, norteadas pela sua concepção de ensino, a IES procurou e continuará a procurar em todo seu percurso educativo vincular a tríade do ensino superior ensino-pesquisa-extensão aos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação.

Ao efetivar estas ações, desenvolve ensino com qualidade, ampliando e melhorando as condições de oferta. Há que se destacar que a vinculação destas ações está diretamente conectada a um corpo docente qualificado, e infra-estrutura necessária, o que a Faculdade

disponibiliza a comunidade acadêmica e a sociedade.

As políticas de Ensino da FAESB visam o ensino como forma de inserir o cidadão em um processo em que, ao mesmo tempo em que apreenda as técnicas relativas à profissão escolhida, permita a constituição de uma visão universal da Ética, voltando -se para a valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, além do desenvolvimento de ações afirmativa dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

Essa visão holística se dá através de práticas integrativas e inovadoras que posicionam o aluno como centro do processo de aprendizado, discriminadas a seguir.

2.5.1.1. Metodologias e Práticas Inovadoras

Para que o processo de ensino não se torne mera transmissão de conteúdos desvinculados da realidade e/ou descrição da mesma, o entendimento institucional sobre os conteúdos nas diferentes disciplinas dos cursos, pauta-se pelo trabalho interdisciplinar, investigativo da realidade e inovador, articulando aspectos teóricos e empíricos, de forma a não priorizar uma dimensão em detrimento da outra.

Decorre daí a necessidade de repensar a perspectiva metodológica, propiciando situações de aprendizagem que possibilitem a interação dos diferentes conhecimentos e o contato do aluno com situações de iniciação científica.

Assim sendo, o propósito metodológico assumido pela FAESB é o da ressignificação do conhecimento, aproximando ensino e iniciação científica, passado e presente, problemas da vida do aluno, de sua futura profissão e conhecimento socialmente construído. Dessa forma, o processo de teorização elaborado pelo professor tem como finalidade permanente a reinvenção e ressignificação da própria prática e aprofundamento teórico.

Para tanto, a formação acadêmica proposta na instituição, visa ao desenvolvimento de habilidades e competências em consonância com os problemas locais e globais de modo a fazer frente às questões epistemológicas e sociais de nossa época. A partir disso,

fundamenta sua metodologia na ressignificação e problematização de conteúdos, enfatizando que a construção de conhecimentos ocorre a partir da vivência de experiências significativas da realidade dos discentes e de situações do cotidiano dos mesmos, visando com esse processo que o acadêmico possa atribuir sentido aos conteúdos desenvolvidos. Para sua efetivação, os conteúdos previstos em cada disciplina, tendo sido ressignificados e problematizados pelo professor, são orientados metodologicamente a partir dos seguintes princípios:

- **Momento motivacional, de provocação do desejo e situacional:** abordagem de situações-problema e curiosidades da realidade, discussão de hipóteses de solução e contextualização das situações, problemas e curiosidades na história;
- **Momento de fundamentação teórica:** desenvolvimento de fundamentos teóricos que expliquem e/ou solucionem as situações-problema e curiosidades abordadas;
- **Momento da produção teoricamente fundamentada:** abordagem de novas situações-problema e curiosidades, desenvolvendo com os discentes exercícios de compreensão e/ou solução teoricamente fundamentadas.

Deste modo, as problematizações e curiosidades da realidade manifestam-se em todas as suas contradições e idiossincrasias, gerando o desassossego inicial e novos temas de estudo e iniciação científica para os professores, alunos e demais atores envolvidos. Cria-se, assim, desafios cognitivos permanentes para discentes e docentes.

É importante ressaltar que a metodologia pautada na ressignificação e problematização requer uma postura do docente no exercício de sua prática pedagógica que se faz por um permanente trabalho reflexivo com o discente, pela disponibilidade do professor para pesquisar, acompanhar e colaborar no aprendizado crítico do aluno, gerando tensão e desequilíbrio cognitivo, indispensáveis ao processo de construção do conhecimento.

A metodologia, aqui expressa, tornou-se base para as propostas pedagógicas em cada projeto pedagógico de curso, desdobrados, nos planos de ensino das disciplinas, de

forma que haja uma formação integral, evitando-se a fragmentação de estudos desvinculados da realidade e dos contextos profissionais.

Assim, a formação na instituição oferece oportunidade aos seus acadêmicos para serem profissionais competentes em suas áreas de conhecimento, sejam empreendedores com visão sistêmica do contexto e possam contribuir com compreensões e soluções às questões locais, regionais, nacionais e mundiais, participando como protagonistas no processo sócio-histórico que estão inseridos. Desta forma, propicia a construção da autonomia, o convívio com as diferenças, a valorização da história de diferentes sujeitos e saberes, o exercício do trabalho interdisciplinar e o comprometimento ético-político com a defesa dos direitos humanos.

Ainda em relação às metodologias e práticas pedagógicas inovadoras, a FAESB busca sempre implementar a cultura empreendedora, da inovação e da sustentabilidade na vida acadêmica do discente tendo por finalidade o desenvolvimento dos seres humanos e da sociedade. Ela é uma metodologia de ensino diretamente ligada com as tecnologias de desenvolvimento sustentável, por essa razão ela atinge não só o discente, mas a comunidade como um todo.

É por meio dessa metodologia de ensino, que os discentes têm contato com o estudo de oportunidades que visam ao desenvolvimento, seja ele pessoal ou coletivo. Nesse entender, a cultura empreendedora apresenta uma acentuada abordagem humanista. Dessa forma, sua metodologia elege como tema a preparação do discente para participar ativamente da construção do desenvolvimento social, com vistas à melhoria de vida da população e à eliminação da exclusão social.

Esta metodologia cria um ambiente de aprendizagem no qual o discente, de forma autossuficiente, possa perceber os valores empreendedores e aprender sobre si e sobre a comunidade. Dessa maneira, aprender a utilizar ferramentas e instrumentos úteis para o desenvolvimento de suas atividades.

Portanto, o discente identifica as fontes do conhecimento com a ajuda do docente, sendo de sua responsabilidade o acesso e a mobilização do conteúdo. Assim, cabe às culturas empreendedora e sustentável promover o estímulo da capacidade de escolha do

aluno sem interferir com influências as suas decisões, para que tomando decisões por si só, esteja preparando-se para as suas próprias opções.

Cabe também, desenvolver o potencial dos alunos para que eles sejam empreendedores em qualquer atividade que venham a atuar.

O compromisso desta metodologia oportuniza ao discente fazer sua opção profissional e apostar no tipo de empreendedor em que seu perfil se enquadra. Portanto, cabe ao empreendedorismo estabelecer ao aluno uma forma de ser e não somente de fazer.

Diante do exposto, à formação de uma cultura empreendedora nos cursos da FAESB buscam, por meio de suas metodologias e práticas pedagógicas, desenvolver um perfil de egresso como um modo de ser que tenha iniciativa, que crie e torne-se agente de transformação em situações que se apresentam como problemas nos diferentes aspectos da vida humana.

Nesse sentido, a proposta pedagógica da instituição prima pela formação de pessoas e profissionais com o ímpeto criador e inventivo que modificam qualquer área do conhecimento humano.

Desta forma, é importante ressaltar que, em conjunto com a formação proposta em suas metodologias e práticas pedagógicas que buscam a construção de um perfil de egresso inovador, os cursos da instituição promovem ações extensivas à comunidade.

2.5.1.2. FLIPPED CLASSROOM – As Aulas Invertidas

Conforme já destacamos, na FAESB, de acordo com os princípios democráticos advindos das políticas de ensino, buscar-se constantemente um escopo metodológico que permita ao corpo discente o exercício de sua autonomia de aprendizado e o controle de seu próprio processo de trabalho, perspectiva esta própria da sociedade moderna em sua cultura e produção globalizada.

No que diz respeito ao corpo docente, o curso privilegia sempre a desvinculação do papel de “detentor do saber” para o papel de “mediador”. No seu fazer pedagógico o professor deve sempre estar centrado tanto em formar competências, habilidades e disposições de conduta, quanto em relação à quantidade e qualidade de informações a serem apreendidas pelos alunos. Isto significa que precisa relacionar o conhecimento com dados da experiência cotidiana, trabalhar com material significativo, para que o aluno consiga fazer a ponte entre a teoria e a prática e fundamentar críticas.

Dessa forma, dentre as várias modalidades de ensino-aprendizagem já tradicionais no ambiente universitário, a FAESB estabelece em seus cursos de graduação o que é conhecido como a Sala de Aula Invertida, ou, como se aponta na literatura internacional “Flipped Classroom”.

Em linhas gerais, o princípio básico desta proposta metodológica é que ocorre uma inversão das aulas consideradas tradicionais, pautadas na clássica preparação do professor para expor conteúdo em sala de aula.

Na Sala de Aula Invertida, os estudantes da FAESB assumem responsabilidades no tocante à sua preparação prévia às aulas, devendo realizar atividades de leitura, pesquisa ou análise de materiais enviados pelos professores antecipadamente.

O acesso ao conteúdo pode ocorrer por meios variados, como a disponibilização em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), vídeos postados pelo professor em websites, chats, fóruns ou ferramentas diversas.

A partir da prática de ações colaborativas que antecedem a sala de aula, o professor dispõe de mais tempo para o saneamento das dúvidas que surgem ou surgirem no decorrer da leitura do conteúdo e da realização de atividades propostas.

O eixo central das experiências com as aulas invertidas ampara-se na busca de novos procedimentos didáticos que estimulam a permanência dos alunos nos cursos, diminuindo a evasão, tudo a partir de práticas inovadoras que incentivam a resolução de

problemas de forma crítica e com ampla utilização da tecnologia de informação e da autonomia dos alunos.

Desse modo, associa-se a formação de um profissional capacitado e autônomo na produção do conhecimento à formação de um cidadão apto a resolver os problemas de diferenciados contextos.

Além disso, todos os cursos de graduação da FAESB sensibilizam sempre o corpo docente de maneira que na seleção de metodologias, alunos e professores tenham a oportunidade de vivenciar a cidadania e promover a criticidade em todos os conteúdos previstos para o curso. Neste contexto, as situações de trabalho são extremamente relevantes para a contextualização, razão pela qual se dá preferência por docentes que unam a academia com a experiência prática das suas áreas profissionais.

A complementaridade entre as disciplinas e os conteúdos aparece na relação estabelecida entre os professores através de práticas interdisciplinares, a partir das pesquisas e projetos feitos por grupos de alunos e orientados por docentes, afinal, por fazer parte da futura rotina na atuação profissional, o trabalho em equipe é um grande e fundamental aspecto a ser priorizado.

Na mesma linha, consideram-se as diferenças individuais dos alunos e apoia-se o desenvolvimento de interesses e habilidades particulares de cada um, o que é imprescindível quando se elege a atenção à diversidade como princípio didático. A operacionalização da proposta metodológica pode também lançar mão de métodos tradicionais de ensino, tais como aulas expositivas e seminários. Entretanto, o desafio sempre se encontra em propor inovações no campo da metodologia de ensino para alavancar o efetivo desenvolvimento das competências do egresso. Neste sentido, a proposta metodológica na FAESB tem como mote a viabilização da integração dos conteúdos vistos ao longo do curso.

Essa proposta metodológica é de conhecimento de todo o corpo docente para que os diversos planos de ensino sejam elaborados de forma integrada, sempre aos finais do semestre nos Seminários Pedagógicos a se tornarem rotineiros nos cursos.

Para efetivação das propostas metodológicas delineadas, foram e são sugeridas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de projetos de trabalho capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo semestre do curso, ou, até mesmo, componentes de diferentes semestres;
- Organização dos laboratórios profissionais (Clínica Escola, NPJ etc.) de modo que se permita a simulação e a prática em situações reais de trabalho que poderão ser encontradas pelos futuros profissionais; e
- Realização de atividades extracurriculares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo profissional.

Em suma, o proceder metodológico delineado na FAESB, uma vez dirigido para a apropriação do perfil delineado para os cursos de graduação e pós-graduação, é voltado para a formação de um profissional que sabe fazer e que sabe aprender a aprender, tudo a partir de uma concepção crítica das relações que permeiam a educação, a sociedade e o trabalho. Neste mote, destaque-se o Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógico que é o órgão responsável por pesquisar e disseminar na IES as novas metodologias para todos os cursos.

2.5.2. Flexibilidade dos Componentes Curriculares

A flexibilização compreende modificações no currículo em consonância com o plano pedagógico de maneira a ressignificar a prática docente e proporcionar ao educando melhores condições para sua formação e inserção no mercado de trabalho.

A flexibilização do currículo se caracteriza tanto pela verticalidade, quanto pela horizontalidade. A verticalidade prevê a possibilidade de organização do saber ao longo do semestre e anos e, a horizontalidade, possibilita ao educando o aproveitamento de várias atividades acadêmicas para fins de integralização curricular.

Nos projetos pedagógicos dos cursos, a flexibilização curricular prevê critérios que deverão permear as áreas curriculares de conhecimento e estas devem estar organizadas em atividades e projetos que promovam associação de novas experiências com aquelas estabelecidas na integralização mínima prevista na matriz curricular.

Esta organização curricular, que busca maior liberdade e flexibilidade nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, volta-se para a permeabilidade dos processos, na perspectiva de uma formação em consonância com os desafios do mundo contemporâneo.

São perspectivas de flexibilização dos currículos:

- ACs – Atividades Complementares, presentes em todos os cursos de graduação da IES;
- Projetos/Práticas Interdisciplinares – PIs previstos para os cursos Tecnológicos e Bacharelados;
- Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento que farão parte dos cursos de graduação para Formação de Professores;
- Disciplinas Optativas que estão inseridas em todos os currículos;
- Aproveitamento de Estudos na perspectiva da Lei 9.394/96, Art. 47 § 2º;
- Implantação gradativa dos 20% de disciplinas semipresenciais previstos pela legislação em vigor para os cursos presenciais;
- Disciplinas constituídas como “Tópicos Especiais” em que os professores possuem a flexibilidade de constituir as ementas conforme as necessidades previstas em avaliações dos cursos ou necessidades externas como o ENADE, Prova da OAB etc.

Dessa forma, a flexibilização curricular se evidencia na construção de uma concepção e de estrutura curricular que exige a incorporação de outras formas de aprendizagem e de formação. Nessa perspectiva, a FAESB mantém um processo constante de avaliação, atualização e inovação dos projetos pedagógicos dos seus cursos de graduação a partir dos NDEs – Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de graduação implantados.

Portanto, a flexibilização curricular se concretiza em cada projeto pedagógico, conforme as especificidades da área de formação e ao perfil profissiográfico definido para o formado.

2.5.2.1. Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular

Como já ressaltado na seção anterior, além das atividades obrigatórias para a integralização da matriz curricular dos cursos, a FAESB oportuniza aos seus alunos a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão, através de projetos desenvolvidos nos cursos de graduação e no Núcleo de Iniciação Científica da IES. Essas atividades compreendem uma dimensão quantitativa e qualitativa visando à melhoria da formação e atualização profissional do aluno nas diferentes áreas do conhecimento. Propõe uma ampliação do espaço para estudos independentes (Atividades Complementares e Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento), podendo o estudante participar desde o seu ingresso na Faculdade.

É uma perspectiva de currículo que favorece a iniciativa e a participação do aluno no seu processo de formação, tornando-o corresponsável pelo contexto de ensino-aprendizagem.

A FAESB oferece, como já apontado anteriormente, em seus cursos de graduação disciplinas optativas e/ou eletivas como possibilidade do próprio aluno participar da construção do seu currículo. Além disso, há que destacar os Projetos Interdisciplinares e a Pesquisa e Práticas Pedagógicas estabelecidos para os PPCs dos Cursos de Bacharelado

e Licenciatura, respectivamente.

2.5.3 Perfil do Egresso

A FAESB visa formar e qualificar profissionais, bem como estimular a iniciação científica e promover o desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

O projeto pedagógico de cada curso abrange as aptidões, competências e habilidades necessárias ao futuro profissional. Elas devem estar coerentes com os objetivos dos cursos, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, os projetos interdisciplinares, sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica e o trabalho conclusão de curso.

Desta forma, a base da formação para o egresso situa-se nos quatro pilares da educação, focados no:

- ⇒ Aprender a ser, formando, para os valores éticos, honestidade, coerência, pensamento autônomo e crítico, liberdade e responsabilidade;
- ⇒ Aprender a conviver, formando pessoas com espírito cooperativo e de equipe, respeito às diferenças e capacidade de dialogar;
- ⇒ Aprender a conhecer, formando o espírito de pesquisa e busca, a compreensão de fenômenos, a capacidade de argumentar, o conhecimento técnico-científico, a integração da teoria e da prática, a consciência de aprender a aprender e atualizar-se sempre, o conhecimento sensitivo, artístico e estético, a apropriação crítica das informações e dos recursos tecnológicos;
- ⇒ Aprender a fazer, em especial, na capacidade de solucionar problemas, apoiado em fundamentos teóricos, na capacidade empreendedora, na elaboração de conceitos autônomos e críticos, na elaboração de projetos e propostas, no espírito de iniciativa, invenção e imaginação e na capacidade de exercer a liderança;
- ⇒ Aprender a conviver com a diversidade de culturas e etnias construindo uma

prática de promoção da igualdade e da democracia vislumbrando uma melhoria social e da própria prática.

Além disso, conforme apontamos em momentos anteriores deste documento, o egresso deve ter uma consciência plena acerca de sua responsabilidade para com o outro e para com o mundo, tendo, além das perspectivas acerca de sua profissão, a inovação e sustentabilidade como nortes constantes.

Em suma, o perfil geral do egresso da FAESB constitui-se como sendo:

Um profissional e cidadão com competência técnica em sua área de atuação ciente de sua responsabilidade socioambiental e consciente da necessidade de busca constante da educação continuada.

2.5.4. Atividades Práticas de Estágio

2.5.4.1. Relação Teoria e Prática

As dimensões teóricas e práticas do conhecimento, assim como suas integrações, aparecem em todas as atividades acadêmicas, não se restringindo a determinadas matérias ou determinados tempos de realização do currículo.

A relação teórico-prática tem o objetivo de promover a aproximação do acadêmico nas atividades desenvolvidas em ambientes que favoreçam o exercício da prática profissional.

Ocorre simultaneamente a partir das disciplinas que compõem o currículo do curso, e visam o fortalecimento na formação a partir da superação da aprendizagem apenas teórica, pois assim o aluno tem a oportunidade de promover o pleno desenvolvimento profissional.

2.5.4.2. Estágios

O estágio é um componente curricular que tem relação direta com o processo de aprendizagem para a profissionalização do estudante. Podendo ser não obrigatório, chamado pela IES de Estágio Extracurricular, de livre iniciativa do estudante ou obrigatório, quando exigido para o cumprimento da carga horária do curso.

A FAESB oferece o estágio obrigatório nos cursos de bacharelados e de Licenciatura oferecidos na IES.

Sua realização exige o acompanhamento profissional de um supervisor de Estágio na unidade concedente do estágio, com formação ou experiência profissional na área de estudos do estagiário e orientação de um professor da instituição capaz de orientar em suas necessidades e especialmente acompanhar se as atividades desenvolvidas são condizentes com os objetivos estabelecidos na legislação.

A realização do estágio propicia a aprendizagem através da prática, e é desenvolvido em qualquer hipótese, em uma instituição capaz de possibilitar a vivência da rotina profissional, com supervisão profissional permanente na teoria e a prática. Não se atém a uma mera aplicação de conteúdos, criando, em toda a trajetória de formação do estudante, oportunidades reais de confrontos e sínteses sobre questões cruciais do campo profissional, necessários à construção constante de conhecimentos e à formação de habilidades.

A regulamentação do Estágio faz parte do projeto pedagógico dos cursos de graduação, fundamentada nas seguintes normas gerais:

- Os estágios devem ser realizados, preferencialmente, em escolas públicas e privadas, hospitais públicos e privados e em empresas e órgãos privadas e públicas, conveniadas com a instituição;
- Caso houver dificuldades com o campo de estágio, o mesmo poderá ser desenvolvido nas dependências da instituição, desde que seja respeitada a legislação vigente;
- Os estágios devem ser realizados sob a orientação de um professor da

instituição, o qual acompanha as atividades do estagiário;

- As escolas, hospitais, órgãos e empresas conveniadas devem designar um profissional para exercer a função de supervisor de estágio;
- Os coordenadores de cada curso devem designar os professores para atuarem como orientadores de estágio;
- O Programa de Estágio deve contemplar o planejamento das atividades, bem como, a carga horária mínima a ser cumprida e as datas de reuniões periódicas e de entrega de relatórios;
- A avaliação do estagiário deve ser feita pelos orientadores e supervisores de estágio;
- A frequência mínima de aprovação do estágio é de 75% e a nota deve alcançar o mínimo estabelecido no regulamento constante dos projetos pedagógicos dos cursos.

A participação de programas de estágio, divididos em obrigatórios e não obrigatórios, é um componente que aprimora os conhecimentos do estudante, fortalecendo sua formação acadêmica.

2.5.4.3. Projetos/Práticas Interdisciplinares – PI e Pesquisa e Prática Pedagógica

Para que os acadêmicos possam ter uma visão mais ampla e consciente da importância dos conteúdos ministrados, bem como a inter-relação entre eles e um melhor entendimento dos conhecimentos que lhes são transmitidos cotidianamente, assim, a cada semestre, são desenvolvidos trabalhos interdisciplinares que visam à articulação teórica e prática entre as disciplinas cursadas.

Do início ao final dos cursos de graduação, os alunos desenvolvem, sob a orientação dos professores, diversos projetos integradores, tendo como produtos desta proposta o desenvolvimento e execução de projetos voltados para área de formação, a responsabilidade social, a produção de relatórios técnicos, a apresentação de projetos e a prática profissional, cujo objetivo principal é a aplicação prática dos conteúdos aprendidos em sala de aula, o encontro com a sociedade, a constituição de propostas inovadoras, a

configuração de novas práticas e a formação cidadã. Os projetos Interdisciplinares (apresentados no curso de Direito como Práticas Interdisciplinares) têm um papel de incentivar a transdisciplinaridade no que tange às questões da prática em si até as absorção das questões relativas aos direitos humanos e amplitude da visão sobre a sociedade em que o alunado está inserido.

Ressalte-se que os Projetos Interdisciplinares e as Pesquisas e Práticas Pedagógicas são normatizados por regimento e manual próprios, disponibilizados em cada curso e anexado aos documentos institucionais para consulta de toda a comunidade acadêmica.

2.5.4.4. Atividades Complementares e Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento

Diferentemente do que ocorre na maior parte das IES no Brasil, a FAESB optou, a partir de ampla discussão, por inserir as Atividades Curriculares e as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento no formato de disciplina/carga horária em cada semestre letivo dos cursos, ou seja, elas são constituídas no mesmo molde que outras disciplinas.

Trata-se de uma estratégia para que os alunos, desde o início do curso, busquem participar dos eventos da IES, bem como de eventos externos para constituí-las, excluindo-se, portanto, a prerrogativa ocorrente de os alunos deixarem tais atividades para serem contempladas ao final do curso, como empiricamente os idealizadores deste PDI já presenciaram em outras IES.

Faculdade de Educação Social da Bahia

As atividades complementares estão contempladas em todos os currículos dos cursos de graduação da FAESB e as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento nos cursos de formação de Professores, dando a esses currículos maior flexibilidade no trato dos mais diversos temas e assuntos, voltados para a promoção da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade.

São caracterizadas como atividades de ensino, iniciação científica e extensão, dentre muitas outras formas que colaborem para o enriquecimento do currículo dos cursos

e contemple o perfil traçado do profissional.

Favorece o discente numa participação ativa em atividades extracurriculares, que complementam seu conhecimento e o ajudam a construí-lo de uma forma mais eclética e criativa, a partir de um estreitamento das relações com conteúdos das disciplinas que estão sendo cursadas, de outros que ainda não foram estudados nos currículos e inclusive de assuntos emergentes nas áreas de atuação da instituição.

Esse exercício de participação permite ao discente ir aprendendo a se expressar nos eventos, com apresentação de trabalhos ou outros tipos de intervenções, assim como proporciona maior envolvimento e estreitamento das relações com alunos de outros períodos e com a sociedade, formando um curso harmônico e coeso.

A formação do discente, nesse sentido, não fica restrita a sala de aula, com atividades estanques, mas pode interagir criativamente com outros contextos e ajuda a desenvolver habilidades que contribuem para a formação do seu perfil profissional.

É de competência do colegiado de curso normatizar as atividades complementares e as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento ao longo do curso, em coerência com as diretrizes estabelecidas pela instituição e com as do MEC. Essas atividades são computadas no sistema de ascensão de períodos, para efeito de integralização do total previsto para o curso.

As atividades complementares e as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento estão regulamentadas nos projetos pedagógicos dos cursos, tendo por base as seguintes normas:

⇒ As atividades complementares e as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, cuja realização é indispensável à colação de grau, são planejadas de forma a propiciar que os alunos de graduação as realizem no decorrer dos cursos;

⇒ Os projetos pedagógicos dos cursos estabelecem a carga horária mínima para o exercício das atividades complementares e das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento;

⇒ As atividades complementares e as Atividades Teórico-Práticas de

Aprofundamento desdobram-se entre os níveis de ensino, iniciação científica e extensão e devem ser realizadas na própria instituição ou fora dela;

⇒ Na realização das atividades complementares e das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, por parte dos discentes, devem ser garantidas a diversidade de áreas e o cômputo das cargas horárias devem respeitar os limites estabelecidos nos projetos pedagógicos de cursos e seus respectivos regulamentos;

⇒ Cabe ao aluno, a cada semestre letivo, encaminhar a documentação comprobatória de sua participação em atividades complementares e Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, entregando-a ao setor responsável, para posterior aproveitamento, lançamento e computação da respectiva carga horária;

⇒ O setor responsável pode exigir, a qualquer momento, sempre que houver dúvida ou insuficiência da documentação apresentada na realização de atividade, a apresentação de comprovações que permitam o efetivo acompanhamento e avaliação da respectiva atividade complementar e das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento;

⇒ Antes de realizar qualquer atividade complementar ou Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento que não tenham previsão ou pontuação horária na regulamentação constante nos projetos pedagógicos dos cursos, e no BAREMA da IES o aluno deve, previamente, obter um parecer favorável, inclusive quanto à carga horária a ser aproveitada e registrada no histórico escolar;

⇒ Das decisões do setor responsável quanto às negatórias do aproveitamento de qualquer atividade caberá recurso aos Colegiados dos Cursos, formalmente protocolados.

2.5.4.5. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

Na FAESB, o TCC – Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade obrigatória em todos os cursos de Bacharelado e Licenciatura.

Trata-se de uma atividade científica integrante e fundamental da formação do profissional que se dedica a qualquer área do conhecimento, pois a sociedade contemporânea requer profissionais com conhecimento de métodos científicos que auxiliem na produção de novos saberes e busquem as resoluções de problemas. O TCC tem como objetivo principal trazer respostas para questões que existem em relação às práticas oriundas no campo do saber.

Trata-se de uma atividade curricular que tem sua estrutura composta por elementos obrigatórios e visa o estudo de um tema delimitado, objetivando o aprofundamento do conhecimento, como importante contribuição para o segmento em que se insere.

A regulamentação do TCC faz parte do projeto pedagógico dos cursos de graduação da FAESB, fundamentada nas seguintes normas gerais:

- ⇒ Os discentes de cada curso de graduação são submetidos ao processo de orientação, para efeito de escolha do tema e elaboração do trabalho;
- ⇒ O TCC deve tratar de questões e temas relacionados aos currículos dos cursos de graduação;
- ⇒ O TCC é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação;
- ⇒ A estrutura formal do TCC deve seguir os critérios estabelecidos pela instituição;
- ⇒ A mudança de tema do projeto de TCC somente pode ocorrer com a aprovação do Coordenador/Orientador de TCC, a partir de proposta do discente ou do docente orientador, com parecer conclusivo deste;
- ⇒ Por se tratar de componente curricular obrigatório, o aluno que não entregar o trabalho, sem motivo justificado, a critério da Coordenação do Curso, será automaticamente reprovado, podendo apresentar novo TCC somente no semestre letivo seguinte.

2.5.4.6. Recursos e Avanços Tecnológicos na Oferta (Promoção do avanço tecnológico e recursos de Inovação e desenvolvimento Artístico- Cultural)

A FAESB acompanha o avanço das novas tecnologias, tanto no que tange ao mercado de trabalho, para poder reestruturar suas matrizes curriculares, bem como os avanços tecnológicos que ocorrem na área de educação para rapidamente implantar a seus discentes essas novas perspectivas, pois a globalização e os meios de comunicação de grande agilidade transformam o mercado de trabalho e a sociedade com muita velocidade.

Em concomitância, existe a preocupação de incentivar a cultura e a disseminação das questões simbólicas e artísticas através da leitura e da preponderância das esferas da

própria organização.

A FAESB tem em sua filosofia partilhar e fomentar a cultura local em seus alunos, promovendo através de seu planejamento interdisciplinar, seja na grade curricular, seja nos programas interdisciplinares e eventos da instituição a convivência entre a globalização e os aspectos locais mantendo, através da própria inovação os aspectos da identidade local para que alunos e professores tenham propriedade do avanço tecnológico sem a perda da sua essência norteadora.

A IES tem a perspectiva de utilização de equipamentos tecnológicos diferenciados que estão à disposição no mercado atual. Citem-se como exemplos as seguintes incorporações a serem adquiridas e implantadas no decorrer deste PDI:

- a) Uso do AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem (CERBRUM) como ferramenta de comunicação e apoio no ensino-aprendizagem de todas as áreas do conhecimento e cursos de graduação;
- b) Uso da Biblioteca Virtual que possibilita aos alunos usuários a marcação, determinação e diversos recursos de interação com os livros e textos;
- c) Uso de softwares para as aulas;
- d) Uso de redes de comunicação celular (Grupos de WhatsApp)
- d) Uso dos equipamentos dos laboratórios;
- e) Uso desses equipamentos tendo como conteúdo a cultura local e os eventos da região para promoção e conhecimento dos mesmos.

Faculdade de Educação Social da Bahia

2.5.4.7. Metodologias de ensino a serem adotadas pelos cursos da FAESB, privilegiando o uso de recursos tecnológicos, princípios pedagógicos integradores e metodologias ativas de ensino e aprendizagem

A metodologia de ensino adotada pela FAESB tem por finalidade o pleno desenvolvimento do aluno, buscando uma preparação holística para o exercício de uma profissão de nível superior e de sua cidadania. Para tanto, a IES busca constantemente ações voltadas para:

- Uma gestão compartilhada na construção competente do projeto pedagógico;
- Um processo de gestão centrado em valores e princípios democráticos;
- Uma visão de compartilhamento de conceitos com todos os partícipes do processo de ensino-aprendizagem e de sua comunidade de princípios fundamentados nos direitos humanos e das relações étnico-raciais que envolvem a sociedade brasileira;
- Busca democrática na sua essência pedagógica, visando à colaboração, co-responsabilidade e solidariedade de sua comunidade acadêmica;
- Uma gestão compartilhada buscando a formação de uma cultura ética e responsável na sua essência, que deverá nortear o processo pedagógico de formação dos egressos;
- Uma busca de excelência acadêmica nas áreas em que atua;
- Um foco na conscientização e formação de indivíduos e de sua comunidade de princípios de conservação do meio ambiente e de uma vida social sustentável;
- Um projeto pedagógico fundamentado em práticas que visam o aprender a aprender como locus principal.

O aluno, como sujeito ativo da construção do conhecimento, é um dos principais agentes do processo ensino-aprendizagem. Dessa forma, para a FAESB, a construção do conhecimento se dá com a participação ativa de todos os agentes do processo e com uma constante interação com a sociedade, assimilando e trazendo para o dia-a-dia construtivo o estado-da-arte das áreas de conhecimento dos cursos de graduação, extensão e pós-graduação. Isso significa que a IES acredita que seus alunos somente podem ter pleno desenvolvimento de seus conhecimentos quando forem construídos através da constante interação com o meio.

Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem adotado pela IES está fundamentado na lógica pedagógica de que o aluno não deve parafrasear a realidade e sim observar a realidade e adotar um processo interativo e crítico da prática profissional, caracterizando-se como um agente ativo da realidade. Para isso, a IES adota os princípios pedagógicos de que a individualidade do aluno deve ser respeitada, tanto em termos de níveis de aprendizado, como formas de assimilação de conhecimentos.

Na concepção da IES, o professor representa um dos principais agentes incentivadores do processo de aprendizagem, onde os alunos devem ver no docente um operador da dinâmica do aprendizado.

No processo cotidiano de construção do conhecimento, as principais dinâmicas metodológicas adotadas são: métodos expositivos, onde o conhecimento é apresentado de forma sistematizada; trabalhos independentes, onde a individualidade é o principal agente, tendo o aluno como principal elemento do processo; estudo dirigido, no qual a realização de tarefas de reprodução do conhecimento e de habilidades é definida, onde são claramente definidos os objetivos e resultados esperados; trabalhos em grupo, no qual busca-se a cooperação dos alunos entre si, na realização de tarefas direcionadas; dinâmicas de grupo, caracterizando uma ferramenta onde os estudos acontecem normalmente em grupos com o trabalho de conteúdos integrativos; aulas práticas, onde são colocados em prática o conhecimento teórico desenvolvido em sala de aula; visitas técnicas, onde o processo é realizado através de visitas a entidades de interesse dos alunos e dos professores, objetivando uma visão aplicada do conhecimento acadêmico; utilização de laboratórios, onde busca-se que os alunos consigam interpretar os fenômenos envolvidos com as práticas laboratoriais; ensino experimental ativo, onde o aluno participe efetivamente nas atividades, promovendo a sua participação direta no processo de construção do conhecimento; ensino expositivo, com disponibilidade de meios modernos: com salas adequadas, fisicamente bem dimensionadas, iluminadas e ventiladas, dotadas de meios modernos de multimídia; pesquisa, onde a IES busca a articulação entre a teoria e a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, os estágios profissionais e as atividades de extensão voltadas às necessidades regionais; mesa-redonda, onde acontecem reuniões entre professores, alunos e profissionais ativos no mercado, na busca da inserção do conhecimento através de opiniões de forma democrática e participativa; semanas acadêmicas, onde a interação entre os professores e alunos acontece de forma muito intensa, com a apresentação de trabalhos, de mini cursos, de palestras e de várias atividades direcionadas; dos projetos interdisciplinares em que os alunos pesquisam em grupo e aprendem a liderar e se organizar, bem como expandir e socializar os documentos, dentre outros meios que são inerentes às singularidades de cada curso e cada disciplina ou componente curricular.

Para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem, a FAESB disponibiliza em todas as suas instalações as mais modernas tecnologias, considerando que o uso dessas tecnologias facilita a transmissão e assimilação de conhecimentos entre os agentes envolvidos no processo. Para

tanto, gradativamente e no decorrer deste PDI serão disponibilizados em todas as salas projetores multimídia, redes de internet, softwares específicos para as necessidades dos vários cursos, equipamentos de som e imagem, bem como todos os demais recursos tecnológicos demandados pela comunidade acadêmica.

2.5.4.8 *Aproveitamento de Estudos e de Competências*

Considerando as expectativas delineadas nos documentos regulatórios do MEC, em especial a LDB e o Art. 9º da Resolução CNE/CP nº 3/2002, este PDI, conforme apontamos anteriormente, prevê nas expectativas de integralização curricular e constituição do egresso o aproveitamento de estudos e de competências e habilidades adquiridas por meio do mercado de trabalho, em especial no que tange aos cursos tecnológicos pleiteados pela IES.

Assim, esta seção do PDI tem o objetivo de orientar os gestores, coordenadores e alunos da FAESB com relação ao aproveitamento de estudos e competências.

Vale ressaltar que na atualidade, o aproveitamento de competências assume maior complexidade diante das exigências da vida e do trabalho em sociedades que estão em constante desenvolvimento tecnológico, resultando em permanente (res)significação do conhecimento.

No escopo desta seção do PDI da FAESB, a avaliação de competências para fins de aproveitamento de estudos é entendida como processo para reconhecer competências desenvolvidas formal ou informalmente, possibilitando que o aluno apto fique isento de cursar determinados componentes curriculares (disciplinas, blocos temáticos, módulos etc.) exigidos em cursos de graduação diversos, em especial na Educação Profissional Tecnológica. Isto significa que a certificação não tem apenas o compromisso de oferecer um certificado ou diploma a quem já trabalha na área, mas sim o de assegurar ao cidadão a possibilidade de ajustar seu percurso formativo, tendo em vista sua qualificação para o trabalho.

A Certificação neste caso, consiste, em atestar que as competências desenvolvidas no trabalho ou em cursos de graduação diferente daquele que o aluno pleiteia o aproveitamento, atendem às normas preestabelecidas e amplamente negociadas entre os setores envolvidos.

A adoção do conceito de competência e de aproveitamento de estudos como elementos orientadores dos currículos pedagogicamente construídos e organizados na FAESB, para promover aprendizagens significativas, exige dos docentes maior envolvimento com os processos de ensino e aprendizagem. Dentre esses processos a avaliação é parte integrante, em todas as etapas constitutivas, para conferir se as competências previstas no perfil do egresso foram ou estão sendo, efetivamente, desenvolvidas pelos alunos. Nessa perspectiva, o sistema de avaliação desarticulado de conhecimentos, habilidades e atitudes torna-se obsoleto pelo reducionismo da aprendizagem a apenas um dos domínios próprios desse processo. Ao contrário, a avaliação orientada por competências sugere a articulação dessas dimensões e, em consequência, obriga a FAESB e seus educadores a repensarem suas práticas avaliativas.

APROVEITAMENTO DE ESTUDOS CURRICULARES

Tratam-se dos aproveitamentos a partir de disciplinas cursadas em cursos de graduação da FAESB ou em outras IES e são estabelecidos por meio do histórico do aluno e dos planos de ensino das disciplinas.

Para tal, é constituído o seguinte processo:

- a) O aluno deve solicitar o aproveitamento de disciplinas na secretaria acadêmica de posse do histórico escolar e dos planos de ensino das disciplinas cursadas que pleiteia aproveitamento.
- b) Constitui-se um processo de aproveitamento de estudos a ser deferido pelo coordenador de curso que analisa o conteúdo programático da disciplina cursada, em relação ao conteúdo da disciplina a ser aproveitada.
- c) Defere-se total ou parcial o aproveitamento. No caso de total, é lançada no histórico do atual curso do aluno, a disciplina devidamente aproveitada. No caso de parcial, é estabelecido ao aluno um plano de complementação de estudos visando completar parte do percurso de competências e habilidades necessárias para o aproveitamento total da disciplina, neste caso o coordenador solicita ao professor da disciplina a ser aproveitada avaliações de modo a estabelecer um norte de aproveitamento.

APROVEITAMENTO DE COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS NO TRABALHO OU INFORMALMENTE

Tratam-se de conhecimentos, competências e habilidades não formalizadas pelo aluno a partir de documentos formais como histórico escolar.

Neste caso, é constituído o seguinte processo:

- a) O aluno deve solicitar e justificar o aproveitamento de disciplinas que julga deter conhecimento suficiente mesmo sem tê-las escolarizado de alguma maneira. Pode ser anexado ao processo, com o objetivo de auxiliar na análise técnica das competências e habilidades adquiridas, documentos que demonstrem o percurso como carteira de trabalho, declarações, etc.
- b) O coordenador recebe o processo/solicitação de aproveitamento de competências e constitui o colegiado para determinar um plano de estudos a ser informado ao aluno.
- c) O Colegiado determina banca examinadora com, no mínimo, 3 especialistas que irão estabelecer a forma de avaliação e os procedimentos de análise das competências dos alunos.
- d) Após a avaliação estabelecida pela banca examinadora, constitui-se o aproveitamento curricular total da disciplina ou disciplinas e/ou o aproveitamento parcial. No caso de aproveitamento total, é lançado no histórico do aluno o aproveitamento com sua respectiva nota estabelecida pela banca avaliadora. No caso de aproveitamento parcial, é determinado plano de estudos complementar e o respectivo processo de acompanhamento do aluno.

2.5.4.9. Sistema de Avaliação do Ensino-Aprendizagem

De acordo com o Regimento Geral, a avaliação do desempenho acadêmico é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e aproveitamento do aluno.

Os alunos devem ter aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora.

A frequência às aulas e demais atividades escolares, permitida apenas aos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas.

Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades escolares.

A verificação e registro da frequência são de responsabilidade do professor e seu controle, para efeito do parágrafo anterior, da Secretaria Acadêmica da FAESB.

O aproveitamento acadêmico é avaliado através de acompanhamento contínuo e dos resultados obtidos pelos alunos nas atividades acadêmicas.

Compete ao professor da disciplina determinar a natureza e a forma dos trabalhos acadêmicos, bem como julgar-lhes os resultados.

Os trabalhos acadêmicos, em número mínimo de 3 (Três) AV1-AV2 e AV3 por semestre, visam a avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e constam de provas escritas, ou oral, gráficas, trabalho de pesquisa individual ou em grupo, práticas interdisciplinares, ou práticas de laboratório e oficina e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

Além disso, são feitas três avaliações formais por semestre, cada uma constituindo 70% (Setenta por cento) do aproveitamento total das disciplinas.

Vale destacar que componentes curriculares como os Projetos Interdisciplinares, TCC, Estágios etc., não são passíveis dessas avaliações, ficando a cargo do professor determinar a melhor maneira de avaliar semestralmente os alunos.

A cada verificação de aproveitamento do aluno é atribuída uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades ministradas, é aprovado:

I. independentemente de prova final, o aluno que obtiver, no mínimo, média 7 (sete) nas provas e demais exercícios escolares;

II. mediante exame final, o aluno que, tendo obtido nota de aproveitamento durante o período letivo inferior a 7 (sete) e não inferior a 4 (quatro), obtiver nota final não inferior a 6 (Seis), correspondendo esta a média ponderada entre a nota de aproveitamento e a nota do exame final, tendo a primeira peso 2 (dois) e a segunda peso 1 (um).

Do exame final constam, obrigatoriamente, todos os conteúdos programáticos do semestre.

O aluno reprovado por não ter alcançado, seja a frequência, seja a nota mínima exigida, no exame de prova final 6,0 (seis pontos), deve repetir a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento estabelecidas no Regimento.

O Discente que não atingir no final do semestre a nota 4,0 (quatro), não terá o Direito de realizar o exame de prova final

2.5.6. Políticas de Pós-Graduação

A FAESB entende que um programa de pós-graduação, contém um conjunto de disciplinas comuns, definidas como aquelas que vão garantir o suporte teórico e metodológico para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa. Em continuidade ao aprofundamento propiciado pelas disciplinas, o plano de estudos do pós-graduando inclui atividades orientadas.

Dessa forma, há que se destacar que, visando constituir em sua plenitude a perspectiva acerca da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a IES oferta desde a sua implantação programas de pós-graduação lato sensu, buscando também oportunizar a comunidade a formação continuada.

Ressalte-se que a FAESB ultrapassa os limites da sua obrigação como IES ao incentivar e criar mecanismos para a formação de pesquisadores, afinal isso já começa a se constituir no tenro momento da graduação quando é oferecido aos alunos um programa institucional de bolsas de iniciação científica.

A pós-graduação “*Lato Sensu*” tem por elemento definidor o aprofundamento da formação inicial. Assim posto, pode-se afirmar que o curso de pós-graduação “*Lato Sensu*” estabelece o ensino como objetivo a ser alcançado e garante a assimilação dos procedimentos e/ou resultados do avanço na produção científica, ajustando seu perfil às mudanças operadas na profissionalização. O Projeto da FAESB afirma que a pós-graduação “*Lato Sensu*” está focada à especialização e formação continuada nas diversas áreas da graduação.

Ademais, o oferecimento de cursos de pós-graduação se institui também como um espaço necessário para o acompanhamento e qualificação do egresso, bem como valorização e qualificação do seu quadro Docente.

2.5.7. Políticas de Pesquisa (Iniciação Científica)

Apesar de não ser uma prerrogativa obrigatória para as Faculdades Isoladas, a FAESB estabeleceu desde sua gênese, prioritariamente, sua política de iniciação científica no desenvolvimento da região de Valença e, ao formular normas para a investigação científica, baseou-se:

- no artigo 207 da Constituição Federal que preceitua: as universidades obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- no cumprimento do que prescreve a legislação em relação a “um terço de seu corpo docente com os graus de mestre ou doutor” (Art. 19 da LDB 9.394/96), o que habilita a FAESB a promover a pesquisa;
- no atendimento ao seu princípio básico de auxiliar no desenvolvimento regional, haja vista só se conseguir atingir tal meta a partir da produção do conhecimento e não apenas da sua transmissão.

2.5.7.1. Pesquisador

O docente, com grau de Mestre, Doutor ou de Livre Docência, está qualificado para desenvolver e coordenar pesquisa individual e, preferencialmente em grupo. Deve, portanto, inscrever-se na Plataforma Lattes e sendo líder de grupo, cadastrar seu grupo no Diretório de grupo do CNPq.

Assim, são considerados como colaboradores de pesquisa os docentes e alunos que participam de um grupo e de projetos de pesquisa.

Como já apontado na seção anterior, a FAESB mantém um grupo de professores doutores com relativa produção científica.

2.5.8. Política de Extensão

2.5.8.1. Concepção de Extensão

A extensão se expressa e se valoriza numa dinâmica que se concretiza através da produção de conhecimentos, que acontece na interface instituição/comunidade. Superando com isso o processo de aprendizagem, exclusivo no espaço de sala de aula.

Um dos principais objetivos da extensão é promover uma relação transformadora, como instrumento de mudança numa relação de mão dupla, de troca de saberes com a sociedade.

A extensão se fortalece como prática acadêmica vinculada às atividades de Ensino e Pesquisa, as quais se traduzem na articulação e devolução do saber, construindo um novo saber a partir do confronto com as situações concretas. A Extensão, pela sua própria natureza, conduz ao enraizamento da Instituição de Ensino Superior na sociedade; suas atividades devem ser planejadas para o benefício efetivo da comunidade.

Desse modo, a IES possui um Núcleo de Extensão que promove atividades institucionais, bem como incentiva os cursos de graduação a constituírem seus projetos.

Mesmo antes de iniciar as suas atividades, cada um dos cursos realizou e continuou a realizar um rol de atividades sistemáticas de extensão, os quais prevêm a variabilidade de áreas e eventos, bem como promovem a responsabilidade social e o incentivo à preservação e disseminação da cultura e do patrimônio da região de inserção da FAESB.

2.5.8.2. Indissociabilidade das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

No que diz respeito às práticas de extensão e suas relações com o ensino e a pesquisa (iniciação científica), destaca-se que elas foram e são estabelecidas antecipadamente dentro de cada um dos cursos de graduação, a partir de algumas ferramentas institucionais, a saber:

a) Projetos Interdisciplinares: em cada um dos cursos de graduação, minimamente em um dos semestres é indicado que os alunos promovam, junto com os docentes orientadores, projetos de responsabilidade socioambiental junto à comunidade, assim, a IES possui uma união mais clara entre o ensino-pesquisa-extensão, haja vista tais projetos proporcionarem a relação dos conhecimentos apreendidos em sala de aula, bem como a relação com os problemas encontrados na comunidade e que podem ser objeto de estudo e iniciação científica para alunos e professores.

b) Clínica Escola: a IES incentivará aos cursos de saúde que constituam clínicas escolas de atendimento à comunidade e que serão responsáveis por compor vários eventos de extensão, logo isso fornecerá material para o diálogo entre o ensino e a iniciação científica.

c) Núcleo de Práticas Jurídicas -NPJ: a partir do curso de Direito, será possível promover vários eventos de extensão junto à comunidade, bem como a solução científica de problemas sociais e jurídicos observados no âmbito do núcleo.

d) CEI – Centro de Empreendedorismo e Inovação: no decorrer deste PDI, com o amadurecimento do seu curso de administração, a IES implantará a sua empresa júnior

que será denominada como CEI a partir da qual será possível criar programas de extensão junto à comunidade, bem como mini-cursos, seminários e eventos para todos os acadêmicos da IES e ofertar consultorias na área de empreendedorismo e gestão empresarial para as empresas locais.

Vale destacar que a extensão, quando relacionada ao contato com a comunidade, não se pauta no mero assistencialismo, mas numa forma de estender os conhecimentos produzidos para além de seus muros, de maneira a aproximar-se e contribuir mais com discussões à busca de resoluções dos problemas sociais.

Sendo assim, nenhuma ação de extensão está desvinculada do processo de formação e da geração de conhecimento.

Nesta perspectiva, a função da extensão, integrada com a sala de aula, é de implementar ações através de programas, projetos, estágios curriculares, cursos, seminários, que envolvem a comunidade com diagnósticos da realidade que a cerca, intercâmbio de informações, sugestões e desenvolvimento de atividades que acabam fortalecendo a construção da cidadania. Esta é uma das maneiras de concretizar a articulação entre pesquisa, ensino e extensão.

Assim, a Extensão, enquanto atividade fim aproxima e vincula as práticas pedagógicas das necessidades e interesses reais da comunidade numa perspectiva interdisciplinar.

A participação do acadêmico nas atividades de extensão é parte essencial de sua formação. Contribui para ampliar experiências significativas, nas quais acontece o deslocamento do eixo pedagógico clássico professor/aluno para o eixo aluno/comunidade, com novo enfoque de sala de aula e o professor passa a ser coparticipante, orientador, educador, tutor.

Dessa forma, o processo de formação acadêmica torna-se mais rico e flexível, com a quebra de paradigmas que há muito estabelecem as normas do processo educacional.

Conceitos como carga-horária, matriz curricular, controle acadêmico, verificação de frequência e de rendimento escolar, sistemática de avaliação são relativizados. Mais valor têm os processos qualitativos; e a avaliação passa a ser compreendida numa perspectiva de crescimento. Docentes e discentes têm, além de novas relações, novos aprendizados, novo conceito de sala de aula, mais experiências acumuladas.

Para isso foram necessárias mudanças estruturais, inclusive diferentes posturas de dirigentes, professores, acadêmicos e funcionários.

A busca do conhecimento há que ser um processo prazeroso, no qual a burocracia acadêmica seja rompida e a sala de aula transformada em espaço de permanente interação de troca de saberes, e que o aluno não seja um mero espectador, mas agente no processo. É nesta interação cotidiana que a função social da Faculdade se concretiza, fazendo da teoria e da prática um todo articulado.

2.5.8.3. Políticas Institucionais para o Estímulo e Produção Acadêmica

A IES tem plena consciência de que, apesar de em seu papel como Faculdade Isolada não ter a obrigatoriedade de estabelecer a pesquisa ou a iniciação científica como um dos seus nortes básico, tem a obrigação de fomentar meios de estimular a produção acadêmica tanto no âmbito docente quanto discente.

Assim, a IES buscou desde cedo estabelecer espaços em seus currículos que permitam constituir espaços para que professores e alunos produzam conhecimento no âmbito institucional.

A FAESB possui o Programa de Iniciação a Produção Acadêmica – PIPA disponibilizando e incentivando aos discentes e docente da IES, a oportunidade de publicar na revista científica e livros e-book digital e físico , através das editoras IED e ARQUE Editora de propriedade da própria IES, com ISBN cadastrado na CBL-Câmara Brasileira do Livro, instigando desde os primeiros semestres, bem como ao nosso quadro docente a pesquisa e produção Acadêmica.

A princípio devem-se destacar as práticas pedagógicas interdisciplinares como um espaço viável para essa finalidade, afinal durante todo o percurso dos cursos, alunos e professores estão em contato direto com a realidade da comunidade de Valença e região, o que faz com que novos conhecimentos e novas perspectivas sejam instituídas ao longo do curso.

Da mesma forma, deve-se destacar o Programa Institucional que incentivou e continua a incentivar a participação de alunos e professores em eventos de cunho científico e artísticos, o que ensinou e ensina a produção de trabalhos em várias áreas do conhecimento.

Outrossim, deve-se destacar que os estágios e o TCC, obrigatórios nos cursos de graduação, são espaços imprescindíveis para a produção acadêmica, inclusive tem-se já em discussão que no decorrer do quinquênio haverá a concepção de revistas acadêmicas que visam explicitar junto à comunidade os resultados de pesquisas e discussões docentes e discentes no âmbito institucional.

2.6. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A FAESB, instituição particular, com sede no município de Valença, Estado da Bahia, é um estabelecimento de Ensino Superior, criado e mantido pela ARQUE CONSULTORIA EDUCACIONAL LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Valença - BA.

A FAESB é regida pela Legislação Educacional; Código Civil, Regimento Geral e pelas Resoluções dos órgãos deliberativos.

Sua organização está em conformidade às características institucionais e à realidade que lhe são próprias e, está em consonância com sua concepção e sua estrutura multi-unidades dentro do município de Valença (afinal a IES irá ampliar o seu espaço de abrangência local nos próximos anos). No regimento geral da IES, anexo a este documento, encontra-se toda a organização e os principais procedimentos da IES.

A IES constitui a expectativa plena de que todo planejamento precisa ser avaliado constantemente. As ações precisam ter eficácia tanto no que se refere aos aspectos quantitativos como qualitativos. Por isso, a FAESB entende que o processo de avaliação institucional é o principal instrumento para planejar e mensurar os resultados do planejamento.

2.7. POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

A responsabilidade da FAESB, enquanto instituição de ensino tem, desde sua gênese, como perspectiva materializar uma política de atenuar as desigualdades sociais e auxiliar nas expectativas que melhorem os índices de desemprego e, conseqüentemente, interferir positivamente na economia. Trata-se de oferecer soluções que auxiliem os membros da sociedade a melhorar sua qualidade de vida. Sabe a instituição ainda, que a responsabilidade socioeconômica significa o grau de obrigações que uma organização assume por meio de ações que protejam e melhorem o bem-estar da sociedade enquanto procura atingir seus próprios interesses.

Essa responsabilidade social e socioeconômica se manifesta de inúmeras formas, seja pela ação do ensino, seja pela pesquisa, seja pela extensão e tornou-se visível a partir da primeira versão de seu PDI, desde a sua missão institucional e os seus objetivos que demonstram que a IES está centrada no desenvolvimento de atividades contínuas que oportunizem de fato uma melhoria das condições de vida das comunidades do seu entorno.

Desse modo, a FAESB busca sempre demonstrar sua responsabilidade socioeconômica através:

a) Da democratização do conhecimento produzido;

=> ações de divulgação das produções acadêmicas;

=> eventos de extensão e cursos que envolvam também a comunidade;

=> escolha por cursos de graduação e pós-graduação que tenham demanda social e econômica.

b) Da viabilização de acesso a este conhecimento a todas as camadas sociais;

=> oferta de bolsas de estágio;

=> habilitação ao FIES e PROUNI e oferta de bolsas Prouni Parciais e integrais;

c) Da articulação que busca entre o ensino, a pesquisa e a extensão;

=> Projetos Interdisciplinares que vão interferir diretamente na sociedade;

=> Pesquisas que serão devolvidas à sociedade.

d) Da efetivação de ações que oportunizem a autonomia técnica, científica, cultural e filosófica dos envolvidos;

e) Realização do trabalho coletivo;

f) Do respeito à pluralidade de ideias;

g) Da busca constante da sustentabilidade e autogestão das comunidades envolvidas;

h) Do caráter de processo interdisciplinar de suas ações, que buscam de modo contínuo e permanente promover o desenvolvimento humano e social em todos os âmbitos;

i) Dos programas de empreendedorismo e de sua relação com os órgãos fomentadores econômicos;

j) Dos programas interdisciplinares que tem como foco o encontro do aluno com a sua própria realidade e a divisão da sua responsabilidade com outrem;

k) Da inserção de profissionais no mercado de trabalho, melhorando a qualidade da mão de obra em suas áreas de atuação e consequentemente, interferindo positivamente na economia da região de inserção.

Desde sua concepção, seus fundadores buscaram dar à IES uma feição de promotora do desenvolvimento da sociedade em que está inserida. Dessa forma a responsabilidade social da Instituição traduz-se pela busca da compreensão das reais necessidades e potencialidades da região, assim como dos caminhos para que seu desenvolvimento ocorra.

A IES, por meio das suas coordenações de curso, orienta seus docentes para que ao longo do desenvolvimento dos conteúdos das disciplinas valorizem os aspectos relacionados à responsabilidade social e o desenvolvimento regional e do País.

Além disso, a presente proposta pedagógica prevê disciplinas voltadas ao desenvolvimento da compreensão dos impactos sociais e/ou econômicos e/ou ambientais, e ao desenvolvimento da capacidade de acompanhar e implementar mudanças nas condições de trabalho.

A IES prima pela inclusão social de seus alunos e egressos, desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma Instituição cujos princípios, embora sólidos, a permitam responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constante transformação. Os cursos superiores de graduação da Instituição materializam estes princípios.

Em outras palavras, busca-se a excelência educacional e a melhoria contínua, tendo como foco o aluno e o desenvolvimento social, econômico e cultural da região.

Em suas relações com a comunidade, especialmente quando esta se materializa na forma de associações de classe, empresas, instituições financeiras, organizações sem fins lucrativos etc., a IES tem como responsabilidade, entre outras:

- Atuar junto a essas entidades, construindo uma imagem favorável de si mesma;
- Promover seminários e cursos de interesse da comunidade e da Instituição, seja por iniciativa própria ou em parceria e apoio com outras instituições;
- Identificar na comunidade acadêmica e empresarial professores e outros profissionais que tenham potencial para prestar serviços relevantes à Instituição;
- Identificar necessidades não satisfeitas no mercado e viabilizá-las em cursos de graduação, extensão e pós-graduação;
- Atuar junto a escolas e entidades carentes, ministrando cursos sem qualquer remuneração financeira.

Esse intercâmbio com a comunidade contribui para o desenvolvimento da região, gerando mais empregos, capacitando profissionais para atender às necessidades das

empresas e da comunidade em geral e formando cidadãos dotados de princípios éticos e responsabilidade social.

A IES desenvolve também uma política de apoio aos alunos carentes. Um exemplo é o Programa de Bolsas total ou parcial, que tem como objetivos:

- Possibilitar, mediante recursos próprios, a concessão de Bolsas a alunos de comprovada carência socioeconômica, matriculados nesta Instituição, visando o incentivo aos estudos e possibilitando o ingresso na carreira profissional;
- Incentivar a participação dos alunos em atividades que possibilitem a complementação da aprendizagem, através do engajamento em projetos específicos; e
- Proporcionar ao aluno bolsista atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho e da pesquisa.

Implementar-se-á, quando detectada a necessidade, o programa de “Bolsas-Incentivo”, que proporciona uma mensalidade mais acessível aos alunos, bem como as Bolsas Mérito.

No esforço de contribuir adequadamente para a melhor qualidade de vida da população local e para o desenvolvimento regional, a IES se empenha em estabelecer parcerias que permitam aprofundar as relações que pretende construir com a comunidade por meio de suas instituições e empresas. Para isso:

- Estabelece convênios com escolas, empresas, órgãos públicos etc. interessados em oferecer oportunidades de estágio para os estudantes da IES, além de incentivar que os alunos levem a tais ambientes novas práticas, vivências e conhecimentos de modo a ensejar melhorias nas áreas pertinentes;
- Estabelece contratos de parcerias com instituições comprometidas com o empreendedorismo, com atividades de trabalho voluntário, de consultoria, com programas de treinamento/reciclagem, entre outras para pequenas empresas da região;

- Instalará clínicas-escolas, espaços de ensino prático que promoverão atividades variadas de promoção e prevenção de saúde, além de pequenos atendimentos de saúde à população mais necessitada da região, auxiliando assim na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;
- Constituirá o Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ, o qual será de grande contribuição social, pois proporcionará às comunidades carentes da região de inserção da IES assistência jurídica gratuita e mediação alternativa de conflitos e arbitragem, o que fará com os alunos conheçam a realidade social e profissional e que aumentem o acesso e a inclusão à justiça dos cidadãos menos favorecidos.

2.8. Políticas Institucionais de Educação Ambiental e Sustentabilidade

A FAESB reconhece que a inserção da sustentabilidade ambiental na educação superior é fundamental para a ampliação e disseminação do tema junto à sociedade.

Nesse contexto, espera-se das IES a formação de profissionais e líderes que agirão nos setores públicos e privados, sendo futuros profissionais, de cuja consciência ambiental dependerá a capacidade humana para reverter a degradação ambiental e recuperar a sustentabilidade do planeta.

Uma verdadeira educação holística e cidadã como foi prevista pelas políticas da FAESB enseja um processo de formação de profissionais e cidadãos com uma nova visão de futuro – um futuro sustentável e a ideia de que a Educação Ambiental deve atuar como uma ferramenta para se construir pontes mais sólidas entre a sala de aula e o mercado de trabalho, promovendo ações ambientalmente corretas para motivar a retomada de harmonia entre o Homem e a Natureza, e o equilíbrio na extração e uso dos recursos naturais para assegurar um desenvolvimento sustentável.

A inserção das questões ambientais na FAESB ocorre de forma integrada às políticas institucionais, às práticas acadêmicas e às ações de gestão, de modo a articular pessoas, recursos e iniciativas voltadas à educação ambiental e à sustentabilidade. Essa

atuação envolve docentes, discentes, gestores e colaboradores e se concretiza por meio de ações acadêmicas, extensionistas e administrativas.

Conforme o disposto na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002 e na Resolução CP/CNE nº 2/2012 a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, estando as instituições educativas incumbidas de promover a educação ambiental, de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem.

Nesse sentido, a IES tem a consciência de que não bastam apenas ações voltadas à sensibilização ou fomento à educação ambiental, mas ações concretas também no âmbito dos currículos implantados.

Desse modo, são ações sistemáticas na IES:

- a) Revisão sistemática de todos os currículos de modo a determinar se a transversalidade do tema está sendo corretamente estabelecida no âmbito dos cursos de graduação;
- b) Efetivação de eventos de extensão que estabeleçam junto à comunidade acadêmica ações de sensibilização e práticas de educação ambiental;
- c) Convênios com instituições e órgãos da sociedade, visando o estabelecimento de ações e modelos de sustentabilidade aplicáveis;
- d) Sistematização nos sites e nas redes sociais da IES de elementos que motivem e incentivem a educação ambiental.

Por fim, as ações decorrentes das políticas de sustentabilidade da IES são planejadas e acompanhadas pela gestão acadêmica, em articulação com as coordenações de curso e com o Programa Institucional de Educação Ambiental e Sustentabilidade.

2.9. Políticas Institucionais de Valorização da Diversidade

Primeiramente, fez-se necessário destacar as palavras de Berardete Gatti que aponta que “considerar a diversidade não significa tolerar as desigualdades sociais”. Nesse norte, a IES sempre possuiu plena convicção de que não bastam apenas promover semanas acadêmicas e campanhas relacionadas à diversidade em suas várias nuances, mas promover ações sistemáticas contínuas que se enraízem nos currículos e nas outras políticas institucionais estabelecidas pela instituição.

Assim, as equidades de gênero, raça, religião, faixa geracional etc. não são apenas temas inseridos, mas ações que advêm do exemplo da própria IES em seus processos de gestão administrativa e de ordem acadêmica. Isso significa que não basta reconhecer as diferenças, mas valorizá-las e, desse modo, criar condições de equidade.

Os ambientes educacionais são os locais mais estratégicos para que essas ações de equidade aconteçam, haja vista ser a rede que recebe a maioria da população e que tem seu norte voltado às expectativas públicas, mesmo quando no âmbito privado de gestão e existência. Para tal, antes de se chegar aos alunos, faz-se necessária a qualificação docente, fazendo do professor e da gestão acadêmico-administrativa da IES fios condutores da realidade e valores a serem promovidos.

A valorização da diversidade traz em si a questão das identidades ou da identidade dos grupos, comunidades, pessoas. E aqui podemos cair na armadilha, também, de utilizar identidade simplesmente como sinônimo de raízes e origens, desvinculadas do presente.

Dessa forma, a IES, desde o início afirmou algumas prerrogativas que se tornaram ações sistemáticas no âmbito institucional, a saber:

a) Equidade da questão de gênero no ambiente profissional-institucional: não basta apenas fornecer vagas no mercado de trabalho para mulheres, pessoas idosas, jovens em início de carreira, mas promover políticas de valorização de tal diversidade. Nesse âmbito as prerrogativas de equidade salarial e de ambiente de trabalho são essenciais para promover o exemplo da IES frente à sociedade e, principalmente, frente aos seus alunos. Assim, durante o decorrer do quinquênio continuarão a ser estabelecidas:

- Vagas obrigatórias para mulheres em todas as áreas de funcionamento da IES;
 - Vagas obrigatórias para pessoas com necessidades especiais em todas áreas de funcionamento da IES, obviamente que permitam a inclusão das mesmas e seu rendimento e bem estar;
 - Vagas obrigatórias para pessoas idosas com condições idênticas de trabalho, salário e obrigações;
 - Vagas obrigatórias para jovens em início de carreira, visando criar-se oportunidades de inserção no mercado de trabalho;
 - Isonomia salarial na IES;
 - Reconhecimento da diversidade de gênero que ultrapasse a perspectiva homem-mulher ou masculino-feminino, fornecendo espaço no âmbito de vagas e igualdade de oportunidades também às minorias no âmbito institucional.
 - Dentre outras.
- b) Inserção de discussões sobre a valorização da diversidade em diversas disciplinas nos currículos dos cursos de graduação, de modo que não apenas se discutam, mas se promovam ações na relação teoria-prática dos cursos de graduação.
- c) Qualificação e sensibilização do corpo docente no que diz respeito ao fomento à valorização da diversidade em todas as suas nuances, objetivando tornar o professor um multiplicador das ações e perspectivas de valorização da diversidade.
- d) Incentivo à promoção de eventos que promovam a diversidade cultural e as diversidades humanas e sociais no âmbito institucional.
- e) Obrigatoriedade de inserção em mídias sociais e no site da IES de cada uma das datas comemorativas que promovam a diversidade, fomentando sempre o respeito e a igualdade frente aos movimentos que se estabelecem na nova sociedade e ordem mundial.

f) Promoção do diálogo e convênios entre a IES e os núcleos sociais de valorização das diversidades, como associações da cultura negra, delegacia da mulher, associação de idosos, APAE etc., o que busca sistematizar ações entre a IES e os órgãos externos de forma a estabelecer tanto o diálogo com a sociedade externa quanto a comunidade acadêmica.

2.10. Políticas Institucionais de Promoção dos Direitos Humanos, Inclusão Social e Igualdade Étnico - Racial

A FAESB sempre possuiu plena consciência de sua grande responsabilidade ética na implementação dos direitos humanos e no fortalecimento das liberdades fundamentais em consonância com a diversidade étnica e suas relações na sociedade.

Nesse sentido, constituíram-se políticas institucionais que se baseiam fundamentalmente nas políticas de responsabilidade social da IES delineadas em seu PPI e em expectativas do Ministério da Educação, a saber: Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE nº 1, de 30/05/2012 e Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Assim, subsidiada pelas perspectivas dessas diretrizes, a FAESB, através de suas coordenações de curso e de seu quadro docente, traçaram ações e projetos implementados sistematicamente na IES visando o atendimento dessas normas legais, bem como a implementação de suas próprias expectativas concernentes aos temas.

Dessa forma, desde o início a IES sempre esteve comprometida com a justiça social e com a construção da cidadania e da democracia, considerando *a priori* seus princípios na organização do trabalho educativo.

A construção da democracia e a cidadania exigem o desenvolvimento de uma cultura institucional de direitos humanos e respeito às diversidades, buscando a formação de

pessoas ativas e críticas, conscientes de seu papel social e atuantes ética e politicamente. Compartilhando tais pressupostos, o Programa de Defesa dos Direitos Humanos, Inclusão Social e Igualdade Étnico-Racial auxilia toda a comunidade interna e externa da IES a implementar ações que levem à justiça social e à formação ética e cidadã das futuras gerações.

Atuando nessa direção, cada comunidade traz sua contribuição para a construção de uma nova sociedade, que condena as mais diversas formas de exclusão social. O respectivo Programa encontra-se anexado a este PDI e aponta as linhas gerais das ações implementadas na IES.

2.11 Políticas Institucionais de valorização do Patrimônio Cultural, da Produção Artística e da Memória Cultural

Desde sua gênese, primeiramente se afirmou que a IES entende que a cultura é um bem público, porém a sua responsabilidade não recai somente no âmbito público. Desse modo, é necessário que todos os órgãos educacionais, independente do nível, estabeleçam com clareza as suas co-responsabilidades e as perspectivas político-institucionais que estabeleçam a valorização e os anseios de preservação culturais.

Desse modo, a FAESB promove ações e atividades no afã de valorizar e reconhecer o patrimônio e as memórias culturais da sociedade, bem como as expressões artísticas.

Para tal, alguns tópicos que fizeram e continuam fazendo parte em nível de ensino e de extensão na IES são os seguintes:

- a) Sensibilização no âmbito das coordenações de curso, de modo que sejam propostos aos NDEs a inserção de textos sempre que possível nas disciplinas visando valorizar a cultura e as artes nos cursos de graduação, indiferente à área do conhecimento da UC – Unidade Curricular;
- b) Constituição de um Programa que incentive a participação de alunos e professores no âmbito de eventos artísticos e culturais;

- c) Apresentações artísticas em eventos de âmbito institucional como as semanas acadêmicas ou comemorações diversas;
- d) Inserção no site e nas redes sociais de espaço voltado à divulgação de patrimônios culturais brasileiros;
- e) Eventos promovidos na sede visando a valorização da cultura e artes;
- f) Dentre outros.

Outrossim, a IES antecede as ações de modo que não se dependa de um órgão ou outro para se estabelecer a valorização da cultura e das expressões artística. Desse modo, a IES instituiu junto com suas políticas, o Programa Institucional de Valorização do Patrimônio e Memória Culturais que se encontra anexado a este PDI e que continuará a ser executado no decorrer do próximo quinquênio.

As várias maneiras de entender o que é cultura derivam de um conjunto comum de preocupações básicas. A primeira dessas concepções preocupa-se com todos os aspectos de uma realidade social. Assim, cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou então, de grupos no interior da sociedade. Esta concepção de cultura é bastante genérica, mais usual quando se fala de povos e de realidades sociais diferentes.

Outra maneira de entender o que é cultura é quando nos referimos mais ao conhecimento, às ideias e crenças, assim como às maneiras como eles existem na vida social. Neste caso, a cultura diz respeito a uma esfera, a um domínio da vida social.

As culturas humanas são dinâmicas, e a importância em analisá-las está principalmente no aspecto transformador por que passam as sociedades contemporâneas.

A cultura humana se apresenta em vários prismas, e em realidades diferenciadas. O multiculturalismo impera em nosso país. O desafio está principalmente no espaço acadêmico dar a conhecer todas estas manifestações, isentar de um preconceito e incentivar a pesquisa.

A cultura nacional é rica e interessante, não só em suas raízes, mas nas transformações que vem ocorrendo ao longo das últimas décadas, é aglutinadora dos grupos humanos, colocando os indivíduos com organização e sistemática em prol de objetivos comuns.

Vale salientar que a região da Costa do Dendê, onde encontra-se localizada a FAESB é um celeiro cultural com diversas manifestações como a Zabiapunga, quilombos, a cultura da Capoeira, tribos indígenas com suas lendas, manifestações culturais da Chegança, Marujada, música, publicações literárias e artísticas

O ensino superior é um campo fértil para a promoção cultural. A IES em suas ações comunitárias fomenta a cultura, incentiva a realização de eventos que possam resgatar ideias e histórias que representem grupos humanos, que os façam refletir sobre suas raízes.

As ações de cultura da FAESB contemplam as artes-visuais, cênicas, musicais, costumes e os fatos históricos regionais que caracterizam a região do Nordeste. Por isso, destacam-se como uma das grandes linhas de ações da cultura o resgate e preservação da cultura nordestina, englobando:

- ⇒ Levantamento da história oral;
- ⇒ Levantamento do patrimônio material construído;
- ⇒ Levantamento do patrimônio imaterial;
- ⇒ Incentivo à criação e manutenção de museus;
- ⇒ Incentivo à criação e manutenção de corais e orquestras;
- ⇒ Resgate e divulgação de documentos da história regional;
- ⇒ Incentivo à pesquisa da cultura regional e impressão de livros e criação de gráfica para impressão de obras de pesquisa;
- ⇒ Defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural.
- ⇒ Incentivo a Publicação sobre História Local e Regional

A FAESB, desde o início, se comprometeu a incentivar Arte local, estando disponível

para a recepção de artistas da comunidade em seu ambiente e disposta a realizar políticas institucionais de fomentação à arte e à cultura, gerando assim, uma contribuição para o resguardo da memória local e de seus estudantes.

Projetos de Arte e Cultura que contribuam e coadunam-se com os valores éticos da Instituição oferecendo espaço para ações afirmativas dos direitos humanos e dos mais diversos direitos que são salvaguardados pela igualdade e a liberdade de expressão foram, desde a origem da IES, apoiados pelas políticas da FAESB.

Inicialmente está previsto no PDI a elaboração de Editais para a promoção de momentos de valorização da arte e da cultura nas mais diversas linguagens, além de espaços dedicados à cultura e à arte nas semanas acadêmicas da Instituição.

A IES se compromete também a continuar a fornecer subsídios para professores e alunos que se dediquem ao estudo e resguardo do conteúdo cultural e artístico tanto como forma de pesquisa como na formação de um acervo de identidade cultural de Valença e do Estado da Bahia.

2.12. POLÍTICAS DE EMPREENDEDORISMO

Inicialmente, vale destacar a pesquisa lançada pela Endeavor Brasil na Rodada de Educação Empreendedora Brasil – REE, realizada em Florianópolis –SC, em outubro de 2012. Segundo a pesquisa o interesse e necessidade dos alunos dos cursos superiores em empreender não se restringem à área de administração e/ou economia. A taxa que mede a intenção de abrir um negócio próprio varia bem pouco entre cursos da área de exatas, como engenharias (62,7%) e física (56%), e de humanas, como arquitetura (65,6%) e direito (56,3%). Nos cursos de administração, por exemplo, o número de alunos que pensa em empreender é apenas 0,1% maior do que no curso de arquitetura.

Por outro lado, enquanto a parcela de estudantes de administração que já cursaram alguma disciplina ligada ao empreendedorismo é de 53,7%, a mesma taxa cai para 21,9% quando se trata do curso de arquitetura. O mesmo acontece em outras carreiras, como engenharias (39,8%), física (28%) e medicina veterinária (33,3%). No total, a média dos

estudantes que já cursaram uma disciplina ligada ao empreendedorismo é 44,2% e daqueles que dizem usar seu tempo para aprender a iniciar um negócio, 28,4%.

Entre os motivos que podem contribuir para isso, conforme avaliou Amisha Miller, gerente de pesquisas e políticas públicas da Endeavor Brasil, estão “restrição dos programas de empreendedorismo às carreiras relacionadas à gestão de negócios”, “fraca divulgação” ou até mesmo “baixa qualidade”.

Assim, para a FAESB, o Empreendedorismo é um novo olhar sobre o mundo, alicerçado no conhecimento e na inovação, a partir do envolvimento de pessoas e de processos que, em conjunto, promovem a construção de ideias, a avaliação de oportunidades, a mobilização de recursos, a assunção de riscos e a concretização de iniciativas diferenciadas e de sucesso.

É fundamental que a IES proporcione em todos os cursos uma cultura favorável à aquisição de conhecimentos e ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores promotores do espírito empreendedor, nomeadamente, criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, trabalho em grupo, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outras.

Além de ser uma perspectiva de crescimento econômico-social, para a FAESB a educação para o empreendedorismo é um contributo transversal às diferentes disciplinas e áreas não disciplinares que se consubstanciam em atividades ou projetos, desenvolvidos de forma participada pelos alunos e que concorram para a mudança na sua área de atuação enquanto cidadãos.

2.13. POLÍTICAS DE INOVAÇÃO

Segundo Drucker (1987, p. 39) não seria possível falar de empreendedorismo, sem citar a inovação, pois ela é a peça chave para o nascimento e manutenção de um empreendimento "os empreendedores inovam. A inovação é o instrumento específico do empreendedor".

A perspectiva da FAESB inclui na inovação as capacidades de gerar alunos e professores com uma ação social capaz de atender a sociedade e promover mudanças em seu ambiente e em suas próprias vidas. A inovação e a capacidade de compreender as pessoas e melhorar a sociedade são pontos centrais do ensino transversal e humano da Instituição que tem em seu cerne a premissa da evolução da educação como meio para o desenvolvimento social.

Dessa forma, vale destacar que a inovação está constituída na própria gênese da FAESB, haja vista ela ter em sua missão institucional tal perspectiva, bem como ela própria se constituir como tal.

Na concepção da IES o conceito de inovação está centrado nas necessárias alterações provocadas por mudanças na sociedade. Nesse sentido, a universidade, enquanto responsável direta ou indiretamente pelos avanços tecnológicos necessários a sociedade, constitui-se como instância privilegiada para a formação de profissionais que tenham a busca pela inovação tecnológica e social como norte em suas carreiras.

Assim, ciente da transversalidade e a necessidade de se constituir expectativas universitárias acerca da gestão da inovação e do empreendedorismo, a FAESB instituirá em todas as matrizes curriculares disciplinas que abordem os temas. Além das inovações tecnológicas e das modalidades ativas de ensino, a instituição sempre se colocou em uma posição de constante atualização para as questões da sociedade brasileira, estando aberta ao debate e à construção de uma mentalidade sempre jovem, mas com fortes alicerces teóricos. O compromisso fundamental da questão empreendedora da FAESB está na formação de seus discentes e na instrução para que seu corpo docente esteja sempre embasado para realizar a proposta pedagógica da instituição nas melhores condições possíveis associando um olhar holístico de mercado e com as questões socioambientais.

A FAESB acredita que esse posicionamento agrega valores fundamentais para uma educação diferencial e a formação de um ser humano completo e capacitado a inovar, seja nas práticas, seja no desenvolvimento de seus próprios processos.

Por fim, alunos e todo o corpo da faculdade serão constantemente incentivados a participar com ideias e ações de melhoramento em suas funções e naquelas as quais

possam acrescentar novas visões, gerando assim uma produção contínua do fluxo de ideias e valores da Instituição sempre disponível a se reinventar, respaldada pelo seu compromisso com a educação.

2.14. POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A FAESB reconhece que desenvolver a interação e produzir resultados satisfatórios com os públicos interno e externo das organizações públicas ou privadas, é essencial para a constituição de processos e oferta de serviços de qualidade.

Ao mesmo tempo, a IES tem plena consciência de que trabalhar a interação do público interno (funcionários, alunos, gestores e professores) ou externo (representantes da comunidade, integrantes da comunidade, investidores, fornecedores, imprensa, etc...) com os resultados e iniciativas institucionais é o desafio de muitas organizações públicas e privadas voltadas a educação.

Neste sentido, os órgãos internos de comunicação e marketing têm um papel determinante na eficácia dos processos acadêmicos e administrativos, quando o que está em jogo é a informação. Afinal, a comunicação institucional vem, em muitos casos, promover e perpetuar a necessária união e a participação satisfatória de funcionários, alunos e professores de uma IES, pois levar ao conhecimento público, de forma atuante, feitos, informações e projetos institucionais, muitas vezes, amenizam os tropeços administrativos e acadêmicos.

Faculdade de Educação Social da Bahia

Assim, a IES constituiu para ser implantado na vigência deste PDI um Programa voltado a fundamentar e sistematizar de maneira global os processos de comunicação interna e externa no âmbito é resultado da ação dos gestores e do núcleo de comunicação e marketing da IES, os quais têm plena convicção de que se faz necessário sistematizar ações gerais em termos de comunicação para a eficácia da prestação de serviços educacionais e do próprio cumprimento da missão pré-estabelecida pela IES. (VIDE PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA FAESB)

3. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A FAESB tem o objetivo de ofertar inicialmente o curso de Direito, sendo que o curso é essencialmente necessário à comunidade do entorno, porém na vigência deste PDI a IES tem a pretensão de ampliar o seu leque de oferta de serviços educacionais, conforme segue:

3.2. CURSOS EM FUNCIONAMENTO NA IES

CURSO	VAGAS ANUAIS
Bacharelado em Administração	200
Licenciatura em Pedagogia	200

Atualmente, a FAESB possui dois cursos em funcionamento. São eles:

3.3. CURSOS EM PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO NA IES

A FAESB protocolou em 2019 junto ao MEC o pedido para autorização dos seguintes cursos:

CURSO	VAGAS ANUAIS

Bacharelado em Enfermagem	200
Bacharelado em Direito	200

Assim, a IES fortalece seu compromisso social ao reconhecer que a educação é a chave para o desenvolvimento sustentável. Seu propósito é possibilitar, por meio de seus produtos educacionais, a formação de profissionais em diversas áreas do saber, visando contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado da Bahia, bem como ampliar o patrimônio cultural e a formar cidadãos em uma perspectiva de constituição do homem como ser social e histórico.

3.4. CURSOS A SEREM IMPLANTADOS NA VIGÊNCIA DO PDI

Para implantar os seus cursos de graduação e pós-graduação, a FAESB fez um estudo de mercado visando o atendimento das demandas da comunidade e a inserção da Instituição no competitivo segmento de educação superior da região.

Nesse sentido, a FAESB pretende implantar os seguintes cursos de graduação e graduação tecnológica no período de vigência deste PDI.

Código/Curso/Área Capes	Ano de implantação	Graduação ou pós	Presencial ou EAD	Sede Fora sed
000000 – Tecnólogo Serviços Jurídicos Direito	2027	Bacharelado do Licenciatura	Presencial	Sede
61000000 – Serviço Social (60100001 – Ciências Sociais e Aplicadas)	2027	Bacharelado	Presencial	Sede

30800005 – Engenharia Civil (30000009 - Engenharias)	2028	Bacharelado	Presencial	Sede
40300005 – Farmácia (40000001 – Ciências da Saúde)	2028	Bacharelado	Presencial	Sede
00000000 – Jogos Digitais (00000000 – Catálogo Nacional de Cursos de Tecnologia)	2028	Bacharelado	Presencial	Sede
30704006 – Engenharia Ambiental (30000009 – Engenharias)	2029	Bacharelado	Presencial	Sede
80200001 – Letras (80000002 – Linguística Letras e Artes)	2029	Bacharelado	Presencial	Sede
40200000 – Odontologia (40000001 – Ciências da Saúde)	2029	Bacharelado	Presencial	Sede
10300007 – Ciência da Computação (10000003 – Ciências Exatas e da Terra)	2030	Bacharelado	Presencial	Sede
70100004 – Filosofia (70000000 – Ciências Humanas)	2030	Bacharelado	Presencial	Sede
40500004 – Nutrição (40000001 – Ciências da Saúde)	2030	Bacharelado	Presencial	Sede

3.5. CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO A SEREM IMPLANTADOS NA VIGÊNCIA DO PDI

Faculdade de Educação Social da Bahia

Lato /stricto sensu	Modalidade	Vagas /ano	Curso	Ano	CH	Período	Periodização integral	Turno
---------------------	------------	------------	-------	-----	----	---------	-----------------------	-------

<i>Lato sensu</i>	Presencial	300	Psicopedagogia com ênfase no ensino especial e educação inclusiva	20 15	36 0h	1 2	Modular	Noturno
<i>Lato sensu</i>	Presencial	300	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	20 15	36 0h	1 2	Modular	Noturno
<i>Lato sensu</i>	Presencial	300	Gestão e Orientação Educacional	20 15	36 0h	1 2	Modular	Noturno
<i>Lato sensu</i>	Presencial	200	Gestão Escolar	20 16	36 0h	1 2	Modular	Noturno
<i>Lato sensu</i>	Presencial	200	Educação Inclusiva	20 16	36 0h	1 2	Modular	Noturno
<i>Lato sensu</i>	Presencial	200	Educação Infantil e Anos Iniciais	20 16	36 0h	1 2	Modular	Noturno
<i>Lato sensu</i>	Presencial	30	Gestão de Recursos Humanos	20 17	36 0h	1 2	Modular	Noturno
<i>Lato sensu</i>	Presencial	200	Gestão em Políticas Públicas	20 17	36 0h	1 2	Modular	Noturno
<i>Lato sensu</i>	Presencial	200	Gestão Empresarial	20 18	36 0h	1 2	Modular	Noturno
<i>Lato sensu</i>	Presencial	200	Gestão Pública Ambiental e Gerência de Cidades	20 18	36 0h	1 2	Modular	Noturno
<i>Lato sensu</i>	Presencial	200	MBA em Gestão de Pessoas	20 19	36 0h	1 2	Modular	Noturno
<i>Lato sensu</i>	Presencial	200	Administração Pública	20 19	36 0h	1 2	Modular	Noturno

4. CORPO DISCENTE

Conforme pode ser visto a partir dos valores estabelecidos pela FAESB na atualização deste Plano Institucional, o aluno é a razão de ser da IES. Essa prerrogativa se dá a partir do entendimento dos envolvidos na constituição da IES de que a principal tarefa da Educação é despertar em seus alunos as suas potencialidades, desejos e interesses próprios diante da totalidade do conhecimento humano. Isso significa reforçar a ideia de uma formação humana ampla, que contemple todas as áreas do conhecimento.

Se há múltiplos interesses entre os professores que os fizeram optar por suas respectivas áreas de atuação, estes também existem para os alunos, garantindo-lhes o acesso à multiplicidade do conhecimento e estimulando à construção de uma realidade idiossincrática vivida por todos os seres humanos.

Continua-se a crer que seja necessário, então, fazer com que nossa prática educacional esteja conscientemente preocupada com a promoção da transformação social e não com a sua manutenção de forma inconsciente e não refletida. Para isso, precisa-se ter clareza sobre as ações e que estas reflitam decisões cada vez mais explícitas sobre o fazer pedagógico.

Contudo, estamos buscando construir um processo contínuo no qual se possa não só avaliar o ser humano em sua totalidade (afetiva, social, motora-corporal e cognitiva) como também orientá-lo na busca dessa profissionalização.

Por fim, para que estes pressupostos sejam plenamente alcançados, abaixo se encontra o detalhamento das perspectivas da FAESB acerca dos seus discentes, as quais abrangem as formas de acesso, matrícula e transferência e as políticas de atendimento ao discente.

4.1. FORMAS DE ACESSO, MATRÍCULA E TRANSFERÊNCIA

Os Processos Seletivos são orientados por critérios que avaliam os conhecimentos adquiridos pelos candidatos no Ensino Médio ou equivalente para admissão nos cursos de graduação e são regulados por meio de Editais aprovados pelo Conselho Superior. Estes são abertos e tornados públicos, pelo menos quinze dias antes da realização da seleção.

A instituição informa à comunidade, antes do início de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

A matrícula, ato formal de ingresso do aluno no curso e de sua vinculação à instituição, realizar-se por meio da ratificação de Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, com o pagamento da primeira parcela do período letivo, na Secretaria Acadêmica, observando-se os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico, e mediante apresentação prévia dos documentos contidos no Regimento Geral da IES.

Os alunos ingressantes provenientes de programas federais de educação apresentam também os documentos exigidos nos referidos programas.

No caso de diplomado em curso de graduação é exigida a apresentação do diploma, devidamente registrado, em substituição ao documento de comprovação do ensino médio, ou, em caráter precário, declaração de conclusão de curso e de pedido de registro do diploma ratificada pela instituição de ensino onde cursou.

A matrícula é feita ou renovada por períodos letivos, conforme o regime de oferta dos cursos, respeitando-se os pré-requisitos estabelecidos pelo Projeto Pedagógico de cada curso e a compatibilidade de horários.

Ressalvada possibilidade de cancelamento de matrícula, a não renovação da mesma implica em abandono do curso, mas não libera o aluno das obrigações pactuadas no Contrato de Prestação de Serviços Educacionais.

O requerimento de renovação de matrícula deve ser instruído com o comprovante de pagamento da primeira parcela do período subsequente ou de isenção, nos casos de bolsistas, bem como de comprovante de quitação do período letivo anterior.

É concedido o trancamento de matrícula, para suspensão temporária dos estudos, pelo tempo de seis meses, renováveis por igual período, desde que este não ultrapasse o período máximo de integralização curricular do curso, para o efeito de vinculação do aluno à instituição.

O pedido de trancamento de matrícula deve ser feito formalmente e por escrito à Secretaria Acadêmica, observado o prazo estabelecido no Calendário Acadêmico e instruído com o pagamento da taxa respectiva.

A prorrogação do período de trancamento de matrícula dá-se por meio de pedido formal e por escrito à Secretaria Acadêmica, instruído com o pagamento da taxa respectiva.

A instituição não está obrigada a oferecer ao aluno que trancar a matrícula a Matriz Curricular vigente à época do trancamento.

É concedido cancelamento de matrícula em período letivo se requerido formalmente e por escrito junto à Secretaria Acadêmica, observado o prazo estabelecido no Calendário Acadêmico e instruído com o pagamento da taxa respectiva.

Não é permitida a participação de pessoas não matriculadas nos cursos regulares ofertados pela instituição.

A Direção diligencia todas as medidas administrativas possíveis para coibir esta prática, contudo, caso ocorra frequência irregular, a instituição não está obrigada a validar os estudos e por consequência emitir os certificados correspondentes.

A instituição, quando da ocorrência de vagas, abre matrículas nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrem capacidades de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

A instituição aceita a transferência de alunos regulares para cursos afins, durante o período letivo, na hipótese de existência de vagas, mediante aprovação em Processo Seletivo, observados os prazos definidos no Calendário Acadêmico e os requisitos da legislação vigente.

O requerimento de matrícula por transferência é instruído com a documentação exigida pelo Regimento e com seguintes documentos: histórico de disciplinas cursadas no curso e na instituição de origem e declaração de regularidade junto ao Exame Nacional de Desempenho do Estudante – ENADE.

O aluno transferido sujeita-se às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitados os estudos realizados com aprovação no curso de origem.

O aproveitamento do conteúdo das disciplinas é concedido e as adaptações são determinadas pela Coordenação do Curso em que o aluno ingressa, observadas as diretrizes curriculares do curso e legislação do ensino superior.

O aluno regularmente matriculado na instituição pode requerer transferência de um curso para outro por ela ofertado, desde que observe os prazos definidos no Calendário Acadêmico, cumpra os pré-requisitos necessários para ingresso e haja vaga no curso pretendido.

Em caso de transferência entre cursos há a ratificação de novo Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, pactuando-se inclusive a contraprestação financeira relativa ao curso pretendido.

4.2. Políticas de Apoio aos Discentes

Uma vez que se contempla a importância, na missão da FAESB, da formação de cidadãos éticos capazes de intervir positivamente na sociedade, é lógico se pensar em termos de acesso e permanência dos egressos da educação básica na Instituição.

Todas as políticas institucionais de apoio ao discente advêm da concepção explicitada no documento público e político da IES, ou seja, no seu PPI – Projeto Pedagógico Institucional. No entanto, dadas às mudanças advindas do desenvolvimento da

sociedade, tais políticas não podem ficar presas e fixas em um único mote, mas sim repensadas a cada dia, inerentes a flexibilidade que a IES deve ter em todos os âmbitos para se adaptar as movimentações sociais e econômicas que, conseqüentemente, irão refletir na vida de toda a comunidade acadêmica.

Conforme o artigo 26, parágrafo 1º, da Declaração Universal de Direitos Humanos, o acesso à Educação Superior deve ser baseado no mérito, capacidade, esforços, perseverança e determinação mostradas pelos que a buscam. A Educação Superior deve ser oferecida em qualquer idade e para quaisquer pessoas, com base nas competências adquiridas anteriormente. A igualdade de acesso, pois, não admite qualquer discriminação em termos de raça, sexo, idioma, religião, ou de condições sociais e de deficiências físicas.

Por outro lado, a FAESB tem a consciência de que além do acesso é preciso pensar na permanência dos alunos no Ensino Superior. Para tanto entrou em pauta o desenvolvimento de soluções educacionais que minimizassem as variáveis que interferem nas condições de permanência.

Tanto a atenção dispensada ao binômio acesso/permanência, como as definições da Política Institucional para o Ensino, no que se refere à formação dos acadêmicos, implica a superação dos obstáculos enfrentados pelos mesmos. Isso deu origem ao Programa Institucional de Apoio aos Discentes de forma a contribuir tanto em termos de acesso, como de permanência dos alunos na IES.

O Programa Institucional de Apoio ao Discente é constituído e organizado a partir do Centro de Apoio ao Estudante – CAE. Essa coordenação é a responsável pela gestão de núcleos que se responsabilizam pela viabilização de ações voltadas às políticas institucionais de apoio ao estudante da IES.

4.2.1. Centro de Apoio ao Estudante – CAE

O Centro de Apoio ao Estudante tem por missão acolher o aluno em suas expectativas e necessidades psicossociais, socioeconômicas, de integração, de convivência e de sociabilidade na FAESB. Desenvolve políticas, promove ações e presta

serviços de apoio que contribuem para a consolidação do seu vínculo, de percursos formativos e de permanência na Faculdade.

Em suma, o trabalho do CAE se constitui no procedimento de intervir em problemas resultantes de várias ordens entre o estudante e a Faculdade. Sempre que o estudante sente dificuldades de ordem acadêmica ou financeira que venham a dificultar a sua permanência na FAESB, antes de solicitar o trancamento, cancelamento ou outro tipo de interrupção do curso, ele é orientado a procurar o Centro de Apoio ao Estudante para um diálogo franco e aberto, com o objetivo de encontrar meios para manter-se estudando. No mesmo mote, faz-se a constante análise do desempenho acadêmico dos estudantes, momento em que se torna possível auxiliá-los também na adaptação à vida acadêmica ou no sentido de dirimir possíveis deficiências advindas do ensino básico.

Para tornar possível esse apoio ao Estudante, o CAE é constituído por um Coordenador geral responsável pela gestão dos vários órgãos envolvidos no programa de apoio ao estudante, a saber:

- a) Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Ouvidoria;
- b) Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento;
- c) Núcleo de Estágio e Carreira;
- d) Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria;
- e) Núcleo de Retenção.

Faculdade de Educação Social da Bahia

4.2.2. Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Ouvidoria

Visando dar suporte emocional, bem como ser um canal para o envio de sugestões e reclamações, a IES entende que é imprescindível que a ouvidoria e o apoio psicopedagógico sejam núcleos integrados.

No que diz respeito à Ouvidoria, na FAESB ela foi criada para ser um canal de comunicação entre os acadêmicos, professores, funcionários, e a comunidade em geral. É

também o local onde o cidadão pode manifestar democraticamente sua opinião sobre os serviços prestados pela Instituição.

Trata-se de um órgão democrático e independente que não pode e não recebe quaisquer influências ou intervenção da Mantenedora, Diretoria ou de quaisquer membros que constituem a comunidade acadêmica.

Dado o aspecto democrático e a necessidade de adaptação e sensibilização ao uso das novas tecnologias de informação, na vigência deste PDI o órgão será também com acesso em meio eletrônico. Tudo com o objetivo de evitar constrangimentos e preservar o sigilo das informações e das pessoas envolvidas. Constitui-se então, em um canal direto para recebimento e tratamento de reclamações e/ou críticas, denúncias, sugestões e/ou elogios, com o propósito de qualificar a prestação de serviços. O contato pode ser feito pelo site institucional.

O ouvidor recebe as informações e as repassa aos órgãos responsáveis que darão pareceres acerca do caso, devolvendo-as ao ouvidor que, em seguida, entra em contato com o interessado. Constitui-se assim, um processo de lisura e de democracia frente a instituição. Nenhuma mensagem da ouvidoria deixa de ser respondida e ao final de cada semestre, faz-se o levantamento dos tipos de solicitações que se fizeram presentes no órgão. Dessa forma, constitui-se além de um órgão de apoio ao Estudante e à Comunidade, uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

No que tange ao apoio emocional, a FAESB contará na vigência deste PDI com um profissional que atende a alunos, professores e funcionários. Trata-se do órgão de apoio ao Estudante responsável por intervir, a partir de ferramentas da psicologia, em todo e qualquer problema de ordem de aprendizado, interacional ou afetiva enfrentados por alguns acadêmicos em sua vida na IES, bem como por professores e funcionários. Além de o próprio aluno poder diretamente buscar o auxílio do núcleo, o encaminhamento pode ser indicado por qualquer membro da comunidade acadêmica. No entanto, a maior responsabilidade de vislumbre dos possíveis atendidos pelo apoio psicopedagógico fica a cargo da Coordenação de Curso e do CAE – Centro de Apoio ao Estudante.

O estudante, enquanto ser principal no processo educativo, vê-se confrontado no percurso universitário por um conjunto de desafios e obstáculos inerentes a esta etapa de transição para a vida profissional. Por essa razão, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico se propõe a realizar um trabalho amplo, procurando construir um espaço de identificação daquelas dificuldades, sejam de ordem institucional ou pessoal do discente, para lhe possibilitar ultrapassar de forma eficaz as tarefas resultantes da vida acadêmica.

No atendimento são acolhidas situações onde o processo de aprendizagem pode ser maximizado, através da ressignificação das interações do aluno com seus grupos, com a família e com a Faculdade.

O trabalho do Núcleo deve estar em consonância com os propósitos da Instituição de Ensino visto que a reconstrução da identidade e descoberta de potencialidades dos alunos, resulta no seu reconhecimento como pessoa integrada, cognitiva e emocionalmente, o que possibilitará um equilíbrio no processo de sua formação profissional.

São objetivos do Núcleo de Apoio Psicopedagógico:

- Atender as demandas dos alunos da FAESB, buscando soluções para problemas presentes nas relações do processo ensino-aprendizagem;
- Avaliar as situações relacionadas com problemas e dificuldades de aprendizagem;
- Promover a elevação da autoestima do aluno, da autoconfiança e maturidade necessárias à autorregulação do processo ensino-aprendizagem, fazendo-o perceber suas potencialidades;
- Auxiliar na recuperação de seus processos internos de apreensão da realidade nos aspectos cognitivo, afetivo-emocional e dos conteúdos acadêmicos;
- Despertar o potencial criativo, cooperativo e motivacional dos alunos da Instituição, durante o tempo em que permanecerem na Faculdade;
- Apoiar o estabelecimento de relações de convívio salutar no ambiente acadêmico, oportunizando o desenvolvimento de soluções através de ações participativas no processo ensino-aprendizagem;

- Atender e encaminhar a psicoterapias em outras instituições, alunos e ou seus familiares, bem como professores que necessitem destes serviços, através da indicação de clínicas ou Postos da rede estadual e municipal e outros serviços de saúde;
- Subsidiar a gestão universitária da FAESB sobre a adoção de medidas administrativas e ou realização de eventos que contribuam para a solução de problemas pertinentes a relação ensino – aprendizagem e potencializem valores e competências discentes e docentes.

Dentre as atividades do Núcleo Psicopedagógico destacam-se:

- Acolhimento do novo aluno e do novo professor (diferenciando da aula inaugural, com a contribuição de representantes do administrativo e das coordenações – manuais do aluno e do professor, aspectos legais relativos ao Reg. Interno, frequência, relação professor-aluno, avaliações, entre outros).
- Apoio psicopedagógico a alunos e professores, objetivando a intervenção nas dificuldades referentes ao processo educativo, através do debate sobre a condução didático-metodológica, a relação professor-aluno ou a relação interpessoal entre colegas;
- Encaminhamento de alunos a Psicólogos e clínicas quando diagnosticada a necessidade de acompanhamento psicoterapêutico prolongado (problemas de ordem afetiva, luto, isolamento social, desenraizamento geográfico, transição para o ensino superior, ansiedade, depressão, pânico, entre outros);
- Orientação aos pais e ou docentes envolvidos no processo de ressignificação da aprendizagem;
- Contribuição para o aumento do nível de informação sobre meios e recursos à disposição do estudante, quer ao nível da comunidade universitária, quer no aspecto da sociedade civil e em geral;
- Implementação de palestras, análises filmicas e debates para desenvolver no aluno posturas proativas que favorecem o encontro consigo mesmo, bem como o estabelecimento de metas, propósitos de vida e definição de objetivos profissionais. (temas previstos: Princípios éticos, importância da família na busca da autorrealização, Saúde Mental e Trabalho, entre outros);

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico da FAESB se constitui como um espaço por excelência de contato e debate, com um Psicólogo, em segurança e num contexto de confidencialidade. O serviço é mantido gratuitamente pela Faculdade e, a partir do acolhimento e queixa inicial do aluno ou do professor, o psicólogo deverá orientar de acordo com a necessidade do usuário e ou encaminhar questões à Coordenação de Curso ou Direção Acadêmica para resolução de problemas dessa ordem. O atendimento pode ser individualizado ou em grupo. A demanda pode ser espontânea ou encaminhada pelos dirigentes e/ou docentes da faculdade.

Os atendimentos são realizados em pré-aula ou durante o expediente da Faculdade em local específico e divulgado semestralmente aos alunos. Cada sessão de apoio dura no máximo uma hora, realizadas com regularidade ou não, de acordo com a especificidade de cada área de intervenção em que se enquadre.

O serviço de apoio contribui para a melhoria das relações dos alunos e professores com a academia, despertando-lhes para a importância da sua participação no processo ensino-aprendizagem, bem como do equilíbrio intrapsíquico e desenvolvimento de competências individuais para a excelência profissional.

Há que se destacar que a partir dos relatórios do Núcleo de Apoio Psicopedagógico enviados semestralmente à Direção Acadêmica da IES também constitui-se em uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

4.2.3. Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento

As experiências durante os primeiros dias na Faculdade são muito importantes para a permanência no ensino superior e para o sucesso acadêmico dos estudantes. O modo como os alunos se integram ao contexto do ensino superior faz com que eles possam aproveitar melhor (ou não) as oportunidades oferecidas pela instituição, tanto para sua formação profissional quanto para seu desenvolvimento psicossocial.

Estudantes que se integram acadêmica e socialmente desde o início de seus cursos têm mais chances de crescerem intelectual e pessoalmente do que aqueles que enfrentam mais dificuldades na transição ao Ensino Superior.

Há que se destacar que a experiência universitária não se resume à formação profissional e para aqueles jovens que concluem o ensino médio e ingressam logo em seguida em um curso superior, a vida acadêmica tem um impacto que vai além da profissionalização, pois o ingresso em uma Faculdade é, ao menos potencialmente, uma experiência estressora para os jovens estudantes, principalmente por ser hoje o ingresso no Ensino Superior uma tarefa de desenvolvimento típica da transição para a vida adulta, dentre outros anseios que dificultam a sua adaptação.

Sabedora dessa problemática e ciente da sua responsabilidade, a Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE estabeleceu um núcleo responsável única e exclusivamente para fornecer apoio ao ingressante na IES. Trata-se do Núcleo de Relacionamento e Integração Estudantil, responsável por promover a interlocução inicial entre a Faculdade e o estudante, principalmente no que diz respeito a sua adaptação à nova realidade educacional em que se insere.

Além das informações prestadas nos primeiros dias da vida acadêmica, dentre as ferramentas constituídas para esse apoio, destaca-se a Semana de Ambientação Acadêmica que acontece durante os primeiros dias do período letivo.

Os alunos ingressantes participam de uma série de eventos a fim de integrá-los já de início à FAESB, desde as “boas-vindas” nos portões da IES, o encaminhamento às salas de aula, até a explicitação dos aspectos que são inerentes ao ensino superior e que dificultam a adaptação dos alunos no ambiente acadêmico.

Dentre as ações inerentes à Semana de Ambientação Acadêmica, destacam-se:

- Indicações das salas de aula.
- Visita aos órgãos da Faculdade, desde a biblioteca até as coordenações de curso.
- Palestras magnas com professores e profissionais das áreas pública e privada que transmitem um pouco da experiência e da motivação de escolha profissional de cada um.
- Leitura e indicação do Manual do aluno para os novos alunos da graduação.
- Explicações acerca das normas acadêmicas.

- Apresentação do vídeo institucional.
- Apresentação dos gestores dos órgãos como a Coordenação de Pesquisa, Extensão, etc.
- Explicações acerca do Programa de Nivelamento pelos Coordenadores.
- Apresentação dos Projetos Interdisciplinares.
- Apresentação do site da IES.
- Exposição acerca do AVA.
- Atividades Complementares.

4.2.4. Programa de Nivelamento

Há que se destacar também que em atendimento as Políticas de Atendimento ao Discente exigidas pelo Ministério de Educação (MEC) através do artigo 16 do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, o núcleo é o responsável por ofertar na IES o nivelamento acadêmico.

Trata-se de um processo que se constitui em buscar, a partir da análise de dados do vestibular e do andamento das primeiras aulas, suprir as possíveis deficiências acerca de conhecimentos necessários para a integração ao Ensino Superior que deveriam ter sido supridos no Ensino Básico.

O Núcleo organiza as aulas de Nivelamento nas disciplinas em que os alunos apresentarem defasagem de aprendizagem.

Faculdade de Educação Social da Bahia

Vale destacar que todo o processo e as perspectivas acerca do nivelamento acadêmico são delineados em um Projeto/Regulamento proposto pelo Núcleo.

O Programa de Nivelamento é um dos programas de apoio aos discentes mantidos pela FAESB que propicia ao aluno da Instituição o acesso ao conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos universitários.

No entanto, conhecedores das dificuldades de aplicação desse programa, a partir de experiências advindas de suas longas vidas acadêmicas, os gestores da IES propõem que o Nivelamento seja constituído como componente curricular obrigatório estabelecido para os dois primeiros semestres letivos de cada curso.

Há que se destacar que, apesar de obrigatório, o aluno tem o direito de solicitar uma avaliação de proficiência dos conhecimentos básicos do nivelamento, antes do início de cada semestre e, a partir disso, ser dispensado de frequentar essas aulas, bem como ter os créditos validados imediatamente em seu histórico.

Os conteúdos do Nivelamento são estabelecidos a partir dos resultados globais de cada vestibular, bem como, quando necessário, a partir de prova de conhecimentos gerais.

O propósito principal do nivelamento é oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos. Dessa forma, durante todos os semestres, conforme sejam autorizados novos cursos e áreas, serão oferecidos cursos de nivelamento nas seguintes áreas:

Matemática e Raciocínio Lógico;

Língua Portuguesa;

Informática

A FAESB procura lidar sempre com a realidade de deficiências advindas do Ensino Básico, haja vista a maior parte de seus alunos serem provenientes de escolas públicas, e instituiu para seus alunos, esse programa que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação.

O nivelamento contribuirá para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores e auxilia os acadêmicos a realizar um curso superior com maior qualidade.

Há que se destacar que o programa de nivelamento não pode ser utilizado para validar as Atividades Complementares.

São objetivos do Programa de Nivelamento:

- Estimular os alunos a reconhecer a importância de se revisar os conteúdos estudados no ensino médio de forma a adquirir mais condições para ter um maior aproveitamento das disciplinas do ensino superior;
- possibilitar que os alunos percebam que a revisão de conteúdos os levará a uma série de posturas lógicas que constituem a via mais adequada para auxiliar na sua formação;
- revisar conteúdos considerados imprescindíveis para o entendimento e acompanhamento das disciplinas do curso.

O nivelamento será sempre ministrado por um professor especialista na área do nivelamento e as turmas serão preferencialmente compostas de forma a permitir que o aluno, de acordo com sua disponibilidade de tempo e horário, possa frequentar mais de uma disciplina. Os cursos de nivelamento serão ministrados por professores da Instituição, ou por ela contratados para este fim, com objetivo de oferecer a todos os alunos condições de acompanhar os conteúdos das disciplinas regulares dos cursos. Para tal, as aulas de nivelamento já são estipuladas em Calendário Acadêmico e disponibilizadas aos sábados e/ou contra-turnos.

Os professores do programa de nivelamento têm como funções:

- condução e acompanhamento das aulas e respectivas atividades;
- elaboração e aplicação de testes de aprendizado;
- esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo dos cursos;
- verificação de desempenho dos alunos e elaboração de relatórios de desenvolvimento das turmas.

O programa é oferecido com caráter opcional. O aluno não tem qualquer compromisso em realizar os testes, nem frequentar as aulas do programa.

A necessidade do nivelamento deve ser apontada pelos professores, alunos ou pelo coordenador de curso.

4.2.5. Núcleo de Estágio e Carreira

Trata-se do órgão de apoio responsável por promover a articulação e negociação entre empresas, instituições, coordenações de curso e alunos na busca de vagas e condições para a realização de estágio obrigatório e não obrigatório.

Além disso, divulga vagas, organiza e executa a inscrição de candidatos de estágio e vagas de trabalho, bem como informa e orienta sobre os requisitos e condições legais para a realização de estágios e realização do programa de voluntariado acadêmico.

Desde o momento em que iniciou seu funcionamento, a FAESB fez e continua a fazer um excelente trabalho de convênios com as mais variadas empresas e instituições de Valença e região, dessa forma são muitas as vagas disponibilizadas para estágios em empresas e instituições. A partir disso, o Núcleo de Estágio é responsável pela divulgação das vagas a partir do site da IES, comunicação interna no Sistema AVA Cerbrum e grupos de comunicação das turmas ou dos murais espalhados pela Faculdade.

De extrema importância é o trabalho conjunto entre o Núcleo de Retenção e o Núcleo de Estágio, afinal com a detecção de um problema, faz-se relevante a possibilidade de intervenção ao ponto de solucioná-la, sempre que possível, para que o aluno não abandone a Faculdade por questões financeiras.

4.2.6. Núcleo de Retenção

Preencher as vagas dos cursos de graduação é condição fundamental para a sustentabilidade do Plano de Desenvolvimento Institucional, no entanto é preciso ir além e buscar o melhor aluno possível, aquele mais preparado para aprender e para contribuir como discente, envolvendo-se com a sua formação até o final, sem evadir.

Da mesma forma, é necessário que se estabeleçam meios de mapear a evasão escolar e constituir ferramentas que possibilitem a formação integral dos alunos nos cursos.

Sabedores dessas nuances do Ensino Superior, os responsáveis pela Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE criaram o Núcleo de Retenção. Trata-se do órgão responsável por desenvolver estudos, análises e compor diagnósticos da evasão nos diferentes cursos, programas e atividades da FAESB, com base na identificação de fatores internos e externos de maior impacto.

Acompanha e monitora, de forma sistemática, o comportamento da evasão na Faculdade, com base em instrumentos e indicadores estabelecidos para esse fim, fornecendo dados aos vários Núcleos e Coordenações Acadêmicas para que se possa intervir positivamente no anseio dos alunos em terminar os seus cursos de graduação.

4.2.7. Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria

Trata-se do setor responsável pelo acompanhamento e distribuição dos programas de bolsas estudantis, programas de incentivo e descontos.

Dentre os vários programas utilizados pela FAESB podemos citar:

a) Bolsa de Monitoria

- Como contraprestação pelo número de horas dedicadas às atividades de monitoria remunerada (15 ou 20 horas/atividades semanais), o monitor receberá, a título de bolsa-auxílio, um desconto incidente sobre as mensalidades escolares.
- A função de monitoria visa despertar, no corpo discente, o interesse pela carreira de magistério, além de colaborar para a integração os corpos discente e docente, concretizando os objetivos educacionais estabelecidos pelo PPI da FAESB.
- É compromisso de o monitor realizar um plano de estudos e atividades, em conjunto com o professor orientador, que o capacite ao aprimoramento de sua formação acadêmica e lhe dê condições de auxiliar o professor no planejamento das aulas e trabalhos, bem como na orientação de alunos para o bom desenvolvimento da atividade educacional.
- O acesso à monitoria ocorre após publicação de edital específico destinado aos alunos que tenham aprovação na disciplina em que pretendem ser monitores e que não tenham ocorrência de penalidade disciplinar.

- Findo o prazo de exercício da monitoria, os monitores podem retornar à monitoria mediante novo concurso, para nova disciplina.
- O monitor exerce suas atividades durante o semestre letivo em que foi classificado.
- A monitoria não implica vínculo empregatício, e suas atividades são regidas por contrato específico a ser celebrado com a instituição.
- As atividades de monitoria podem ser validadas como atividades acadêmicas complementares nos cursos de graduação.

b) Bolsa de Iniciação Científica

O Programa de Iniciação Científica tem por finalidade:

- Incentivar a participação dos estudantes de cursos de graduação da FAESB no Programa Institucional de Iniciação Científica, para que desenvolvam o pensamento e a prática científica sob a orientação de Professores Pesquisadores;
- Estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes dos cursos de graduação nas atividades de iniciação científica;
- Qualificar recursos humanos para os programas de pós-graduação e aprimorar o processo de formação de profissionais para o setor produtivo;
- Estimular o incremento da produção científica institucionalizada;
- Despertar no acadêmico a vocação para a pesquisa.

As bolsas de iniciação científica são concedidas aos alunos que satisfizerem os requisitos:

- Estar regularmente matriculado em curso de graduação da FAESB.
- Ter sido aprovado integralmente no primeiro período do curso de graduação e não estar no último período, exceto nos casos de renovação de bolsa;
- Apresentar bom desempenho acadêmico, não tendo reprovações nas disciplinas correlatas às áreas do projeto de pesquisa;
- Anexar declaração informando não ter vínculo empregatício;
- Anexar declaração informando não ter concluído qualquer outro curso de graduação;

- Anexar declaração informando não ser bolsista de qualquer outro programa remunerado.

Cada aluno selecionado deve assumir os compromissos de:

- Executar, individualmente, o plano de trabalho aprovado, dedicando 10 (dez) horas semanais (no caso de bolsa parcial) ou 20 (vinte) horas semanais (no caso de bolsa integral) ao desenvolvimento da pesquisa;
- Apresentar, para apreciação da Coordenação de Iniciação Científica os resultados parciais e finais da pesquisa;
- Fazer referência à sua condição de integrante do Programa Institucional de Iniciação Científica da FAESB nas publicações e trabalhos apresentados;
- Apresentar relatório técnico-científico semestral e relatório final dos resultados obtidos, bem como o de atividades complementares;
- Entregar resumo e/ou artigo para ser publicado em um dos canais de divulgação científica da FAESB, contendo os principais resultados da pesquisa.

C) Bolsa de Trabalho FAESB

- A Faculdade, dentre outros atendimentos ao aluno, possui um programa de bolsa de trabalho administrativo interno, vinculado à coordenação de Estágios e o departamento de Recursos Humanos da IES.
- Todos os alunos, regularmente matriculados em cursos de graduação ofertados pela FAESB, podem candidatar-se a uma bolsa de trabalho administrativo interno (estágio), observando os prazos e critérios publicados em Edital.
- O aluno que fizer jus a bolsa, através de seleção, deve assinar um contrato, conforme modelo padrão da Coordenação de Estágios nos mesmos moldes e prerrogativas instituídas para o estágio não curricular.
- A carga-horária a cumprir pelo aluno estagiário-bolsista é de, no mínimo, 20h semanais, de acordo com o horário estipulado pela Instituição, com vistas a sua necessidade.
- O aluno tem direito a uma bolsa de desconto do valor da mensalidade, descontados mês a mês, a partir do mês subsequente ao início da atividade como bolsista.

- O contrato pode ser renovado a cada semestre, tendo como referência à avaliação semestral da atuação do estagiário-bolsista.
- O contrato pode ser cancelado por ambas as partes, desde que comunicado com o mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.
- O programa segue as normas da Legislação Trabalhista no que concerne aos Estágios.

d) Programa Universidade Para Todos – PROUNI

O Programa Universidade para Todos PROUNI é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que destina à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais (meia-bolsa) para os cursos de graduação, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. É um benefício concedido ao estudante, na forma de desconto parcial ou integral sobre os valores cobrados pelas instituições de ensino privadas. A FAESB optou pelo Programa PROUNI e oferece bolsas de estudo integrais e Parciais.

e) FIES

O Programa de Financiamento Estudantil - FIES é destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

O programa foi criado em 1999 para substituir o Programa de Crédito Educativo PCE/CREDOC. A única forma de ingresso no Programa é mediante participação em Processo Seletivo de candidatos ao financiamento através do Site da Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br), de modo a garantir a democratização do acesso ao FIES e, consequentemente, ao ensino superior.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, têm como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária, garantindo a prioridade no atendimento aos estudantes em situação econômica menos privilegiada. Os financiamentos do FIES são concedidos somente para estudantes

regularmente matriculados em curso de graduação que tenha sido positivamente avaliado pelo Ministério da Educação MEC. Até 70% do valor do curso pode ser financiado, podendo o estudante optar por um percentual menor ou reduzir o mesmo após a contratação.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, trouxeram transparência ao Programa, que tem como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária.

f) Bolsas Mérito



Visando aumentar as oportunidades de crescimento aos alunos e inserir grandes talentos no mercado de trabalho, a FAESB promove em todos os semestres letivos um processo seletivo visando reconhecer grandes talentos dentre os seus acadêmicos.

São ofertadas bolsas em cada um dos cursos da IES visando encontrar grandes talentos e garantir-lhes a permanência na universidade.

O processo seletivo dá-se a partir de prova de Linguagens, Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol), Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos da área relacionada ao curso do aluno.

Os melhores colocados recebem bolsa integral da FAESB, garantindo, assim, a integralidade da sua formação.

O mesmo processo seletivo será feito com alunos formandos que, a partir de prova semelhante, têm a possibilidade de frequentar gratuitamente um curso de pós-graduação Lato Sensu na área de seu curso.

É a garantia de diplomas de graduação e pós-graduação e o reconhecimento dos alunos de padrão de excelência da FAESB, acadêmicos que com certeza podem proporcionar a diferença na sociedade e no mercado de trabalho.

4.2.8. Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos

Conforme pode ser vislumbrado no regimento geral da IES, há o incentivo para a formação de centros ou diretórios para a representação estudantil no âmbito da IES, conforme segue:

Art. 142º - Por sua vontade e necessidade, o corpo discente poderá constituir como órgão representativo os Diretórios Acadêmicos, regidos por Estatutos por eles elaborados, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo Único - O Diretório Acadêmico somente pode exercer suas funções quando registrado, na forma da lei, e em regular funcionamento.

Desse modo, a partir de ofício formalizado de solicitação de espaços na IES e suporte técnico, os estudantes podem formar centros ou diretórios acadêmicos no âmbito da FAESB que os incentivará para tal ação a partir de banners explicativos sobre a sua importância e/ou artigos no site institucional.

A FAESB sempre teve plena consciência de que a representação estudantil dentro da Instituição de Ensino Superior está voltada para a necessidade de jovens construírem sua participação na política estudantil, que contribui para sua identificação de necessidades junto aos processos de formação, auxiliando a qualificá-los através de uma participação ativa junto aos segmentos das diversas instâncias da instituição educativa, tendo como meta a formação alicerçada em valores sólidos, conforme se apregoa a própria missão da IES voltada ao desenvolvimento social e acadêmico.

O estímulo à formação de representações estudantis é imprescindível na FAESB, haja vista a construção política de seus estudantes recair sobre a própria qualidade dos serviços prestados na IES. Logo, os centros ou diretórios acadêmicos são, também, ferramentas de gestão para a IES, afinal a construção de uma IES se dá a partir do diálogo político de suas instâncias, seja em IES privadas ou públicas, afinal a finalidade de ambas está centrada no âmbito público.

4.2.9. Políticas de Acompanhamento de Egressos

A análise e avaliação sobre o egresso de uma IES é uma contínua melhoria de todo planejamento e operação dos processos de ensino e aprendizagem. Por isso, pode-se afirmar que não se trata apenas de uma política de apoio ao estudante, mas uma Política de Gestão que tem como objetivo inserir no mercado de trabalho profissionais aptos para o exercício da profissão. E é através do retorno quanto aos indicadores da qualidade dos profissionais que são formados que se torna possível observar o desenvolvimento do egresso da IES no mercado. Neste sentido, o egresso é definido como aquele que efetivamente concluiu seus estudos, colou grau e está apto para ingressar no mercado de trabalho. Nessa condição de egresso, ele é uma fonte de informação sobre a qualidade do serviço prestado pela Instituição de Ensino Superior que o formou.

Dessa forma, visando dar mais clareza e antecipar suas perspectivas acerca do egresso, a IES criou um programa que busca implementar de maneira mais clara e objetiva suas políticas institucionais de acompanhamento ao egresso. Trata-se do PAE - Programa de Acompanhamento do Egresso, anexado a este PDI, instrumento este que possibilita a avaliação continuada da FAESB, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos e do seu desenvolvimento na educação continuada.

Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimenta pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

Sendo assim, são os seguintes os objetivos do Programa:

- ⇒ Avaliar o desempenho da instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- ⇒ Manter registros atualizados de alunos egressos;
- ⇒ Promover intercâmbio entre ex-alunos;
- ⇒ Promover a realização de atividades extracurriculares, de cunho técnico-profissional, como complemento à formação do ex-aluno, e que, pela própria natureza do mundo moderno, está em constante aperfeiçoamento;

- ⇒ Promover a realização de eventos direcionados a profissionais formados pela instituição;
- ⇒ Fornecer ferramentas de reavaliação dos currículos dos cursos e dos programas e políticas da IES;
- ⇒ Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho e acompanhar sua vida profissional como forma de atualização do PPC;
- ⇒ Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados pela mesma;
- ⇒ Incentivar à leitura de acervos especializados, disponíveis na biblioteca, bem como a utilização de laboratórios, cujo acesso as dependências da instituição acontece por meio de documento expedido pela instituição.

Além disso, a instituição pretende lidar com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Sendo assim, o programa se constitui como um órgão responsável pelos egressos na instituição, juntamente com o Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante e Comissão Própria de Avaliação, intensificando ações para acompanhar os egressos dos cursos e fornecendo um espaço de troca de saberes, de vida e de experiências.

Dessa forma, o PAE se estabelece como um instrumento para a necessária interação instituição-empresa-sociedade.



FAESB Faculdade de Educação Social da Bahia



FAESB

Faculdade de Educação Social da Bahia

5. CORPO DOCENTE

5.1. Composição do Corpo Docente

A FAESB, no atual momento, conta com um contingente de 52 professores, conforme quadro a seguir (considerando o curso de Direito):

DOCENTES: TITULAÇÃO		
Titulação	Quantitativo	%
Doutores	10	20%
Mestres	22	43%
Especialistas	19	37%
TOTAL	52	100%

DOCENTES: REGIME DE TRABALHO		
Regime de Trabalho	Quantitativo	%
Tempo Integral – TI	5	20%
Tempo Parcial – TP	15	80%
Horistas	0	0%
TOTAL	20	100%

5.2. Critérios de Seleção e Contratação do Corpo Docente

Para a contratação e reposição de professores, a FAESB sempre procurou adotar uma política combinando uma sólida formação acadêmica (doutores, mestres e especialistas) com comprovada experiência profissional e docente.

Ao mesmo tempo, a FAESB se preocupa com o processo de capacitação de seus professores mediante incentivo à participação em cursos de doutorado, mestrado,

pagamento de bolsas e/ou disponibilidade parcial ou integral, participação em congressos, seminários e cursos diversos.

Na seleção dos professores que integram o quadro docente da IES são rigorosamente observadas as qualificações/titulações por área de conhecimento específico e suas respectivas vinculações com os conteúdos programáticos das disciplinas que ministram, tudo aliado à experiência profissional do candidato, tanto no que se refere à docência quanto ao mercado de trabalho, onde é apresentado uma aula pública a uma banca composta pela Direção e Coordenação de curso. O processo seletivo também é feito de forma objetiva através de comissão especialmente designada para este fim.

O regime de trabalho dos docentes é o da legislação trabalhista, para jornadas semanais de 12 a 40 horas de trabalho por semana, a serem dedicadas às atividades de ensino, orientação, atendimento de alunos, pesquisa, extensão e também funções administrativas na Instituição. Pode haver contrato por hora-aula, tendo em vista as características das disciplinas e dos profissionais selecionados.

Como orientação geral, a política acadêmica da Instituição busca ampliar sempre a carga horária dos professores mais bem titulados e melhor avaliados, de forma a compor um núcleo de excelência com maior dedicação ao ensino e à gestão. Ao mesmo tempo, procura aumentar o número de docentes em regime de trabalho de tempo integral e parcial, com o objetivo de compor um quadro amplo e dedicado não apenas ao ensino, mas também à pesquisa, extensão, atividades de responsabilidade social e funções administrativas.

5.3. REQUISITOS DE TITULAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Faculdade de Educação Social da Bahia

Na seleção dos professores que integram o quadro docente da IES são rigorosamente observadas as qualificações/titulações por área de conhecimento específico e suas respectivas vinculações com os conteúdos programáticos das disciplinas que ministram, tudo aliado à experiência profissional do candidato, tanto no que se refere à docência quanto ao mercado de trabalho.

Os professores exercem a função de professores ministrantes de disciplinas que, em conjunto com a coordenação de curso e NDE, planejam e constituem os conhecimentos

dos componentes curriculares a partir de um plano de ensino previamente definido sempre antes de cada semestre letivo. Esses docentes se encaixam em três regimes de trabalho: Regime de Tempo Integral e Regime de Tempo Parcial e Horistas.

O Regime de Tempo Integral é exercido pelos professores que preencherem cumulativamente os seguintes requisitos:

- ⇒ possuir a titulação de Mestre ou Doutor;
- ⇒ possuir graduação e pós-graduação na área do componente que irá trabalhar;
- ⇒ possuir experiência acadêmica igual ou superior a 3 (três) anos.

O Regime de Tempo Parcial é exercido por docentes que preenchem os mesmos requisitos dos professores contratados em tempo integral, excetuando-se a titulação que pode ser também de especialista. Dessa forma, o que diferencia ambos os regimes, é a distribuição das horas, já apontadas na seção anterior.

5.4. POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE

O padrão de excelência de uma Instituição de Ensino Superior está vinculado à qualidade da formação e desempenho de seu quadro de recursos humanos.

A FAESB estimuladora qualificação sistemática do corpo docente, destinando os recursos orçamentários necessários à implementação e execução do Plano de Capacitação e Qualificação Docente, que inclui:

- e) Celebração de convênio com instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras para formação de Mestres e Doutores;
- f) Utilização de Ensino a Distância para pós-graduação, em parceria com Universidades que detenham a referida tecnologia, até que a IES se credencie para tal;
- g) Realização de cursos de curta duração, seminários e congressos, envolvendo temas específicos e vinculados aos conteúdos disciplinares;
- h) Manutenção de cursos de reciclagem e ou Educação Continuada;

- i) Divulgação, em revistas especializadas, de trabalhos e artigos científicos que focalizem e valorizem experiências regionais e locais especificamente voltadas ao desenvolvimento do Estado da Bahia;
- j) Implementação de um programa de iniciação à pesquisa que estimule a criação de novas tecnologias que atendam às necessidades locais;
- k) Implantação de programa de leitura dirigida para estudo de temas contemporâneos de alto impacto no processo educacional e profissional.
- l) Capacitação contínua dos docentes a partir de cursos de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, visando o atendimento do Plano de Acessibilidade da IES.

O Plano de Capacitação e Qualificação Docente da FAESB é um processo sistemático, que permite aos docentes adaptarem-se a novas formas de conhecimento, novas habilidades e novas situações e, também, ao desenvolvimento de uma percepção crítica do cenário institucional.

5.5. PLANO DE CARREIRA DOCENTE

O Plano de Carreira Docente – PCD, documento norteador das políticas de contratação e remuneração dos docentes, encontra-se anexado a este PDI e foi concebido a partir de políticas acerca da perspectiva da docência vislumbrada pela IES.

A política de carreira docente da FAESB define os princípios básicos, a estrutura da docência em níveis, os incentivos funcionais, a forma de ingresso na carreira; conceitua a docência; regula a promoção vertical, o regime de trabalho e a remuneração.

A perspectiva de contratação dos docentes na IES parte de três níveis específicos: Professor Horista, Professor em Tempo Parcial – TP e Professor em Tempo Integral – TI.

Os deveres, direitos e responsabilidades e o regime disciplinar do corpo docente, bem como de toda a comunidade escolar estão dispostos no Regimento Geral da IES também anexo neste documento.

A IES se preocupou, em primeiro lugar, a formar um quadro docente qualificado, apto a oferecer ensino de nível qualitativo excelente com perspectiva de formar profissionais efetivamente em condições de realizar uma atuação produtiva no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a IES procura suprir as necessidades de seu Corpo Docente com vistas à melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem a partir dos seguintes princípios:

- ☐ Valorização da qualificação decorrente de cursos de formação acadêmica e profissional;
- ☐ Profissionalização, entendida como dedicação ao magistério;
- ☐ Paridade de remuneração para os docentes integrantes da carreira, com qualificação análoga.

5.6. Critérios de Seleção e Contratação

Assim, considera-se docente aquele que se encontra regularmente contratado pela IES em caráter permanente exercendo atividades do magistério, que compreende a docência e atividades de extensão e pesquisa, constituindo assim a lotação do Corpo Docente da Instituição;

Além das atividades do magistério, o docente pode exercer atividades técnico-administrativas, conforme apontado pelo documento PCD.

O ingresso na carreira docente é sempre feito por meio de processo de seleção, mediante comprovação de títulos e banca examinadora, tendo por base as normas fixadas pelo Conselho Superior e constantes do PCD, respeitada a legislação pertinente e as normas do Sistema de Ensino Superior, e a sua contratação é realizada no nível correspondente à titulação, devidamente comprovada, não sendo permitida a contratação de docente somente com o título de graduado.

No que diz respeito ao exercício docente, trata-se do desempenho de cargo ou função pelo docente em atividades de ensino, pesquisa e extensão, ou ainda em atividades administrativas próprias ao professor em cursos da IES. Todas essas atividades, bem como

seus direitos e deveres estão devidamente delineados no Regimento Geral da FAESB anexado a este PDI.

Quanto ao regime de trabalho, também delineado no PCD, em termos gerais se configura em:

I. Horistas - docente contratado pela instituição exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadre em outros regimes de trabalho;

II. Tempo Parcial - docentes contratados com 20 horas semanais de trabalho na mesma instituição, nelas reservados pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos.

III. Tempo Integral - o regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (Art.69 do Decreto 5.773/2006).

Cabe aos Coordenadores de Cursos elaborar os Planos de Trabalho de seus docentes e a distribuição da carga horária destinada às atividades de ensino, pesquisa e extensão, observado o disposto no Regimento Geral da FAESB.

5.7. Procedimentos para Substituição dos Professores

No que concerne às substituições dos professores, a auto avaliação institucional, no seu eixo avaliação do corpo docente, constitui instrumento confiável de acompanhamento do desempenho dos professores mediante o posicionamento dos alunos em relação a atuação docente e aos conteúdos .

Ficou-se estabelecido desde o início que professor mal avaliado deve sempre ser convidado a se reunir com o Coordenador do Curso e com o Coordenador Pedagógico, onde tem a oportunidade de se justificar ou explicar as razões da avaliação e da qualidade incipiente de sua atuação e/ou do conteúdo constituído.

Caso apresente justificativa ou explicação razoável, os Coordenadores podem optar por lhe dar nova oportunidade. Neste caso, seu desempenho posterior também é sempre avaliado.

Caso na avaliação seguinte o professor não apresente o desempenho esperado, sua demissão é requerida pelos Coordenadores de Curso ao Departamento de Pessoal, que a encaminha à Diretoria Geral para efetivação.

No caso de substituição eventual de professor por motivo de doença ou gravidez, em diálogo com o Departamento de Pessoal os Coordenadores de Cursos são feitos os processos seletivos internos e externos para substituição.

5.8. Formas de Acompanhamento e Avaliação do Planejamento e Execução do Trabalho Docente

A FAESB sempre teve plena consciência de que o acompanhamento e a avaliação docentes devem fazer parte constante dos processos de ensino-aprendizagem da IES, tudo em razão da melhoria do desempenho acadêmico, bem como da otimização de resultados.

Dessa forma, além dos resultados advindos das avaliações docentes da CPA e da perspectiva empírica do trabalho de acompanhamento dos coordenadores de curso, a Direção Acadêmica e o Centro de Apoio ao Estudante – CAE também têm papel preponderante nesse aspecto.

Há que se destacar que singularmente, a FAESB possui uma secretaria única e exclusiva para o auxílio e a constituição dos processos relacionados ao corpo docente, o que facilita em muito o seu acompanhamento. Trata-se da Secretaria Geral Pedagógica / Docente, responsável pelo fornecimento dos diários de classe, organização dos planos de ensino, salas de aula etc. Nesse contexto, o órgão recebe informações que são preponderantes para a avaliação do trabalho docente, afinal ela lida diretamente com o relacionamento alunos-professores.

A partir do fornecimento de tais dados, a Direção Acadêmica e Coordenações de Curso acompanham e avaliam a atividade docente através de registros acadêmicos quanto ao cumprimento de programa e consecução dos objetivos propostos em consonância com a proposta da avaliação institucional, considerando:

- ⇒ o plano de curso, no qual o professor dimensiona a carga horária da disciplina, a ementa, os objetivos, a metodologia e o cronograma, além das atividades extraclasse.
- ⇒ reuniões sistemáticas sobre o Projeto Pedagógico do curso para planejamento, avaliação e correções necessárias (NDE).
- ⇒ acompanhamento dos registros dos professores-relatórios do Núcleo Docente Estruturante sobre aspectos como assiduidade e frequência, entrega de planejamento e avaliações, entre outros.
- ⇒ acompanhamento psicopedagógico para avaliar as atividades docentes.
- ⇒ verificação da avaliação discente para correções de atividades.
- ⇒ avaliação docente feita pelos alunos, pelos coordenadores e pelos colaboradores do CAE.

5.9. PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE

Quanto à expansão do Corpo Docente da FAESB, vale destacar que esta se dará na medida em que novos Cursos de Graduação propostos neste PDI serão autorizados pelas autoridades competentes.

5.9.1. Cronograma de Expansão do Corpo Docente

Em termos gerais a previsão dá-se da seguinte forma:

=> As contratações de professores necessários para a constituição desta atualização do PDI e dos PPCs dos cursos a serem autorizados pelo MEC, bem como dos outros cursos delineados também neste plano, projeta-se a partir do cronograma a seguir (há que se destacar que se trata de uma mera previsão, haja vista ele ser dependente das devidas

autorizações junto ao MEC que dependem de avaliação prévia do INEP e/ou de possíveis mudanças na legislação):

TITULAÇÃO	QUANTID ADE 2021	QUANTIDA DE 2022	QUANTIDA DE 2023	QUANTID ADE 2024	QUANTID ADE 2025/2027
Doutorado	1	2	2	05	08
Mestrado	10	12	13	18	20
Especializaçã o	4	4	5	07	13
TOTAL	15	18	20	30	41

REGIME DE TRABALHO	QUANTID ADE 2021	QUANTID ADE 2022	QUANTID ADE 2023	QUANTID ADE 2024	QUANTID ADE 2025
Tempo Integral	2	03	5	08	12
Tempo Parcial	13	15	15	20	25
Horistas	0	0	0	2	4
TOTAL	15	18	20	30	41

6. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.1. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O Corpo Técnico-Administrativo da FAESB é constituído por todos os funcionários não docentes, tratando-se, portanto, de colaboradores que executam os serviços administrativos e gerais necessários ao bom funcionamento da IES.

Desde a sua gênese, a instituição buscou identificar junto aos colaboradores as oportunidades para o seu desenvolvimento e colocá-los em funções e posições em que possam dar sua melhor contribuição.

Vale destacar que a IES busca mostrar que as pessoas são partes integradas do processo de melhoria, reconhecendo que os colaboradores têm condições para tomar decisões relativas ao trabalho, delegando assim, autoridade para soluções de problemas.

Da mesma forma, tem-se o objetivo de promover um ambiente de comunicação total, informando os colaboradores para dar-lhes uma visão ampla a respeito dos desafios e tendências dos serviços educacionais, dos objetivos setoriais, das metas e do desempenho geral, bem como alimentando-os de informações necessárias para o bom desempenho de suas funções e interagindo com eles.

Nesse sentido, o Departamento de Recursos Humanos e os outros órgãos institucionais buscaram promover reuniões regulares de debates, sugestões, avaliação e solução de problemas, bem como, encorajar e apoiar todos os colaboradores na busca de melhoria da qualidade, com o intuito de buscar sempre, a manutenção e fortalecimento da autoestima destes.

Para que os pressupostos expostos acima fossem alcançados, a instituição definiu que o perfil do corpo técnico-administrativo fosse abrangido pelos critérios de seleção e contratação, políticas de qualificação e carreiras, e cronograma de expansão, a seguir destacados.

6.2. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

A contratação de pessoal técnico-administrativo é realizada pelo Departamento de Recursos Humanos em consonância com o Departamento de Pessoal de acordo com as diretrizes definidas pela Mantenedora. As admissões se efetivam mediante contratação expressa, em Contrato de Trabalho e CTPS, obedecidas todas as formalidades e Normas Coletivas de Trabalho, com a apresentação de todos os documentos comprobatórios da qualificação profissional e acadêmica do candidato, sem a qual não poderá realizar atividades na instituição.

A carga horária de trabalho dos empregados técnico-administrativos obedece à legislação trabalhista e às Normas Coletivas de Trabalho vigentes.

A contratação depende, ainda, de prévia aprovação do candidato em processo seletivo do Dep. de RH, que avalia:

- a titulação;
- a experiência profissional;
- a adequação da titulação e experiência ao cargo para o qual estiver sendo selecionado.

No Processo Seletivo os candidatos passaram por avaliação, envolvendo comprovação de titulação, entrevista e, de acordo com a necessidade, de prova específica de conhecimentos gerais e na área de atuação.

A admissão de pessoal segue as rotinas e políticas definidas pelo RH para recrutamento e seleção, onde sempre que possível o provimento das vagas técnico-administrativas é feito por meio de promoção vertical, visando a valorização do quadro funcional.

O empregado técnico-administrativo é contratado na referência inicial do primeiro nível da classe de cargos, observando-se os requisitos exigidos para cada cargo e nível.

A tabela salarial, constante no plano de cargos e salários (Anexo ao PDI), é formada por quatro classes, sendo as classes de 1 a 4 com três níveis e cinco referências, com interstício entre as referências de 2,5%. As modificações de faixas e referências podem ocorrer em razão de alteração de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), pesquisa salarial e definição da Mantenedora.

Os salários praticados na Tabela Salarial, bem como os critérios e regras estabelecidas no Plano de Carreira, observam as normas coletivas de trabalho, inclusive, as vantagens delas decorrentes para a remuneração.

6.3. POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO

A FAESB busca conceder apoio financeiro sob a forma de ajuda de custo para participação em eventos de capacitação técnica, de bolsas de estudo para participação em

curso de pós-graduação em instituições reconhecidas e credenciadas e, em programas de treinamento específicos, mediante autorização prévia da Mantenedora.

O valor da ajuda de custo e da bolsa de estudo a ser concedida pela instituição é definido de acordo com a importância do conteúdo, sua duração e custos totais de participação, os quais podem ser custeados total ou parcialmente, observando-se, para tanto:

- ⇒ disponibilidade de recursos financeiros para este fim;
- ⇒ a escala de prioridades da instituição, definida de modo a contemplar as áreas mais carentes de profissionais qualificados;
- ⇒ relevância e necessidade de participação, definida por parecer técnico do superior imediato;
- ⇒ aspectos relacionados à motivação, interesse e dedicação, demonstrados pelo empregado, técnico administrativo, no exercício de sua função;
- ⇒ competências a serem desenvolvidas para o alcance dos objetivos estratégicos.

O empregado técnico-administrativo contemplado com ajuda de custo deve, após a participação no evento, apresentar documento que ateste sua presença, emitido pela instituição responsável pela sua promoção e/ou organização, e relatório que ressalte a importância dos conhecimentos adquiridos e/ou atualizados, em estreita observância à sua área de atuação na instituição.

A bolsa de estudo pode ser concedida ao empregado técnico-administrativo do quadro da instituição, de acordo com critérios definidos e aprovados pela Mantenedora, observado a correlação da área de atuação do empregado e o curso de especialização e mestrado ou doutorado reconhecidos pela CAPES.

A solicitação da bolsa de estudo deve ser apresentada à Direção, com no mínimo seis meses de antecedência do início do curso pretendido, contendo todas as informações relacionadas ao curso.

As bolsas de estudo podem ser concedidas aos empregados técnico-administrativos com, pelo menos, três anos de efetivo exercício na instituição, por um período de até dois anos, conforme vier a ser estabelecido em contrato firmado entre o empregado e a IES.

O empregado técnico-administrativo contemplado com bolsa de estudo deve:

⇒ apresentar ao RH, ao final de cada semestre cursado, declaração de aproveitamento das disciplinas cursadas, emitida pela instituição responsável pelo curso, objeto da concessão da bolsa;

⇒ após conclusão do curso, manter contrato de trabalho com a instituição por um período mínimo não inferior ao período de utilização da Bolsa de Estudo, salvo se dispensado pela IES.

A condição de bolsista do empregado técnico-administrativo pode ser encerrada pelos seguintes motivos:

- ⇒ cancelar, trancar ou desistir do curso;
- ⇒ não cumprir as atividades estabelecidas para o curso;
- ⇒ não obtiver aprovação em uma ou mais disciplinas ou créditos do curso;
- ⇒ perder a condição de empregado técnico-administrativo na instituição;
- ⇒ auferir resultado insuficiente em duas avaliações de desempenho;
- ⇒ infringir uma ou mais cláusulas do contrato de bolsa de estudo firmado com a instituição.

As bolsas, em hipótese alguma, são consideradas como salários ou integrarão o cálculo de rescisão do contrato de trabalho docente, nos termos previstos no inciso II, §2º do art. 458 da CLT.

O não cumprimento das exigências para o uso da bolsa de estudo ou da ajuda de custo pelo empregado técnico-administrativo beneficiado implica na obrigação de ressarcir à instituição a importância equivalente ao valor recebido, devidamente corrigido, na conformidade do contrato para concessão do benefício, assinado entre as partes.

A FAESB buscou constituir também, anualmente, um calendário de cursos de capacitação voltados ao corpo técnico administrativo, ofertado pela própria IES.

Os cursos abrangem diversas áreas e setores.

6.4. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O Plano de Cargos e Salários do Corpo Técnico-Administrativo é o instrumento que disciplina os procedimentos operacionais e normativos da política de pessoal e estabelece

critérios e formas de admissão, promoção, qualificação, desempenho, avaliação, incentivo e valorização do profissional técnico administrativo.

Este Plano de Carreira tem aplicabilidade na instituição, observados o Estatuto e o Regimento da Mantenedora, seu Regimento Interno, normas coletivas e a legislação trabalhista vigente, tendo como objetivos:

- ⇒ estabelecer formas e critérios de seleção, ingresso, promoção, qualificação, desempenho, avaliação, incentivo e valorização dos empregados técnico administrativo;
- ⇒ atrair e manter na instituição pessoal qualificado, que atenda as suas demandas, com profissionais capazes de contribuir para o alcance dos seus objetivos, de forma eficiente e eficaz, dentro de um processo de ética e de administração moderna;
- ⇒ definir cargos e descrever suas atribuições;
- ⇒ estimular o desenvolvimento dos empregados técnico administrativos, de forma a contribuir para o seu aprimoramento pessoal e profissional;
- ⇒ propiciar condições favoráveis à eficiente e qualificada atuação dos empregados técnico administrativos;
- ⇒ criar condições de atratividade para absorver candidatos potencialmente qualificados para exercer atividades técnico-administrativas na instituição.

Para efeito do plano foram consideradas atividades técnico-administrativas aquelas realizadas nas seguintes áreas:

- ⇒ Financeira;
- ⇒ Contábil;
- ⇒ Gestão de Pessoal;
- ⇒ Administrativa;
- ⇒ Assistencial Social;
- ⇒ Serviços Gerais e Manutenção;
- ⇒ Secretaria acadêmica;
- ⇒ Secretaria Docente;
- ⇒ Coordenações de área (Extensão, CAE, etc.);
- ⇒ Biblioteca;
- ⇒ Tecnologia da Informação;
- ⇒ Ouvidoria;

- ⇒ Supervisão de rotinas administrativas de laboratório;
- ⇒ Supervisão administrativa de núcleos de prática;
- ⇒ Qualquer outra atividade não relacionada à área docente.

O corpo técnico-administrativo da instituição é formado por profissionais capacitados, vinculado às áreas específicas de atuação, com formação acadêmica compatível com o cargo, sendo formada por três grupos ocupacionais:

- ⇒ Nível Fundamental: agrega as atividades onde a natureza do trabalho é operacional e a exigência é o Ensino Fundamental;
- ⇒ Nível Médio: agrega as atividades vinculadas à área técnica e administrativa;
- ⇒ Nível Superior: agrega atividades com maior grau de complexidade, que requerem análise.

Dessa forma, o quadro da instituição está estruturado em quatro categorias funcionais e níveis, ou seja, Auxiliar Operacional I e II, Auxiliares I e II, Assistentes I e II, Analistas I, II e III, e Supervisores I, II e III, todos com referências de 1 a 5.

Os requisitos de titulação e experiência exigidos para os cargos são:

- ⇒ Auxiliar Operacional: nível Fundamental completo
- ⇒ Auxiliar: nível Médio completo;
- ⇒ Assistente: nível médio completo e experiência mínima de seis meses na área de atuação ou área correlata;
- ⇒ Analista: nível superior completo e experiência mínima de seis meses na área de atuação ou área correlata;
- ⇒ Supervisor: nível superior completo, preferencialmente com especialização e experiência mínima de seis meses na área de atuação ou área correlata.

As obrigações do pessoal técnico-administrativo, de acordo com o plano de carreira são:

- ⇒ executar, integralmente as tarefas sob sua responsabilidade;

- ⇒ avisar ao superior imediato qualquer irregular identificada no seu setor e/ou na instituição;
- ⇒ manter os arquivos físicos e digitais organizados e disponíveis para uso;
- ⇒ trabalhar de forma integrada aos demais setores.
- ⇒ observar o regime disciplinar da instituição;
- ⇒ participar das reuniões quando necessário;
- ⇒ responder pela ordem do setor;
- ⇒ planejar, executar, acompanhar a realização das atividades sob sua responsabilidade visando o alcance das metas da instituição;
- ⇒ comparecer ao local de trabalho sempre que necessário, por convocação, respeitado o contrato de trabalho;
- ⇒ cumprir integralmente a jornada de trabalho;
- ⇒ colaborar, com sua experiência, competência e desempenho para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela instituição;
- ⇒ exercer as demais atribuições e direitos que lhe forem previstas em lei, no Plano e no Regimento da instituição;
- ⇒ apresentar na forma e prazos definidos os relatórios de suas atividades;
- ⇒ guardar sigilo quanto aos assuntos de serviço.

Sobre a política de promoção de merecimento e antiguidade é permitido três possibilidades de crescimento na estrutura de cargos: horizontal, vertical e reclassificação.

A promoção horizontal é a progressão do empregado de uma referência para outra, no mesmo nível, sem alteração de cargo.

A promoção vertical é a progressão do empregado de um cargo para outro que pertença a uma classe superior e somente ocorrerá em razão de vacância do cargo.

A reclassificação é a progressão do empregado de um nível para outro, dentro do mesmo cargo, sendo a este atribuídas tarefas mais complexas e ocorrendo em razão das necessidades da instituição, em seus diversos setores, em função de novas tarefas, complexidade das tarefas e qualificação do empregado.

A efetivação de qualquer uma das três possibilidades de progressão deve ser justificada à área de gestão de pessoas da Mantenedora.

Considerando as possibilidades apresentadas, cada empregado pode delinear sua carreira, baseando-se nas trajetórias, requisitos e critérios estabelecidos, podendo assim planejar seu crescimento profissional dentro da instituição.

Quanto ao processo de avaliação de desempenho, o plano de carreira estabelece que todos os empregados técnico-administrativos participam anualmente. O empregado técnico-administrativo que tiver menos de seis meses de contratação, considerando a data de admissão até o período de avaliação, somente pode participar da avaliação de desempenho do ano subsequente.

Com relação ao Regime Jurídico a instituição aplica ao pessoal técnico-administrativo a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e dispositivos legais que a regulamentam, as Convenções/Acordos Coletivos de Trabalho vigentes, normas e regulamentos estatutários, regimentais e resoluções editadas pela mantenedora.

O profissional técnico-administrativo que também for designado para cargo docente terá um contrato de trabalho específico para cada função, nos termos das respectivas Normas Coletivas de Trabalho.

Por fim, os empregados técnico-administrativos da instituição são remunerados de acordo com a classe, cargo, nível, referência e o regime de trabalho, observados os valores expressos na Tabela Salarial e de Referência para Promoção, presentes no Plano de Carreira e, aprovadas pela Mantenedora.

Os valores remuneratórios do empregado técnico-administrativo e da Tabela Salarial são reajustados na forma da legislação em vigor e das Normas Coletivas de Trabalho.

A partir do primeiro dia do mês subsequente à aprovação do enquadramento pela Diretoria da instituição, o empregado técnico-administrativo faz jus ao recebimento da correspondente remuneração.

6.5. CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Os colaboradores técnico-administrativos da FAESB são sempre suficientes em número e reúnem competências associadas aos cargos que exercem na instituição. Tem como característica marcante a qualificação profissional atrelada à postura ética e idônea imprescindíveis à realização de trabalhos acadêmicos e de assessoria aos cursos superiores. Atende às necessidades dos cursos, apresentando como características básicas: formação adequada com a função exercida, perfil empreendedor e visão holística da IES, facilitando o bom desempenho dos cursos e a qualidade de atendimento à comunidade acadêmica.

No atual momento, a FAESB conta atualmente com 11 funcionários não docentes, sendo 5 com formação no ensino superior, 6 no ensino médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

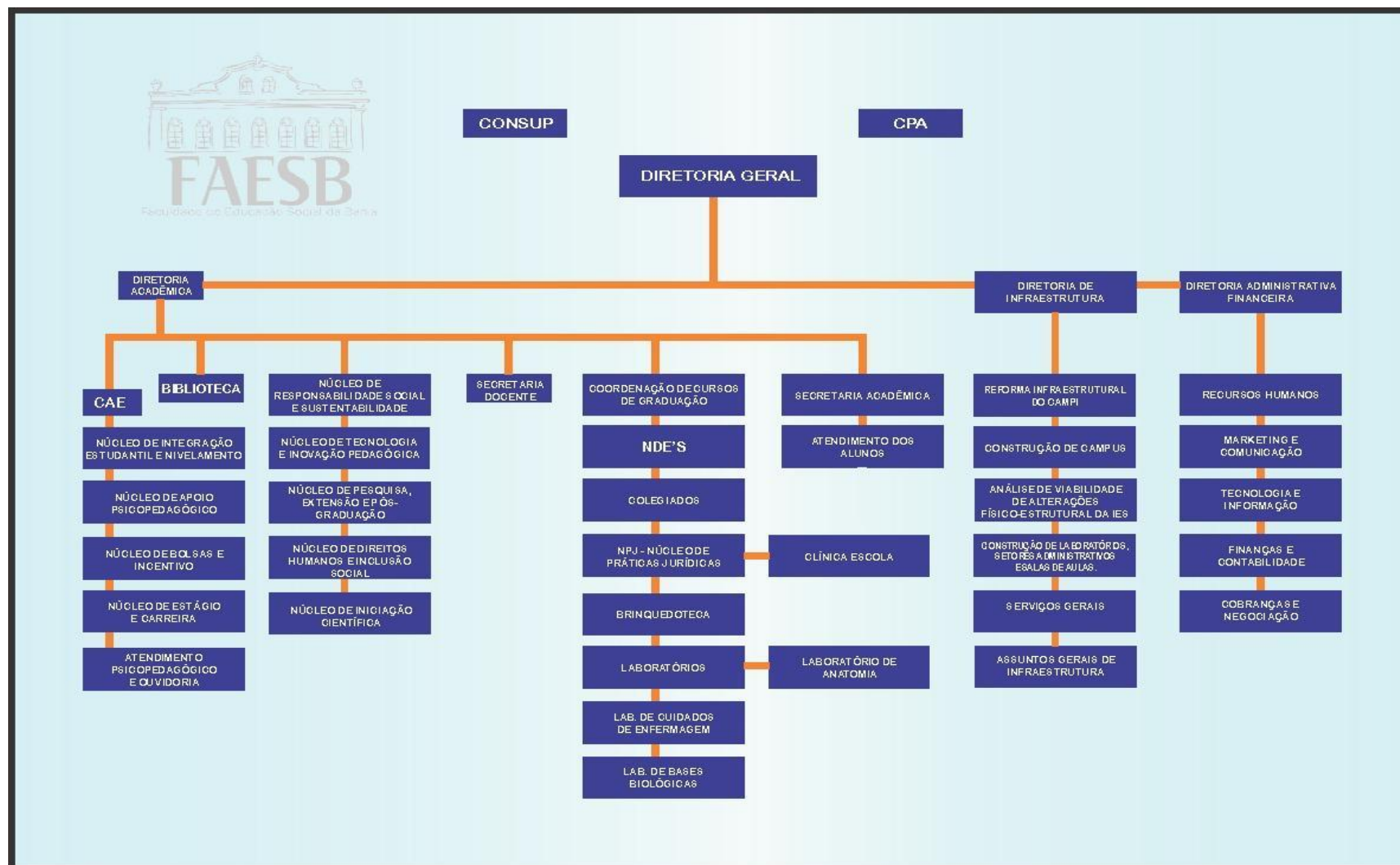
ÁREAS	NÍVEL DE ESCOLARIDADE		
	SUPERIOR	MÉDIO	FUNDAMENTAL
Financeira		1	
Administrativa	2	2	
Serviços Gerais e manutenção		2	
Secretaria Acadêmica	2		
Biblioteca	1	1	
TOTAL P/ NÍVEL	5	6	
TOTAL GERAL	11		

Em razão dos cursos em funcionamento, cursos protocolados em 2019 e previsão de autorização de novos cursos no decorrer do quinquênio, a contratação do corpo técnico-administrativo estimado é a seguinte:

TITULAÇÃO	20	20	20	20	20
	21	22	23	24	25
Ensino Fundamental	1	1	1	4	8
Ensino Médio	3	5	5	6	12
Graduação	5	10	10	12	15
TOTAL P/ ANO	9	11	11	22	50



6.6. ORGANOGRAMA DA IES



7. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

7.1. DESCRIÇÃO DAS INSTALAÇÕES (PARA OS 5 ANOS DE VIGÊNCIA DESTE PDI)

Quantidade	Descrição	M2
1	Almoxarifado	7
1	Auditório	70
1	Biblioteca	50
1	Brinquedoteca	70
1	CAE – Centro de Apoio Estudante	15
1	Cantina Central	240
3	Conjuntos de Sanitários	45
5	Coordenações de Curso	4 (cada)
1	Direção Administrativo/Financeira	20
1	Direção Geral e Acadêmica	14
1	Espaços de Convivência	300

1	Laboratório de Anatomia	50
1	Laboratório de Bases Biológicas	50
1	NPJ – Núcleo de Práticas Jurídicas	50
1	Núcleo de Estágio e Carreira	10
1	Núcleo de Extensão	10
1	Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa	15
1	Recepção	50
1	Recursos Audiovisuais	20
1	Reprografia	16
1	Sala Apoio Psicopedagógico	5
1	Sala CPA	12
1	Sala dos Professores	40
1	Sala dos Professores Integrais	20
16	Salas de Aula	50 (cada)

1	Secretaria Acadêmica	90
1	Setor Financeiro	9

7.2. BIBLIOTECA

7.2.1. Do Funcionamento

A Biblioteca da FAESB em suma, é de fácil acesso, inclusive para deficientes, dispõe de mesas para estudo, tanto em grupos quanto estudo individual; ainda, possui um guarda - exemplares para controle do acesso dos discentes às pesquisas.

7.2.2. Acervo

O acervo da Biblioteca da IES é composto de livros, periódicos, multimídia, revistas e jornais.

No que tange a Periódicos Especializados, o curso disponibiliza na biblioteca e no site institucional uma lista de revistas indexadas para que os alunos de todos os cursos possam pesquisar e se utilizarem do material.

Faculdade de Educação Social da Bahia

7.2.2.1. Acervo Digital

A IES possui Biblioteca Virtual para que alunos e professores possam pesquisar a partir do Portal Institucional e nos computadores da IES.

A disponibilização do acervo digital tem como prerrogativas:

⇒ Disponibilizar para o estudante conteúdo digitalizado, via Internet ou intranet, 24 horas por dia, 7 dias por semana, reduzindo custos e tempo para os estudantes e para a Instituição;

- ⇒ Minimizar a necessidade por espaço físico na biblioteca da Instituição;
- ⇒ Aumentar a quantidade e variedade de livros disponíveis aos estudantes;
- ⇒ Reduzir o investimento do estudante na bibliografia de seu curso;
- ⇒ Atender às diretrizes e bases da Educação Brasileira.

Esta biblioteca virtual consiste de uma seleção de títulos universitários, disponíveis pela Internet para leitura em tela e impressão, contendo ferramentas avançadas de pesquisa, organizador de páginas favoritas, anotações e recursos de acessibilidade a deficientes visuais.

7.2.3. Política de Aquisição da IES

A seleção e a aquisição do acervo bibliográfico foram feitas com base na bibliografia arrolada nas ementas dos projetos pedagógicos de cada um dos cursos da Instituição. No entanto, a IES deve constituir novos títulos a partir das bibliografias recomendadas pelas Comissões de Especialistas do MEC/INEP conforme receber relatórios de avaliação in loco para novos cursos.

Há que se destacar que no Planejamento Institucional a IES prevê que no início e final de cada semestre, os coordenadores de cursos solicitam novos títulos que são indicados pelos docentes conforme as suas necessidades e atualização, quando houver. Estas listas serão fruto de reuniões periódicas com professores e alunos dos Cursos de Graduação.

De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo bibliográfico e não bibliográfico, os critérios de seleção e aquisição adotados são:

- Adequação do material aos objetivos do curso e das disciplinas;
- Autoridade do autor e editor;
- Atualização e qualidade do material;

- Conhecimento do acervo;
- Uso de instrumentos auxiliares (catálogos de distribuidores de material informacional);
- Indicações dos NDEs;
- Indicações dos Colegiados;
- Indicações dos professores da IES;
- Indicações dos avaliadores do INEP.

7.2.4. Consulta

O sistema de consulta ao acervo está disponível em terminais, onde o usuário realiza a consulta e está totalmente automatizada e gerenciada por *software* de tombamento e catálogo bibliotecário. A classificação adotada é a CDU.

7.2.5. Empréstimo

O sistema de empréstimo domiciliar é exclusivo à comunidade universitária da FAESB e cada usuário recebe um ticket de confirmação de empréstimo, que é impresso no ato.

Toda a regulamentação de uso e empréstimos na biblioteca FAESB está disponível no regulamento da Biblioteca, disponível no site da IES.

Faculdade de Educação Social da Bahia

7.2.6. Apoio à Elaboração de Trabalhos Acadêmicos

A Biblioteca dispõe de um acervo e de atendimento específico por profissional técnico em biblioteconomia para auxiliar os usuários na elaboração de trabalhos técnico-científicos, fichas catalográficas, de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e Manuais de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos da FAESB.

As normas gerais de uso das bibliotecas das Unidades Acadêmicas da FAESB, bem como sua estrutura organizacional pode ser vislumbrada a partir do regimento da Biblioteca anexado a este documento.

7.3. LABORATÓRIOS

7.3.1. Laboratório de Informática

O acesso dos alunos a equipamentos de informática é feito a partir de laboratório específico destinado às aulas práticas e pesquisa, conforme o cronograma estabelecido e às necessidades dos professores e alunos dentro e extra horário de aula, podendo também ser reservado o serviço com antecipação de, pelo menos, 24 horas.

Na vigência deste PDI, estará à disposição 01 Laboratório de informática na FAESB destinado ao uso em aulas práticas (conforme tabela de horários disponibilizada em cada semestre) e destinado aos estudantes para que aprimorem seus conhecimentos técnicos e executem trabalhos acadêmicos.

A permanência dos estudantes será sempre acompanhada por monitores, em tempo integral, com a finalidade de orientá-los, de acordo com as necessidades instrucionais.

O acesso aos equipamentos do Laboratório de Informática é sempre realizado por ordem de chegada, enquanto houver disponibilidade desses. Cada estudante, assim, pode ocupar um equipamento por 02 (duas) horas consecutivas, inclusive para acessos aos serviços oferecidos pela Internet, podendo renová-las, caso não haja procura por outros estudantes.

Faculdade de Educação Social da Bahia

7.4. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas às dependências da IES, a FAESB constituiu políticas que visam a acessibilidade e atendimento prioritário.

Trata-se de um Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário que tem como objetivo promover a acessibilidade e inclusão de acadêmicos com necessidades especiais matriculados na instituição, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações, bem como oferecer o atendimento prioritário e tratamento especial para acadêmicos e usuários em geral em situações que os impossibilitem de frequentar as aulas ou de constituir processos dentro da IES.

Entende-se por acadêmicos com necessidades especiais aqueles que apresentam problemas de deficiência física/motora, sensorial visual e auditiva; Atendimento Prioritário aquele dispensado às gestantes, aos idosos e pessoas com crianças no colo; Tratamento Especial aquele dispensado aos acadêmicos que por motivo de saúde fica impossibilitado de frequentar às aulas.

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS OFERECIDOS

A instituição no que se refere a infraestrutura e serviços oferecidos, considerando os dispositivos legais existentes, proporciona aos seus acadêmicos a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos acadêmicos e das edificações, a saber:

Para Usuários Com Deficiência Física/ Motora:

- I. Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do acadêmico permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo, como: salas de aulas, laboratórios, sanitários, biblioteca, copiadora, cantina, serviços administrativos, coordenações e áreas de convivência.
- II. Acesso aos andares através de rampas ou elevadores.
- III. Delimitação de vagas em estacionamento na porta da faculdade.
- IV. Construção de rampas com corrimão, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- V. Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas, sinal de emergência, sanitário especial e barras de apoio.

VI. Colocação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Para os usuários com Deficiência Visual:

I. Mapeamento dos espaços de circulação – da entrada e calçada da faculdade até o seu interior.

II. Identificação dos espaços acadêmicos em braille

III. Colocação de anel tátil nos corrimãos

V. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- a) Computador com teclado Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
- b) Gravador e fotocopiadora que amplie textos;
- c) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
- d) Software de ampliação de tela do computador;
- e) Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
- f) Lupas, régua de leitura;
- g) Scanner acoplado a computador;
- h) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para os usuários com Deficiência Auditiva:

I. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, apoio aos acadêmicos portadores de deficiência auditiva.

II. Haverá serviços de tradutor e intérprete da LIBRAS, quando necessário e outras iniciativas, como:

- a) Colocação de LIBRAS como componente curricular ;
- b) Oferta de cursos de LIBRAS para docentes terem conhecimento acerca da singularidade linguística da pessoa surda, manifesta em sua produção escrita, e de como deve considerá-la em situações de avaliação;
- c) Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico;
- d) Aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita;
- e) Presença de profissional intérprete de LIBRAS em todas as reuniões de que participem surdos;

- f) Incentivo para que os bibliotecários conheçam LIBRAS;
- g) Garantia da divulgação de informações aos docentes para que se esclareça especificidades linguísticas dos surdos.

Os Meios de Comunicação e Informação:

Sabe-se que os recursos tecnológicos, multimeios, multimídias, jornal, celular, blogs, produções audiovisuais, leituras youtube, vídeos, rádio, quadrinhos, livros etc., estão sendo utilizados com maior frequência nos espaços acadêmicos, exigindo da equipe pedagógica capacitações que possibilitarão sua mediação na aprendizagem de forma mais segura e eficaz.

Para que todos tenham acesso às novas tecnologias de informação e comunicação é garantida à equipe pedagógica capacitações frequentes e além disso, outras ações, tais como:

- a) Disponibilização de recursos visuais multimídias através da tecnologia da informação e comunicação.
- b) Atualização do site institucional para atender condições de ampliação da tela e texto, melhorando a acessibilidade do site.
- c) Disponibilização de telefone com transmissão de textos.
- d) Implantação de sinalização nas rotas de fuga e saídas de emergência com informações visuais e sonoras para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- e) Providências para manutenção e sinalização das vias de circulação interna da instituição.
- f) Implantação de sinalização, incluindo mapas táteis, para deficientes visuais.

Faz-se necessário oportunizar momentos de ajuda técnica especializada à equipe pedagógica quanto às orientações para o uso de multimeios e mídias adaptadas na didática docente para o acadêmico com surdez que acessibilizam conteúdo curricular, em nome da educação de qualidade para todos.

A faculdade se compromete a organizar sala com recursos multifuncionais que se constitui como espaço de promoção da acessibilidade curricular aos discentes dos cursos da instituição, onde se realizam atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outros aspectos complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação.

Nessas salas, os discentes podem ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos, sendo que o número de acadêmicos por docente no atendimento educacional especializado deve ser definido, levando-se em conta, fundamentalmente, o tipo de necessidade educacional que os acadêmicos apresentam.

ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

Fica garantido atendimento prioritário, conforme dispositivos legais, às gestantes e idosos. Essa prática inclui:

- a) Divulgação, em lugar visível, do direito ao atendimento prioritário.
- b) Disponibilidade de assentos de uso preferencial sinalizados.
- c) Preferência no atendimento.

TRATAMENTO ESPECIAL

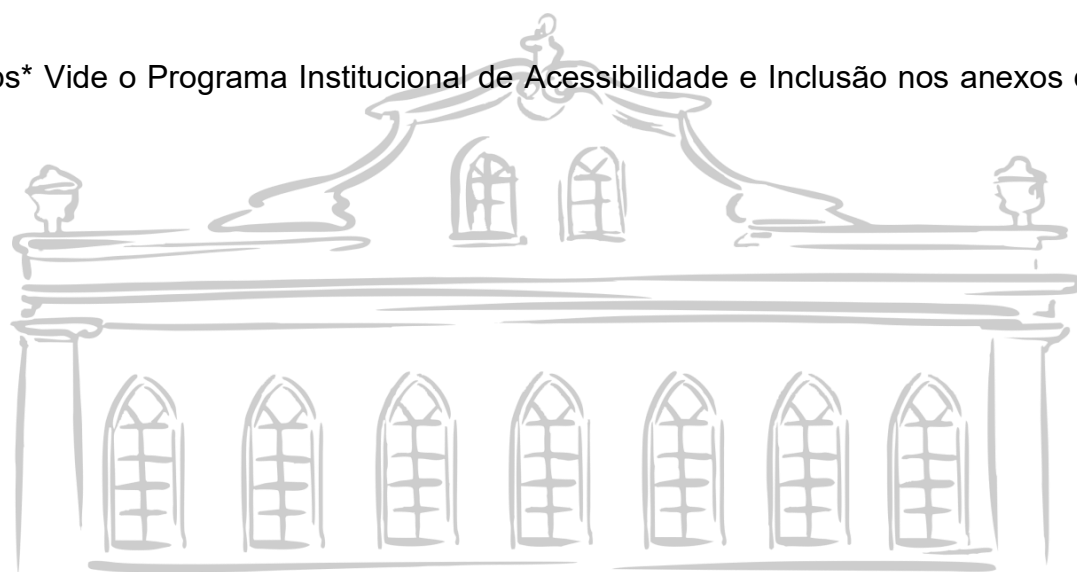
Existem casos excepcionais em que o acadêmico incapacitado de frequentar os trabalhos escolares, nos termos da Lei, para resguardar o seu direito à Educação, terá assegurado um regime de exercícios domiciliares. Esse tratamento especial consiste na atribuição, ao acadêmico, de exercícios domiciliares, com indicação e acompanhamento docente, para compensar sua ausência às aulas. Igualmente, a critério da Coordenação do Curso o acadêmico pode prestar, em outra época, os exames que ocorrerem no período de afastamento.

Podem se beneficiar deste regime de tratamento especial:

- a) acadêmicos portadores de afecções congênitas ou adquiridas, doenças infectocontagiosas, traumatismos ou outras condições mórbidas que impeçam, temporariamente, a frequência às aulas, “desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes” e que “a duração não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico”, incluindo, entre outros, os quadros de “síndromes hemorrágicas, asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas etc. (Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, covalidado pelo Parecer CNE/CEB n. 6, de 7 de abril de 1988;

b) alunas grávidas, a partir do 8º (oitavo) mês de gestação e durante 3 (três) meses. O início e o fim do período permitidos para o afastamento serão determinado por atestado médico apresentado a instituição. Em casos excepcionais mediante comprovação também por atestado médico, poderá ser aumentado o período de afastamento, antes e depois do parto. Será sempre assegurado, a essas acadêmicas, o direito de prestar os exames finais (Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975).

Obs* Vide o Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão nos anexos deste PDI.

**FAESB**

Faculdade de Educação Social da Bahia

8. PLANO DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO – METAS

A FAESB, a partir da nova gestão e da autorização de novos cursos, irá se expandir, mediante estudos de mercado. Dessa forma, haverá um crescimento muito grande da IES no decorrer deste quinquênio. Tal cenário afirma também a contribuição que será dada pela IES para que as metas do Plano Nacional de Educação sejam atendidas, tendo em vista a responsabilidade social da Instituição também com a promoção da inclusão social.

O princípio fundamental sobre o qual se constrói a pedagogia institucional da IES é o de que uma instituição educacional deve funcionar como um centro de captação, estudo e distribuição do conhecimento, da ciência, arte e filosofia das comunidades regional, nacional e internacional. Dessa forma, pode-se compreender a Instituição como um agente produtor, transformador, organizador e disseminador do conhecimento e da cultura de seu tempo.



8.1. METAS A SEREM ALCANÇADAS

A seguir, descrevem-se as metas e a quantificação das ações formuladas pela IES para o período de 2027 a 2031.

8.1.1. Dimensão 1 - A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		2027	2028	2029	2030	2031
Acompanhamento e avaliação dos objetivos e metas do PDI	Serão eleitos novos membros para o CONSUP - Conselho Superior: Representantes da Coordenação de Curso, Docente, Discente, Membro da Comunidade e Coordenador de Curso Responsáveis: CONSUP			X		
	Reunir mensalmente os Conselhos Superior e Acadêmico com as suas legítimas representações avaliando as metas que foram estabelecidas no PDI Responsáveis: CONSUP	X	X	X	X	X

	Iniciar um amplo diálogo com a CPA para que auxilie na análise e avaliação deste PDI. Responsáveis: CPA, CONSUP	X	X	X		
	Executar as ações constituídas no novo PDI Responsáveis: TODOS OS ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS	X	X	X	X	X
Avaliar constantemente as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão do PPI	Avaliar o PPI da IES a partir das perspectivas advindas das reuniões dos conselhos Responsáveis: CONSUP	X	X	X	X	X
	Divulgar amplamente o PPI junto à comunidade acadêmica. Responsáveis: DIRECAO ACADÊMICA	X	X	X	X	X

8.1.2. Dimensão 2 - Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão

METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		2027	2028	2029	2030	2031

Avaliar as políticas e procedimentos da Extensão	Constituir o regimento da Extensão constituindo fluxos e procedimentos para todas as ações extensionistas. Responsáveis: COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO	X				
	Constituir os cursos de extensão a serem oferecidos aos alunos e comunidade. Responsáveis: COLEGIADOS DE CURSOS	X	X	X	X	X
	Constituir Projetos de Responsabilidade Social permanente, envolvendo principalmente alunos e professores dos Cursos. Responsáveis: COLEGIADOS DE CURSOS	X	X	X	X	X
	Digitalizar e virtualizar os processos de emissão de certificados de extensão a alunos e comunidade		X			
Oferecer bolsas de iniciação científica, envolvendo professores mestres, doutores e alunos	Lançar o edital a partir de 2027, aumentando o número de bolsas de Iniciação Científica em 25%, gradativamente. Responsáveis: COORDENAÇÃO DE PESQUISA	X	X	X	X	X
	Inserir docentes parciais e integrais no processo de Iniciação Científica da IES. Responsáveis: DIREÇÃO ACADÊMICA		X	X	X	X
Constituir os PPCs dos	Estabelecer cronograma para que os NDEs efetuem a	X	X	X	X	X

cursos a serem implantados em consonância com as Políticas do PDI e as Diretrizes Curriculares Nacionais.	constituição dos PPCs dos Cursos de Graduação da FAESB Responsáveis: NDEs, DIREÇÃO ACADÊMICA E COORDENAÇÕES DE CURSO					
	Instituir os 40% de ensino semipresencial nos cursos em funcionamento. Responsáveis: COORDENAÇÕES DE CURSO			X		
	Disponibilizar todos os PPCs no site. Responsáveis: COORDENAÇÕES DE CURSO E TI	X				
Lançar as revistas eletrônicas no site da IES	Estabelecer o vínculo entre os professores integrais e alunos, a fim de propiciar a produção conjunta de trabalhos publicáveis. Responsáveis: COORDENAÇÃO DE PESQUISA	X	X	X	X	X
	Instituir os eventos de divulgação das produções científicas dos alunos e professores para a comunidade. Responsáveis: DIREÇÃO ACADÊMICA E COORDENACAO DE PESQUISA	X	X	X	X	X
	Constituir revistas eletrônicas de divulgação científica para todas as áreas que englobam os cursos de graduação da	X	X	X	X	X

	FAESB. Responsáveis: COORDENAÇÕES DE CURSOS					
	Aplicar as regras de incentivo à publicação docente instituídas no Plano de Qualificação Docente e Iniciação Científica. Responsáveis: DIRETORIA ACADÊMICA	X	X	X	X	X
Constituir o padrão <i>qualis</i> mínimo para as revistas eletrônicas.	Publicar as revistas semestralmente com a quantidade de artigos suficientes para alcançar um padrão <i>qualis</i> . Responsáveis: COORDENAÇÃO DE PESQUISA		X	X	X	X
	Estabelecer convênio com doutores de outras IES da rede federal de ensino superior para que publiquem na revista e citem os trabalhos publicados como fonte de referência. Responsáveis: COORDENAÇÃO DE PESQUISA			X	X	X
Constituir os Prêmios de Inovação e Empreendedorismo	Estabelecer os Projetos Interdisciplinares para disponibilizar os projetos de inovação dos alunos. Responsáveis: COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO		X			

	<p>Estabelecer os Projetos Interdisciplinares para disponibilizar os planos de negócios dos alunos.</p> <p>Responsáveis: COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO</p>		X			
Criar novos cursos de graduação e de tecnologia presenciais	<p>Estabelecer os processos junto ao MEC para autorizar os novos cursos, conforme tabela e cronograma disponível neste PDI.</p> <p>Responsáveis: COORDENAÇÕES DE CURSO</p>		X	X	X	X
Consolidar o programa de pós-graduação lato sensu da instituição	<p>Estabelecer a constituição de cursos centrados nas necessidades dos egressos dos cursos de graduação da IES e das demandas da comunidade.</p> <p>Responsáveis: DIREÇÃO GERAL E COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO</p>	X	X	X	X	X
Aumentar a produtividade em termos de pesquisa na IES.	<p>Utilizar instrumentos que proporcionem e fomentem a conscientização da importância da iniciação científica junto a alunos e professores.</p> <p>Responsáveis: COORDENAÇÃO DE PESQUISA</p>	X	X	X	X	X

	Ampliar os recursos para a iniciação científica. Responsáveis: DIRETORIA FINANCEIRA	X	X	X	X	X
	Elaborar políticas que motivem a publicação de artigos em periódicos <i>Qualis</i> A e B, bem como, de livros e capítulos de livros, junto aos docentes da FAESB. Responsáveis: COORDENAÇÃO DE PESQUISA	X	X	X	X	X
	Estabelecer parceria entre a FAESB e outras Instituições, visando ampliar e disponibilizar fontes de pesquisa para os projetos da pesquisa. Responsáveis: COORDENAÇÃO DE PESQUISA	X	X	X	X	X
	Incentivar a inclusão das atividades científicas e de extensão como atividades curriculares dos projetos político-pedagógicos dos cursos. Responsáveis: COORDENAÇÃO DE CURSO	X	X	X	X	X

8.1.3. Dimensão 3 – Responsabilidade social da instituição

METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		20 27	20 28	20 29	20 30	20 31
Estabelecer um projeto global de responsabilidade social com o objetivo de consolidar políticas e programas de ação e integração social de forma sistemática, envolvendo os cursos de graduação da IES	Constituir as ações de Responsabilidade Social da FAESB em consonância com as prerrogativas do seu PPI. Responsáveis: COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO E DIREÇÃO ACADÊMICA	X	X	X	X	X
	Fazer reuniões com as coordenações de curso para estabelecer um cronograma de ações de responsabilidade social junto aos cursos a partir dos Projetos Interdisciplinares. Responsáveis: COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO E COORDENAÇÕES DE CURSO	X	X	X	X	X
	Promover ações concretas e sistemáticas de responsabilidade social no que tange a cada um dos cursos de graduação da IES. Tudo com o auxílio da Coordenação de Extensão da IES e os Projetos Interdisciplinares de cada curso.	X	X	X	X	X

	Responsáveis: COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO E COORDENAÇÕES DE CURSO					
	Constituir uma clínica de atendimento na área de saúde para atendimento da comunidade da região de inserção (principalmente no âmbito da Enfermagem) Responsáveis: COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO E COORDENAÇÕES DE CURSO		X			
	Estabelecer um programa de responsabilidade social, a partir do vínculo entre os cursos de graduação. Responsáveis: COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO E COORDENAÇÕES DE CURSO	X	X	X		
	Estabelecer um programa de sustentabilidade junto à IES envolvendo todos os seus setores e a comunidade. Responsáveis: COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO	X	X	X	X	X

8.1.4. Dimensão 4 - Comunicação com a sociedade

METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		20	20	20	20	20
		27	28	29	30	31
Estabelecer um canal efetivo de comunicação entre a IES e a sociedade	Promover maior divulgação dos programas e atividades que envolvam a participação de alunos junto à sociedade. Responsáveis: NÚCLEO DE MARKETING	X	X	X	X	X
	Criar um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos acadêmicos (sistema de protocolos on line). Responsáveis: TI		X			
	Atualizar o site da IES, implementando sua transformação em portal, com áreas que disponibilizem a produção científica de todos os cursos. Responsáveis: TI		X			

	<p>Criar um boletim informativo mensal <i>online</i> da FAESB no qual constem todos os atos administrativos de todos os segmentos da Instituição, bem como os eventos institucionais e eventos externos de interesse da comunidade.</p> <p>Responsáveis: TI</p>			X		
	<p>Disponibilizar para as coordenações de cursos indicadores da FAESB relativos à evasão, reprovação, aprovação, etc.</p> <p>Responsáveis: NÚCLEO DE RETENÇÃO</p>		X	X	X	X
	<p>Apoiar e fomentar o desenvolvimento da Ouvidoria.</p> <p>Responsáveis: TODOS OS SETORES DA IES</p>	X	X	X	X	X

8.1.5. Dimensão 5 – Políticas de pessoal

METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		20 27	20 28	20 29	20 30	20 31
Atualizar e ampliar o regulamento de incentivo a capacitação e qualificação dos docentes, bem como do PCD-Plano de Carreira Docente e o PCST-Plano de Cargos e Salários do Corpo Técnico-Administrativo.	Promover reuniões com o CONSUP para estabelecer o acompanhamento junto ao Departamento de pessoal dos programas de carreira e salários da IES, bem como da qualificação/capacitação. Responsáveis: CONSUP E DEPARTAMENTO DE PESSOAL	X	X	X	X	X
	Aplicar e avaliar o regulamento de capacitação e qualificação docente da IES. Responsáveis: CONSUP E DEPARTAMENTO DE PESSOAL	X	X	X	X	X
Ampliar horizontal e verticalmente um processo de capacitação e qualificação do pessoal	Promover reuniões com o CONSUP para estabelecer normas e critérios para o incentivo a capacitação e qualificação dos docentes da IES. Responsáveis: CONSUP E DEPARTAMENTO DE	X	X	X		

técnico-administrativo	PESSOAL					
Desenvolver e implantar um Programa de Avaliação de Desempenho do corpo técnico-administrativo.	Estabelecer um vínculo da CPA com o setor de Recursos Humanos, a fim de estabelecer os critérios de avaliação e utilização dos dados advindos da CPA. Responsáveis: RH E CPA	X	X	X	X	X
	Constituir um Projeto de Avaliação do desempenho. Responsáveis: RH	X				
	Implementar o Projeto de Avaliação do desempenho sistematicamente. Responsáveis: RH		X	X	X	X
Desenvolver e Implantar Projetos de Valorização e Reconhecimento para o corpo técnico-administrativo e docentes	Implementar um projeto de premiação pelo desempenho. Responsáveis: RH E DIREÇÃO ACADÊMICA		X	X	X	X
Desenvolver e Implantar uma Pesquisa de Clima Organizacional para o	Vincular os dados da CPA com aqueles advindos da pesquisa de clima organizacional. Responsáveis: RH E CPA		X	X	X	X

corpo administrativo e docentes	técnico	A partir dos dados da pesquisa, implementar um programa de melhoria do clima organizacional. Responsáveis: RH		X	X	X	X
		Disseminar entre os corpos técnico-administrativo e docente, de várias formas, a missão, a visão e as ações administrativas da instituição. Responsáveis: RH	X	X	X	X	X
Reavaliar e aperfeiçoar o Plano de Carreira Docente		Estabelecer as metas de contratação e de aperfeiçoamento da carreira docente e das coordenações. Responsáveis: RH	X	X			
Atualização e manutenção do Plano de Cargos e Salários do corpo técnico administrativo		Reunir o RH, a Direção Administrativo-Financeira e o Departamento De Pessoal para estabelecer e colocar em prática os critérios de contratação e de remuneração do corpo técnico-administrativo Responsáveis: RH E DIREÇÃO ADMINISTRATIVO-FINANC.	X	X			
Adequar o corpo docente para atender as demandas de novos cursos e / ou áreas de conhecimento		Contratar profissionais para a implantação dos novos cursos. Responsáveis: RH E DIREÇÃO ACADÊMICA	X	X	X	X	X

específico.						
Reordenar o corpo técnico-administrativo em atendimento as demandas.	Desenhar os processos de todos os setores da IES Responsáveis: TODOS OS SETORES DA IES	X	X			
	Avaliar e descrever todas as funções necessárias a IES Responsáveis: TODOS OS SETORES DA IES	X	X			
	Promover a reordenação, quando necessária, dos setores da IES. Responsáveis: DIREÇÃO GERAL E RH	X	X	X	X	X

8.1.6. Dimensão 6 – Organização e gestão da organização

METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		20	20	20	20	20
		27	28	29	30	31
Incentivar e constituir de maneira concreta a participação sistemática de professores, alunos e	Promover novas eleições no que tange aos participantes dos órgãos colegiados. Responsáveis: ÓRGÃOS COLEGIADOS		X			

membros da comunidade nos órgãos superiores e colegiados.						
Otimizar fluxos de elaboração, emissão, circulação e controle de documentos junto às secretarias, coordenações de curso, coordenações de área etc (constituir os processos)	Desenhar os processos acadêmicos da IES. Responsáveis: DIREÇÃO ACADÊMICA	X	X	X		
	Implantar um sistema de controle da qualidade junto à secretaria docente. Responsáveis: DIREÇÃO ACADÊMICA		X			
Reavaliar e redimensionar as coordenações de curso da IES	Promover a escolha de novos coordenadores, quando houver necessidade Responsáveis: DIREÇÃO ACADÊMICA	X	X	X	X	X
	Produzir e divulgar amplamente o manual do Coordenador de Curso, estabelecendo direitos, deveres, funções e limites de gestão ao cargo.		X			

	Responsáveis: DIREÇÃO ACADÊMICA					
Integralizar as gestões acadêmica, administrativa e financeira e estabelecer uma política de redução de gastos.	Promover a contínua modernização da gestão, com o uso de ferramentas tecnológicas e metodológicas disponíveis no mercado. Responsáveis: DIREÇÃO ADMINISTRATIVA	X	X	X	X	X
	Estabelecer as políticas de gerenciamento em cada um dos setores da IES. Responsáveis: TODOS OS SETORES	X	X	X	X	X
Melhorar a gestão da IES.	Criar e sistematizar uma campanha de conscientização pela manutenção do patrimônio da Instituição (junto ao corpo técnico –administrativo e corpo discente). Responsáveis: DIREÇÃO ACADÊMICA E RH	X	X	X	X	X

8.1.7. Dimensão 7 - Infraestrutura física

METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		20 27	20 28	20 29	20 30	20 31
Prover a infraestrutura física necessária para a oferta dos cursos a serem implantados durante o quinquênio.	Ampliar a Sede da FAESB Responsáveis: DIREÇÃO ADMINISTRATIVA	X	X	X	X	X
	Implantação dos Laboratórios para novos cursos Responsáveis: DIREÇÃO ADMINISTRATIVA E DIREÇÃO ACADÊMICA	X	X	X	X	X
Aumentar o acervo da Biblioteca.	Comprar os livros para suprir a segunda metade de todos os cursos de graduação. Responsáveis: DIREÇÃO ADMINISTRATIVA	X	X	X		
	Comprar os livros para a primeira metade do currículo dos novos cursos a serem implantados. Responsáveis: DIREÇÃO ADMINISTRATIVA	X	X	X	X	X
Incrementar o acesso a redes de comunicação, sistemas de informação e uso de tecnologias	Aumentar a capacidade da internet sem fio em todos os espaços da IES. Responsáveis: DIREÇÃO ADMINISTRATIVA	X	X	X	X	X
	Disponibilizar acesso móvel para alunos e professores por meio de aplicativos para tablets e smartphones. Responsáveis: DIREÇÃO ADMINISTRATIVA			X	X	X

	Virtualizar a Biblioteca da FAESB a partir da aquisição de Tablets a serem disponibilizados aos alunos. Responsáveis: DIREÇÃO ADMINISTRATIVA			X	X	X
Aperfeiçoar nosso sistema informatizado de gestão integrando as funções dos setores de Contabilidade, Pessoal, Financeiro e Acadêmico	Aquisição de ERP (<i>Enterprise Resource Planning</i> / Sistema Integrada de Gestão Empresarial). Responsáveis: DIREÇÃO ADMINISTRATIVA			X	X	X
Melhoria da segurança interna de nossas unidades	Implantação de câmeras de segurança. Responsáveis: DIREÇÃO ADMINISTRATIVA		X			
Melhoria do atendimento da Secretaria de Alunos	Constituição de um setor de atendimento externo a IES, apenas para os alunos que pretendem ingressar na IES. Responsáveis: DIREÇÃO ADMINISTRATIVA		X			

8.1.8. Dimensão 8 – Planejamento e avaliação

Faculdade de Educação Social da Bahia

		CRONOGRAMA
--	--	-------------------

METAS	AÇÕES	20 27	20 28	20 29	20 30	20 31
Constituir a autoavaliação institucional em sua plenitude.	Promover novas eleições da equipe da CPA com a participação de discentes. Responsáveis: DIREÇÃO GERAL, ACADÊMICA E CPA	X				
	Estabelecer reuniões extraordinárias da CPA para atualizar o projeto e novos instrumentos. Responsáveis: CPA	X	X	X	X	X
	Atualizar o Projeto da CPA Responsáveis: CPA	X				
	Atualizar os instrumentos de autoavaliação Responsáveis: CPA	X				
	Intervir de forma sistemática e efetiva com a finalidade de sanar deficiências identificadas no processo de autoavaliação institucional Responsáveis: CPA E TODOS OS SETORES	X	X	X	X	X
	Sanear as fragilidades apontadas nas avaliações externas Responsáveis: CPA E NÚCLEO DE REGULAÇÃO	X	X	X	X	X
	Estabelecer processos de avaliação docente interna, por curso	X	X	X	X	X

	Responsáveis: CPA E COORDENAÇÕES DE CURSO					
	Constituir os processos de devolução dos resultados da autoavaliação aos diversos setores da FAESB Responsáveis: CPA	X	X	X	X	X

8.1.9. Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos estudantes

METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		2020	2021	2022	2023	2024
		27	28	29	30	31
Consolidar a política de atendimento aos discentes,	Estimular a permanência do estudante no Ensino Superior a partir de palestras sistemáticas acerca do mercado de	X	X	X	X	X

assegurando seu cumprimento	trabalho e outros temas afins. Responsáveis: CAE					
	Sistematizar o levantamento do número e causas da evasão. Responsáveis: CAE			X	X	X
	Constituir uma Central de Negociações na IES e atender aos alunos inadimplentes durante o semestre letivo. Responsáveis: CAE E DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA	X				
	Aumentar os convênios, Estágios e vagas de emprego. Responsáveis: NÚCLEO DE ESTÁGIO	X	X	X	X	X
	Aumentar o número de bolsas de monitoria e de iniciação científica, gradativamente, a partir de 25% anualmente. Responsáveis: CAE E DIRETORIA ADMINISTRATIVA	X	X	X	X	X
	Promover o atendimento as pessoas que apresentem dificuldades para aprender por diferentes causas, estando assim, inadaptados social ou pedagogicamente Responsáveis: CAE	X	X	X	X	X
	Consolidar a política de inclusão dos portadores de necessidades especiais, assegurando o seu cumprimento	X	X	X	X	X

	Responsáveis: CAE E DIRETORIA ADMINISTRATIVA					
Constituir as políticas de acompanhamento ao egresso, assegurando os seus cumprimentos.	Criar e executar o PAE – Programa de Acompanhamento do Egresso. Responsáveis: CAE	X	X	X	X	X

8.1.10 Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira

METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		20	20	20	20	20
		27	28	29	30	31

<p>Prover a mantenedora de capacidade financeira com vistas à eficácia na utilização e na obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas neste PDI</p>	<p>Implantação de um sistema de orçamento de caixa com acompanhamento em tempo real de modo a possibilitar a tomada de decisões imediatas e a correções dos desvios de forma tempestiva.</p> <p>Responsáveis: DIREÇÃO FINANCEIRA</p>	X	X	X	X	X
	<p>Reformular semestralmente a precificação dos cursos de modo a acompanhar o movimento da demanda, a oferta de novos cursos, os preços da concorrência, os custos dos serviços prestados e o movimento demográfico do entorno.</p> <p>Responsáveis: DIREÇÃO FINANCEIRA</p>	X	X	X	X	X
	<p>Fortalecer as relações bancárias de modo a aumentar os limites de crédito e reduzir as tarifas de cobrança.</p> <p>Responsáveis: DIREÇÃO FINANCEIRA</p>	X	X	X	X	X
	<p>Investir no desenvolvimento e contratação de mão de obra qualificada para o setor Contábil-Financeiro.</p> <p>Responsáveis: DIREÇÃO FINANCEIRA E RH</p>	X	X	X	X	X
	<p>Implantação do setor de cobrança e negociação.</p> <p>Responsáveis: DIREÇÃO FINANCEIRA</p>	X	X	X	X	X

9. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A FAESB tem plena consciência de que o planejamento e a avaliação institucional são ferramentas essenciais para a gestão da IES. Desse modo, fazem-se ações e atividades diversas visando constituir uma expectativa em 360º do modo de funcionamento “real” para se mensurar a perspectiva “ideal” objetivada pela IES. Nesse modo, se constituem como instrumentos os seguintes aspectos e ferramentas na FAESB:

a) Relatórios de avaliação Externa do INEP

PROCEDIMENTOS

I – Ainda antes das atividades de funcionamento dos cursos, o Conselho Superior se reuniu periodicamente e, a partir das fragilidades apontadas nos relatórios de avaliação externa (institucional e de cursos), foram traçadas metas de modo a suplanta-las e melhorar as condições de oferta da IES.

II – Os coordenadores dos cursos de graduação utilizam os relatórios de avaliação do INEP como ferramenta de gestão dos seus cursos, visando melhorar a qualidade dos mesmos a partir dos apontamentos nos relatórios.

b) Planejamento Institucional

I – A partir desta atualização de PDI, será sempre acompanhado o planejamento institucional visando suplantar fragilidades e manutenção das potencialidades inferidas tanto em avaliações externas, quanto internas.

II – O Consup e demais órgãos colegiados da IES e dos cursos continuarão a se reunir sistematicamente visando emanar dados que sirvam para o planejamento anual da IES.

c) Autoavaliação Institucional

I – Na primeira fase de implantação do Projeto de Autoavaliação Institucional (VIDE ANEXOS DO PDI), foi constituída uma fase de sensibilização de toda a comunidade

acadêmica no que concerne ao significado e atribuições da CPA-Comissão Própria de Avaliação, bem como da importância da participação maciça de todos para a gestão da IES. Lembrando que tal fase é de natureza contínua, dado o caráter contínuo das atividades de uma IES.

II – Na segunda fase são escolhidos ou eleitos os membros da CPA com ampla representatividade: alunos, professores, funcionários e comunidade externa.

III – Na terceira fase do processo foi aplicado questionário de modo que a IES possa ser avaliada em 360°.

IV – Na quarta fase do processo são tabulados os dados, bem como selecionados por setores de modo que se possa, a posteriori, dar o respectivo feedback a cada um deles.

V- Na quinta fase, são divulgados os dados reais da CPA à toda a comunidade acadêmica.

VI- Na sexta fase, a CPA envia os dados e sugestões a cada um dos setores avaliados.

VII- Na sétima fase é feito o acompanhamento das ações advindas em razão da autoavaliação, haja vista não ter sentido um processo desse tipo se não houver o acompanhamento sistemático da evolução do processo.

9.1. Auto avaliação institucional: participação da comunidade acadêmica

Conforme pode ser verificado na seção anterior, a autoavaliação institucional da FAESB aplica a constituição de um processo em 360°. Para tal, faz-se necessário que se tenha uma configuração do órgão com ampla representatividade da comunidade acadêmica, a saber:

=> Docentes: Os docentes avaliam a IES e são avaliados por alunos e por si próprios. O regimento da CPA prevê a participação mínima de 2 docentes no órgão.

=> Discentes: Os alunos avaliarão a IES, a si próprios e os docentes que fazem parte da sua formação no curso escolhido. O regimento da CPA prevê a participação mínima de 2 discentes no órgão.

=> Corpo Técnico Administrativo: O corpo técnico administrativo avalia a IES e a si próprios. Há previsão de participação mínima de 2 técnicos administrativos no órgão.

=> Gestão da IES: O corpo de gestores da IES avalia a IES, a si próprios e é avaliado por alunos, docentes e corpo técnico administrativo.

9.2. Instrumentos utilizados na Autoavaliação institucional

Primeiramente, considerou-se a filosofia da IES no que concerne a função da avaliação: a instrumentalidade para a gestão de todos os setores que compõem a instituição.

Nesse mote, uma única avaliação 360º não dá conta de se estabelecer uma gestão plena dos resultados. Assim, a CPA e a IES utilizam instrumentos diversos para a autoavaliação, a saber:

a) Questionário físico ou online (Google Form's) : abrange todos os setores e necessidades institucionais aplicado uma vez ao ano de maneira maciça na IES.

b) Caixa de sugestões: disponibilizada a todos os setores da IES e disponível também à alunos, professores e comunidade civil organizada, pois a IES disponibilizará uma caixa em centros comunitários ou semelhante.

c) Ouvidoria: enviando dados gerais a CPA, de modo que se possa intervir e sugerir ações antecipadas para a resolução de problemas diversos na IES, bem como avaliar determinados setores a partir dos chamamentos na ouvidoria.

d) Relatórios das Coordenações de Curso: deve ser sistematizado na IES o planejamento e expectativas sistemáticas de composição de relatórios avaliativos nos cursos de graduação e pós-graduação. Nesse viés, a CPA recebe dados diversos podendo utilizá-los como ferramentas que viabilizem uma gestão mais participativa e ampla na IES.

Desse modo, pode-se concluir que a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da FAESB tem como objetivo geral redimensionar metodologias, avaliar propostas e diretrizes, bem como registrar deficiências procurando aperfeiçoar o processo acadêmico e a qualidade dos serviços prestados à comunidade, repassando a todos os órgãos que compõem a IES os resultados e sugestões de melhoria apresentados no processo avaliativo.

Dentro deste processo, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós graduação são também ferramentas imprescindíveis de gestão e, portanto, também são avaliados, assim como o perfil da instituição identificando o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais além de aspectos gerais como, por exemplo, desempenho do corpo docente e do corpo discente do curso, dentre outras questões relevantes para a aferição.

Esse tipo de avaliação requer a participação de todos, pois se entende que para o desenvolvimento do curso e o bom andamento da Instituição, precisamos da integração da comunidade acadêmica, atuando harmonicamente para a consecução de nossos objetivos. O resultado da avaliação institucional é subsídio para a Coordenação de curso traçar suas estratégias de curto e longo prazo para a Instituição.

A coordenação do curso em conjunto com o colegiado de curso e NDE promove reuniões de planejamento, acompanhamento e avaliação do curso durante o semestre, bem como reuniões com seu corpo docente, inclusive com participação do corpo discente para avaliar o curso e seu projeto pedagógico adequando-o às mudanças sociais e da profissão, no sentido de adequar sempre as unidades curriculares, os programas de disciplinas, as atividades práticas e a metodologia de ensino do curso, para propiciar ao aluno a formação necessária ao seu mercado de trabalho.

9.3. Análise e Divulgação dos resultados

Conforme explicitado nas seções anteriores, de posse dos resultados das mais variadas formas de constituição de dados acerca da IES, a CPA tabula e divulga os resultados das avaliações.

Porém, tem-se claro que tal expectativa prevê três fases bem claras e interligadas:

- a) Em um primeiro momento são divulgados os dados quantitativos dos questionários aplicados pela CPA;
- b) Em um segundo momento são divulgadas análises da CPA acerca dos dados adquiridos nas avaliações para todos os segmentos acadêmicos.
- c) Em um terceiro momento, a CPA se reúne com cada um dos órgãos envolvidos no processo, de modo que os resultados advindos das avaliações e as análises dos resultados não se configurem apenas como um *feedback* da Comissão Própria de Avaliação, mas que exista um vínculo de apropriação de tais dados pelos envolvidos no processo. A título de exemplo, podemos citar que em casos de problemas de infraestrutura, a Diretoria Administrativa da IES incorporou os dados de modo que eles se tornassem um norte em sua gestão e, portanto, a CPA tem seu papel preponderante de acompanhar esse processo pós divulgação de resultados.

OBS* VIDE PROJETO DA CPA DISPONIBILIZADO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS.

10. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

11.1. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A FAESB é uma instituição privada, com fins econômicos. Assim, a sustentabilidade financeira é viabilizada majoritariamente, com os recursos oriundos das mensalidades dos cursos de graduação, pós-graduação (especialização) e extensão.

Estes recursos são obtidos basicamente de duas formas: diretamente dos alunos ou via financiamento educacional.

Dessa forma, os recursos necessários para arcar com as despesas de custeio, investimentos e pessoal ativo são consignados anualmente no orçamento da Instituição, o que permite visualizar de forma clara os limites da gestão financeira ano a ano. Porém, destaque-se, com a mobilidade financeira brasileira e global, bem como a demanda por determinadas áreas do conhecimento em termos de graduação e pós-graduação, há uma dependência clara de que o orçamento deve-se constituir semestralmente, pois, além da demanda de matrículas e rematrículas, ele é dependente da autorização de novos cursos e/ou aumento de vagas.

Assim, o desenvolvimento institucional previsto neste PDI, em termos de finanças, tem como prerrogativas os investimentos custeados pela mantenedora bem como advindos da própria atividade educacional iniciada, além do aporte de patrimônio e finanças mobilizado para a fase inicial do projeto, tudo a partir de documentos disponibilizados no setor administrativo e contábil da IES. São considerados como variantes os investimentos e recursos a partir das políticas de ensino, extensão e pesquisa aqui delineados e as fontes de captação deverão ser gradativamente ampliadas, a saber:

- Matrículas em novos cursos de graduação quando forem autorizados;
- Matrículas em cursos de pós-graduação nas áreas diversas da IES;

- Habilitação para o FIES e P-FIES;
- Contratos com bancos que ofertam crédito estudantil como o PRAVALER, QUERO BOLSA, etc.
- Cursos de extensão e de qualificação profissional abertos a toda a comunidade.
- Demais cursos constantes no Art 44 e incisos da Lei 9394/96

Assim, os Planos de Investimentos estão fundamentados numa previsão de aumento dos recursos na ordem mínima de 25 % (vinte e cinco por cento) ao semestre, considerando-se as rematrículas e sua ordem de evasão em torno de 20%. Ou seja, este percentual se baseia na projeção anual dos reajustes das mensalidades e na projeção de incremento das receitas devido às rematrículas e abertura de graduação e pós-graduação.

Uma vez garantidos os recursos necessários às despesas de pessoal e de custeio, o “excedente” é investido em ações que visam à recuperação, ampliação, modernização e atualização tecnológica, dotando a Instituição de melhores condições de ensino.

10.2. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNA

Anualmente a FAESB realizará a sua previsão orçamentária a partir da participação dos seguintes órgãos que dimensionaram as suas necessidades em termos de ensino-pesquisa-extensão:

- => Coordenações de Cursos
- => CAE – Centro de Apoio ao Estudante
- => Biblioteca
- => Coordenação de Laboratórios Didáticos
- => Diretoria Acadêmica
- => Diretoria Administrativa
- => Marketing e Comunicação

- => Secretaria Acadêmica
- => Núcleo de TI – Tecnologia da Informação
- => CPA – Comissão Própria de Avaliação
- => NPJ – Núcleo de Práticas Jurídicas
- => Clínica Escola

Além dos responsáveis por esses órgãos, a IES contará como partícipes do planejamento as seguintes representações: alunos, professores e corpo técnico administrativo.

Desse modo, a FAESB poderá determinar com maior precisão o direcionamento dos investimentos, bem como a captação de recursos necessárias para o seu desenvolvimento e sustentabilidade.

10.3. PLANOS DE INVESTIMENTOS

Os Planos de Investimentos foram fundamentados numa previsão de aumento dos recursos na ordem de 25 % (vinte e cinco por cento) ao ano. Este percentual se baseia na projeção anual dos reajustes das mensalidades e na projeção de incremento das receitas devido à abertura de graduação e pós-graduação.

Uma vez garantidos os recursos necessários às despesas de pessoal e de custeio, o “excedente” foi investido em ações que visam à recuperação, ampliação, modernização e atualização tecnológica, dotando a Instituição de melhores condições de ensino.

10.4. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Considerando a flutuação da economia e as expectativas de temporalidade que se estabelecem para a IES, questões estas que não se pode determinar a exatidão dos prazos, pois depende de visitas in loco e um fluxo sem prazos fixos determinado pelo MEC –

Ministério da Educação, a IES optou por constituir o seu Plano Orçamentário em documento não estabelecido dentro do PDI, mas disponível a toda a comunidade acadêmica.

Neste plano são considerados os seguintes aspectos em termos de receita:

- a) Recursos Patrimoniais disponibilizados pela mantenedora para o caso de a IES necessitar de sustentabilidade sem contar com os créditos oriundos de matrículas, mensalidade etc, ou para investimentos que a receita não alcançar a partir de recursos da própria IES.
- b) Mensalidades dos cursos em funcionamento protocolados e, gradativamente, daqueles advindos dos novos cursos a serem protocolados durante o quinquênio.
- c) Receitas advindas da Extensão e da Pós-Graduação e demais cursos do Art 44 e incisos da LDB.

No que diz respeito às despesas fixas, são considerados:

- a) Folha de pagamento do corpo técnico administrativo que gradativamente crescerá no decorrer do quinquênio.
- b) Folha de pagamento do corpo docente que gradativamente crescerá no decorrer do quinquênio.
- c) Aluguel do espaço onde funciona a IES.
- d) Luz, Água, Internet e insumos de serviços gerais.

No que diz respeito aos investimentos sistemáticos, mas não fixos são considerados:

- a) Acervo da biblioteca para os cursos em funcionamento e a serem implantados.
- b) Despesas com a Extensão.
- c) Bolsas de Estudo institucionais.
- d) Marketing e Publicidade.
- e) Compra de equipamentos para atender ao quinquênio.
- f) Melhoria sistemática do mobiliário.

- g) Melhoria sistemática dos recursos tecnológicos.
- h) Investimento em capacitação docente.
- i) Investimento em capacitação do corpo técnico administrativo.
- j) Investimento em pesquisa.
- k) Investimento em tecnologias educacionais.
- l) Dentre outras.

Assim, o documento está disponível e passível de alterações conforme às necessidades reais da IES, bem como para a apresentação sistemática ao MEC e às avaliações do INEP.

RECEITAS	2022	2023	2024	2025	2026
ANUIDADE MENSALIDADE	R\$ 194.158,84	R\$ 252.406,49	R\$ 328.128,43	R\$ 426.566,96	R\$ 554.537,05
SERVIÇOS	R\$ 6.768,06	R\$ 8.798,48	R\$ 11.438,03	R\$ 14.869,44	R\$ 19.330,27
TAXAS	R\$ 10.575,10	R\$ 13.747,63	R\$ 17.871,92	R\$ 23.233,49	R\$ 30.203,54
TOTAL	R\$ 211.502,00	R\$ 274.952,60	R\$ 357.438,38	R\$ 464.669,89	R\$ 604.070,86

DESPESAS	2022	2023	2024	2025	2026
ACERVO BIBLIOGRAFICO	R\$ 5.257,60	R\$ 6.834,88	R\$ 8.885,34	R\$ 11.550,95	R\$ 15.016,23
DESPESA ADM	R\$ 23.659,20	R\$ 30.756,96	R\$ 39.984,05	R\$ 51.979,26	R\$ 67.573,04
ENCARGOS	R\$ 15.772,80	R\$ 20.504,64	R\$ 26.656,03	R\$ 34.652,84	R\$ 45.048,69
EQUIPAMENTOS	R\$ 3.943,20	R\$ 5.126,16	R\$ 6.664,01	R\$ 8.663,21	R\$ 11.262,17
MANUTENÇÃO	R\$ 2.628,80	R\$ 3.417,44	R\$ 4.442,67	R\$ 5.775,47	R\$ 7.508,12
MOBILIARIO	R\$ 2.628,80	R\$ 3.417,44	R\$ 4.442,67	R\$ 5.775,47	R\$ 7.508,12
PGT PESSOAL ADM	R\$ 26.288,00	R\$ 34.174,40	R\$ 44.426,72	R\$ 57.754,74	R\$ 75.081,16
PGT PROFESSORES	R\$ 51.261,60	R\$ 66.640,08	R\$ 86.632,10	R\$ 112.621,74	R\$ 146.408,26
TOTAL	R\$ 131.440,00	R\$ 170.872,00	R\$ 222.133,60	R\$ 288.773,68	R\$ 375.405,78